

MONICA GRACIELA ZOPPI FONTANA

MODERNIZAÇÃO E DISCURSOS

DEMOCRATICOS

PORTA-VOZES ESCLARECIDOS NOS

TEMPOS DA TRANSIÇÃO

Este exemplar é a redução final da tese
defendida por Mônica Graciela

Zoppi Fontana

e aprovada pela Comissão Julgadora em

30/06/94

Eduardo R. J. Guimarães

CAMPINAS

1994

23

MODERNIZACAO E DISCURSOS DEMOCRATICOS.

PORTA-VOZES ESCLARECIDOS NOS TEMPOS DA TRANSICAO.

MONICA GRACIELA ZOPPI FONTANA

Tese apresentada ao
Departamento de Linguística
do Instituto de Estudos da
Linguagem como requisito
parcial para a obtenção do
título de Doutor em
Ciências.

Orientador: Eduardo Guimarães

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

SAO PAULO, 1994

*A meus pais e meu irmão,
por termos aprendido
a conviver com a ausência.*

AGRADECIMENTOS

*Si las páginas de este libro
consienten algún verso feliz,
perdóneme el lector la
descortesía de haberlo
usurpado yo, previamente.
Nuestras vidas poco difieren;
es trivial y fortuita la
circunstancia de que seas tu
el lector de estos
ejercicios, y yo su redactor.*

*(Jorge Luis Borges, Fervor de
Buenos Aires.)*

Que todo texto é uma dispersão de enunciados e que todo autor não é senão uma função a ser preenchida, já é coisa sabida desde Foucault. O que ele não disse e nenhum tratado explica é que tanto o texto quanto o "autor" são produtos de uma condensação, de uma alquimia secreta e poderosa: aquela que funde vontades, afetos, gestos, sorrisos, olhares, mãos, vozes, tudo na amálgama preciosa que constitui cada amigo.

A todos eles, simplesmente por estarem comigo, cada um a seu modo, na euforia e no desespero, minha gratidão e meu afeto.

A Eduardo Guimarães, meu orientador, pela confiança e pelo respeito de nossa relação de trabalho.

A Eni Orlandi e Cláudia de Lemos, amigas, pelos prazeres e mistérios da entrega às paixões da linguagem.

A Edgar de Decca, pelas dicas históricas.

A Wanderley Geraldi, pelas discussões bakhtinianas.

A Ingedore V. Koch, pela cuidadosa leitura para o exame de qualificação.

A Angela Bueno Palacios, Mariano Sánchez, Eduardo Rinessi y Graciela Fernández, por ter facilitado meu acesso ao material trabalhado.

A meus colegas portenhos María M. García Negroni, Mónica López Ocón, Alejandro Raiter, Martín Menéndez e Carlos Luis, pelas lutas e esperanças dos primeiros anos de profissão.

A meus amigos na distância, sempre presentes em cada "volta a casa": Gabriela, Inés, Carolina, Silvia, Carlos, Patricia.

A meus amigos do lado de cá da fronteira, pela carinhosa presença: Valda, Maite, Kitty, Dudú, Fumiko, Júnia, Márcia, Cláudia e Valdir, Fernando e Mirta, Leandro e Miriam, Adrián e Alicia, Pedro, Onice, Carolina, Fernando e Simone.

Aos colegas de pesquisa em Análise do Discurso, pelas produtivas reuniões na sala 27.

A CNPq, CAPES, FAPESP e FAEP, pelo financiamento.

RESUMO

O trabalho realiza uma revisão teórica de conceitos desenvolvidos pela Teoria da Enunciação e uma análise dos processos discursivos que caracterizam o discurso político dos chamados "governos de transição" na América-Latina dos anos '80.

O corpus consiste no conjunto de alocuções e declarações pronunciadas pelo presidente argentino Raúl Alfonsín (1983-1989). A análise está centrada nos funcionamentos discursivos que desenvolvem as temáticas da democracia e da modernização.

Observa-se a construção de uma representação discursiva do sujeito do discurso alfonsinista como porta-voz da cidadania, realizada a partir de processos discursivos de identificação, que instalam o sujeito do discurso dentro de um "nós argentinos" imaginariamente consensual.

Porém, também se observam processos discursivos de diferenciação, que permitem ao sujeito do discurso destacar-se dos demais indivíduos que participam do referente discursivo designado pelo "nós" e representados como os enunciadores originários da palavra política.

Denominamos este lugar de diferença "ilusão de exterioridade" e analisamos as diversas formas através das quais ele é produzido.

A partir desta análise, fazemos uma reflexão teórica sobre a relação estabelecida entre formas lingüísticas e processos discursivos e revisamos o conceito de "formas objetivas ou de distanciamento/apagamento do sujeito", propostas inicialmente pelas teorias da enunciação. Concluimos que a " ilusão de exterioridade" é um efeito-sujeito produzido a partir de uma determinada posição de sujeito, que funciona como lugar de inscrição/identificação ideológica do sujeito do discurso.

SUMARIO

Apresentação	1
PRIMEIRA PARTE: EL VIAJE	3
- Tempos Modernos	4
- A Testemunha	15
- Un Lugar en el Mundo	42
SEGUNDA PARTE: DA PALAVRA DELEGADA A PALAVRA FUNDANTE	55
- A República	56
- A Constituição	64
- A Praça	71
- Da Rua à Sacada	77
- Entre Tapas e Beijos	85
- Nosotros, que nos queremos tanto...	97
- Debemos separarnos, no me preguntes más...	124
- No es falta de cariño, te quiero con el alma y en nombre de ese amor y por tu bien, te digo adiós	154
TERCEIRA PARTE: OS TEMPOS DA POLITICA; AS POLITICAS DO TEMPO	170
- A Insustentável Leveza do Ser	171
- Memórias do Futuro	182
- Santo Oficio de la Memoria	207

QUARTA PARTE: ULTIMA PARADA	233
-Crônica de uma Modernidade Anunciada	234
-Nós Político, Eu Supremo	243
ENVIO	259
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	260

APRESENTAÇÃO

No se espera de los críticos, como se espera de los poetas, que nos ayuden a hallar sentido a nuestra vida. Les corresponde tan sólo intentar la hazaña menor de hallar sentido a las formas en que intentamos hallar sentido a nuestra vida. (Frank Kermode, El sentido de un final. Estudios sobre la teoría de la ficción.)

Como apresentar um trabalho que não é mais do que o resultado de uma busca sempre inacabada por fazer sentido(s) nos domínios com os quais nos reconhecemos como sujeito de conhecimento? Vã tentativa de explicar a instabilidade do desejo, de recobrir com a alegada coerência do discurso científico o que na verdade não é mais do que nossa errática circulação pelas diferentes regiões de sentido, nas quais nos constituímos enquanto sujeitos de discursos, que necessariamente acreditamos sejam os nossos. Talvez o caminho seja acompanhar as pegadas deixadas por nossos passos ao longo do trajeto percorrido nessa nossa prática de conhecimento, que é uma maneira de entender a linguagem e também uma maneira de entender o político. Pegadas que partindo de direções diferentes acabam se encontrando no fim da travessia. Por um lado, a nossa preocupação com os discursos sobre a modernização que hoje atravessam recorrentemente o cenário político da América Latina. Por outro lado, o nosso interesse por compreender os processos discursivos que produzem no discurso uma ilusão de exterioridade para o sujeito do discurso em

relação a sua inscrição no acontecimento discursivo. Inquietações diversas que, no entanto, norteiam a caminhada para um mesmo horizonte teórico: a relação língua-discurso, como confronto do simbólico com o histórico.

PRIMEIRA PARTE

EL VIAJE¹

¹ Título do filme argentino dirigido por Fernando Solanas (1992).

TEMPOS MODERNOS

Essa dramaticidade de lo irresuelto que hace de la modernidad lenguajes de lo real, pero también abismo entre el lenguaje y lo real: consciencia y prepotencia del lenguaje frente a las fronteras y precipicios de las realidades de la historia. (Nicolás Casullo, Modernidad, biografía del ensueño y la crisis).

A década de '80 representou para a América Latina um retorno gradual à democracia após longos anos de ditaduras militares. Duas questões se levantaram então como problemas urgentes a serem resolvidos pelos novos governos: por um lado, uma questão de ordem jurídico-institucional envolvendo a definição de diferentes mecanismos de negociação política destinados a assegurar a estabilidade dos chamados governos de transição; por outro lado, a decisão de medidas de emergência que permitissem, não só superar a crise econômica que acompanhou a volta ao sistema democrático, mas sobretudo, recuperar o desenvolvimento das economias nacionais fortemente sucateadas pelas ditaduras. Ambas questões produziram na ordem discursiva a focalização do discurso político em dois núcleos temáticos: o da *democracia* e o da *modernização*, geralmente coincidentes e fundamento recíproco um do outro. Assim, os primeiros anos dos chamados governos de transição poderiam ser caracterizados (com algumas diferenças dependendo do país) pelo fato de terem centrado a prática política numa intensa prática

discursiva destinada a redefinir os conceitos de *democracia* e *modernização*.

O tema da *modernização* não é uma novidade do discurso político dos anos '80, ele já foi objeto de debate durante diferentes épocas, inclusive durante os anos dos últimos governos militares da região; entretanto, com a posse dos presidentes eleitos democraticamente, os discursos sobre a *modernização* sofrem um deslocamento importante: a questão deixa de ser colocada no plano econômico para ser considerada como uma discussão da ordem do político-institucional, e até mesmo da ordem cultural. Este deslocamento pode ser entendido como um efeito de sentido produzido pelo cruzamento do discurso sobre a *democracia* com o discurso sobre a *modernização*, ambos determinados pelas restrições temporais impostas pelo discurso da *transição*. Este especial quadro discursivo não é exclusivo do discurso político da época, pois ele também aparece determinando freqüentemente os trabalhos teóricos sobre os chamados *governos de transição*². Nestes trabalhos pode observar-se uma extensão do campo referencial designado por *transição*, que é definido num primeiro momento como o período que vai da abertura da atividade política à realização das primeiras eleições pós-ditaduras, alude depois ao processo de institucionalização e consolidação do sistema democrático, abrangendo assim, não só o período de mudança de regime mas

² Por citar só dois exemplos, Diniz et al. (1988) referente ao Brasil e Nun & Portantiero (1987) referente à Argentina.

também todo o mandato do primeiro governo democrático. Como consequência desta expansão semântica do campo referencial do conceito de *transição*, se opera no discurso político uma extensão dos sentidos de *precariedade* e de *provisório* do período de mudança de regime à administração do novo governo, o qual resulta definido ipso facto como essencialmente *instável*. Assim, no discurso político³, objeto principal do nosso interesse, observa-se um deslocamento em relação ao sentido do conceito de *transição*: este, que é definido nos trabalhos teóricos através de categorias de análise próprias da sociologia política (p.e: grau de mobilização popular, mecanismos de negociação política como pactos ou acordos multipartidários, institucionalização de procedimentos de participação semi-direta da população nas decisões governamentais, redefinição da função dos principais atores sociais, especialmente das forças armadas, etc.), passa a ser definido através de categorias semânticas temporais. Desta forma, os primeiros governos democráticos pós-ditaduras foram caracterizados temporalmente tanto como momento transitório

3 Preferimos por enquanto evitar envolver-mo-nos numa discussão teórica sobre a questão das tipologias discursivas. Com fins operacionais, utilizamos provisoriamente a caracterização institucional do discurso político feita por Podetti (1982), que o define a partir da conjunção dos seguintes traços: a- é produzido por uma instância vinculada ao Estado; b- tematiza os conflitos pelo poder de Estado; c- circula publicamente; d-supõe um lugar de legitimidade para a enunciação dos temas definidos em b, e portanto, produz efeitos mediatos ou imediatos sobre a sociedade. Segundo a autora "*los rasgos c- y d- son imprescindibles para calificar a un discurso de político. En cambio, pueden estar ausentes a- o b-, pero nunca ambos a la vez*" (op.cit.:11). Cf. também, Verón (1987).

entre dois regimes diferentes (a tão debatida transição), quanto como início de um processo inédito de reconstrução. Neste caso, o discurso político incorpora o tom épico das grandes epopéias nacionais, autorrepresentando-se como gesto definitivamente fundador de um novo tempo. Tempos longos e visionários que, no entanto, volatilizam-se acossados pelas urgências da crise, e sobretudo, pela insustentável leveza da transição, do ser não sendo ainda. Assim, observamos como o discurso da transição reorganiza o discurso político dos anos '80 dentro de uma encruzilhada discursiva configurada em chave temporal (tempo transitório e tempo fundador), onde os sentidos de *modernização* e *democracia* sofrem sucessivos deslizamentos da ordem do político e do econômico à ordem do cultural⁴, até coincidir no espaço restrito da subjetividade, do novo cidadão que estes discursos postulam e que configuram como lugar de origem de toda transformação estrutural. Desta maneira, o cruzamento do discurso sobre a modernização e do discurso sobre a democracia opera uma redefinição discursiva do espaço público pelo espaço do privado, ao desenhar a imagem de um novo sujeito moderno e democrático, cuja interiorização por parte dos cidadãos é condição necessária para a construção de uma nova cultura política, garantia de um futuro melhor para a nação: uma mudança subjetiva da identidade coletiva aparece então como

4 Referimo-nos às diferentes ordens do discurso, conceito definido por Foucault (1971) como o conjunto de procedimentos internos e externos de seleção/exclusão que determinam as condições de possibilidade e circulação dos discursos, entendidos como práticas de significação.

preâmbulo obrigatório de mudanças objetivas, como promessa definitiva de um *"destino de grandeza para a nação"*.

É neste quadro que colocamos nossas questões sobre o *discurso sobre a modernização*, entendendo-o como relato que resignifica a prática social e política pós-ditaduras; como *narração* que, nos termos de Faye (1972), ao mesmo tempo *enuncia a ação e a produz*, *"puisque là (no histórico, e nós acrescentamos, no político) enoncer signifie produire. Plus précisément: le procès même de l'histoire se manifeste en chaque instant comme double: action et récit"* (op.cit.:21). Narração que opera como reorganização imaginária do acontecer histórico e que implica um árduo trabalho enunciativo sobre a memória discursiva, destinado a configurar um lugar de legitimação para os novos sentidos que definiriam o fazer político durante a transição. Assim, a partir de uma abordagem discursiva podem levantar-se certas questões: qual é a imagem do tempo que sustenta a representação da temporalidade nos discursos sobre a modernização?, como essa imagem funciona em relação à memória discursiva e como ela opera como estratégia de legitimação?, neste sentido, qual é a relação entre a representação da temporalidade nos discursos sobre a modernização e o deslizamento destes discursos da ordem do econômico para a ordem do cultural?, como essa representação da temporalidade manifesta e/ou reage às condições de produção efetivas dos discursos sobre a modernização?, que imagem de sujeito político/cidadão definem estes discursos?, que formas

de representação do sujeito manifestam a especial encruzilhada discursiva na qual participam os discursos sobre a modernização durante os chamados governos de transição? e sobretudo, qual é a posição de sujeito que a representação da temporalidade constrói e a partir da qual se enunciam estes discursos?, e ainda, como se realizam a partir dessa posição enunciativa as operações de legitimação do lugar do locutor em relação aos destinatários?, isto é, através de que funcionamentos de interpelação política o discurso sobre a modernização, que supõe um sujeito universal de saber identificado com a voz da razão instrumental, articula-se numa cena enunciativa constituída imaginariamente durante as campanhas eleitorais como uma relação de interlocução/diálogo do líder com o povo, na qual o lugar do enunciador aparece representado enunciativamente pela figura do porta-voz, do *"mandatário do povo"*?

Esta última questão coloca o problema do funcionamento discursivo da figura enunciativa do porta-voz, entendida como uma das formas históricas de representação do sujeito de enunciação (Guilhaumou, 1989). Datada sua origem enquanto lugar de enunciação durante os acontecimentos da Revolução Francesa (Conein, 1981; Guilhaumou, op.cit.), a figura do porta-voz é definida como um funcionamento enunciativo de mediação da linguagem, como forma nova de enunciar a palavra política, através da qual um sujeito pertencente a um grupo e reconhecido pelos outros integrantes como igual, se destaca do resto como

centro visível de um nós em formação, que o coloca em posição de negociador potencial com o poder constituído (Pêcheux, 1982). Assim, devido a esta posição de intermediação ocupada pelo porta-voz, a função enunciativa se configura como uma relação de destinação da palavra realizada em duas direções: do grupo para o porta-voz e através deste para o poder ou adversário, e do poder ou adversário para o grupo, passando necessariamente pelo porta-voz, direções que no discurso político contemporâneo se representam como: "povo"→líder, a primeira, e líder→"povo", a segunda. Embora o porta-voz raramente recupere a materialidade lingüística da palavra do "povo", desde que este apagamento é constitutivo de sua configuração enunciativa enquanto **mediador** (Conein, op.cit.), tanto o "povo" quanto o adversário aparecem como os enunciadores originários da palavra mediada. No período de mudança de regime (campanhas eleitorais pós-ditadura) a figura do porta-voz funciona claramente nesta dinâmica de destinação da palavra política, centrada sobretudo na primeira direção: como representantes da população, os candidatos expressam a demanda da cidadania contra o inimigo comum: o governo militar. Mas esta dinâmica muda significativamente quando o candidato toma posse do poder; da função de mediador das demandas passa a se configurar em **destinatário** das mesmas. Já não há um terceiro sujeito de enunciação a quem dirigir a demanda, ou cujas respostas (insuficientes) transmitir ao grupo representado; entretanto, a euforia da volta à democracia (e a sempre

presente ameaça do poder militar) institui uma cena enunciativa, na qual é vital manter a representação do líder no governo como porta-voz legítimo da cidadania. Assim, a função enunciativa deixa de ser concebida como mediação (isto é, retomada mais destinação intermediada da "voz do povo") para ser exercida como representação (só retomada da voz)⁵; o inimigo comum aparece identificado não com atores políticos (sujeitos potenciais de enunciação), mas com objetos discursivos, como inflação, desemprego, dívida externa, etc⁶. Com o aparecimento no universo discursivo pós-ditadura do *discurso sobre a modernização*, a função enunciativa da figura do porta-voz sofre uma nova alteração: a palavra enunciada já não pode ser atribuída ao "povo" como enunciador originário da demanda, não há nenhuma identidade (embora discursivamente construída) entre a palavra do porta-voz e certos reclamos ou

5 O princípio presente na Constituição Nacional argentina - art.22- (e em outras constituições republicanas) que estabelece que o povo não delibera nem governa senão através dos seus representantes consagra juridicamente o funcionamento enunciativo da figura do porta-voz, enquanto retomada ou apropriação da voz do grupo representado e se constitui como princípio definatório do funcionamento da democracia liberal. Diametralmente diferente é o funcionamento enunciativo da figura do porta-voz enquanto mediação da palavra política no contexto de processos revolucionários, como demonstram os trabalhos de Guilhaumou (1989) e Pêcheux (1982) citados acima.

6 O discurso pronunciado pelo Presidente Raúl Alfonsín (Argentina) no 14-6-85 apresentando o novo plano econômico de luta contra a inflação -conhecido como Plan Austral- constitui um exemplo paradigmático deste tipo de funcionamento enunciativo. Menéndez & Raiter (1986) demonstram que a contestação da adequação do "plano de batalha" contra esse inimigo comum -a inflação- é equiparada no discurso alfonsinista a uma traição contra o povo e o governo, identificados com a democracia.

demandas populares; a direção da função enunciativa resulta assim revertida: no *discurso sobre a modernização* a figura do porta-voz se configura enunciativamente como uma fala **para** o "povo" (direção líder->"povo"), em lugar de se apresentar como uma fala **em nome do** ou **pelo** "povo". Desta maneira, a figura do porta-voz permite encobrir, sob a ilusão de uma função enunciativa de mediação ou de representação, uma fala que só implica uma função de **destinação**. E isto refere a *dupla visibilidade* descrita por Pêcheux (1982) em relação à figura do porta-voz: ele é ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento. Enquanto ator participa conjuntamente das ações do grupo apenas se destacando como alvo privilegiado do olhar alheio; enquanto testemunha, se diferencia do grupo por um olhar reflexivo que lhe outorga um excedente de visão sobre a participação do grupo na produção do acontecimento. É esta contradição constitutiva da figura do porta-voz, o centro do nosso interesse; esta tensão contraditória que constitui o porta-voz como o ponto de encontro de funcionamentos opostos: por um lado, processos discursivos de identificação, que reúnem porta-voz e representados sob a ilusão do **mesmo**; por outro lado, processos discursivos de diferenciação, que distinguem e destacam o porta-voz do grupo que ele representa, recluindo-o no espaço semântico do **diferente**⁷. Movimento pendular de inclusão/exclusão do porta-voz no grupo enunciatário do qual

7 Cf. Orlandi (1980) para uma explicitação da utilização das categorias do *mesmo* e do *diferente* na Teoria da Análise do Discurso.

ele é o centro visível. Neste trabalho, vamos explorar esta instabilidade constitutiva da função enunciativa que define a figura do porta-voz em relação ao particular quadro discursivo característico dos chamados governos de transição. Se a modernidade foi freqüentemente definida como *"la consciencia de una época que se mira a sí misma en relación con el pasado, considerándose resultado de una transición desde lo viejo hacia lo nuevo"* (Habermas, 1981:131), o mesmo olhar reflexivo pode encontrar-se nos discursos sobre a modernização que circularam na América Latina pós-ditaduras; olhar produzido no seio do poder institucionalizado e derramado sobre a cidadania através da figura do porta-voz, na sua condição (discursivamente construída) de testemunha do acontecimento. Se a modernidade foi entendida como *"la palabra que se descubre contando y deseando la historia moderna"* (Casullo, 1989:20), os discursos sobre a modernização podem ser considerados como a tentativa de legitimar esse novo relato da história política latino-americana, produzido pelos "governos de transição" a partir das instâncias máximas do Estado. E aqui reencontramos nossas questões iniciais: que processos discursivos constroem a especial configuração discursiva, da qual participam os discursos sobre a modernização na encruzilhada discursiva dos anos '80 na América Latina? e sobretudo, como se produz esse efeito ou ilusão de exterioridade que define a dupla visibilidade da figura do porta-voz e que permite a enunciação desses discursos a partir duma posição privilegiada de

testemunha dos acontecimentos históricos, cujo excedente de visão⁸ se constitui em princípio de legitimação do relato que eles impõem?

Com estas questões, nossas inquietações em relação ao discurso político contemporâneo vão ao encontro das preocupações teóricas que nortearam recentemente nossos passos: nosso interesse em compreender os processos discursivos que constroem para o sujeito do discurso uma **ilusão de exterioridade** em relação ao acontecimento discursivo. Ilusão de exterioridade às vezes entendida como efeito de um imaginário "lugar do observador", onde o sujeito se refugia no seu afã por apagar as marcas deixadas pela "sua" atividade de enunciação.

⁸ Bakhtin (1978:20) desenvolve a noção de "excedente de visão" a respeito da relação autor-personagem no romance clássico: "El autor no sólo ve y sabe todo aquello que ve y sabe cada uno de sus personajes por separado y todos ellos juntos, sino que ve y sabe más que ellos, inclusive sabe aquello que por principio es inaccesible para los personajes, y es en este determinado y estable excedente de la visión... donde se encuentran todos los momentos de la conclusión del todo". Na segunda parte deste trabalho, redefiniremos esta noção em termos discursivos.

A TESTEMUNHA

La dificultad en el estudio de las lenguas naturales proviene del hecho de que las marcas sintácticas, por su esencia, son capaces de desplazamientos, de transgresiones, de reorganizaciones. Es también la razón por la cual las lenguas naturales son capaces de política. (F. Gadet & M. Pêcheux, La lengua de nunca acabar).

Quando percorremos a literatura lingüística que trata do que desde Michel Bréal (1897) é caracterizado como "o elemento subjetivo da linguagem", não deixa de chamar nossa atenção a recorrente utilização, nas descrições realizadas pelos diferentes autores, de uma argumentação analógica sustentada no funcionamento de duas metáforas: a metáfora do olhar (trabalhada, por exemplo, pela noção de distância) e a metáfora da voz (desenvolvida através do conceito de polifonia, entre outros), articuladas freqüentemente numa outra, que funciona como condensação de ambas: a metáfora do teatro⁹. A observação da presença destes processos metafóricos de significação no bojo de um trabalho conceitual destinado a construir o objeto teórico estudado resulta ainda mais interessante quando reparamos em que sua aparição coincide, não com a definição do

⁹ Definimos metáfora seguindo Pêcheux (1975:132) "como o processo sócio-histórico que serve como fundamento da apresentação (donation) de objetos para sujeitos, e não como uma simples forma de falar que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não-metafórico, para o qual o objeto seria um dado natural, literalmente pré-social e pré-histórico".

que seria esse elemento subjetivo da linguagem, senão com a descrição do que é entendido como uma de suas propriedades mais importantes: *"o desdobramento da personalidade humana"*, retomando novamente os termos empregados por Michel Bréal. Assim, seguindo o trajeto desenhado pela utilização destas metáforas, percebemos como os diferentes autores elaboram o conceito de *subjetividade na linguagem* a partir da construção de uma oposição "dentro/fora", que configura um certo "lugar de exterioridade" para um sujeito constituído como interioridade originária. O que resulta evidente a partir de uma rápida revisão das diversas propostas sobre esta questão, é que conjuntamente com uma reflexão teórica sobre *"o elemento subjetivo da linguagem"*, se desenvolveu um trabalho de descrição analógica de um certo "lugar de exterioridade", que ingressa na teoria através de processos metafóricos de significação e dificilmente chega a atingir uma elaboração conceitual. Coloca-se então para nós uma dupla interrogação: 1- em que consiste finalmente esse "lugar de exterioridade" (frequentemente identificado com um imaginário "lugar do observador") que permite refletir sobre o *"desdobramento da personalidade humana"* que define o *"elemento subjetivo da linguagem"*?, e 2- como ele se produz? Assim, damos sequência à preocupação teórica que nos ocupa ultimamente (cf. Zoppi Fontana, 1989), orientando nossos estudos na direção de descrever e explicitar o funcionamento de uma posição enunciativa específica a partir da qual se produz como efeito

uma ilusão de exterioridade para o sujeito do discurso em relação ao acontecimento discursivo. Dito de uma outra maneira, o nosso interesse está centrado na análise dos processos discursivos que participam na configuração das formas de representação do sujeito do discurso, com ênfase naqueles que desenham uma posição imaginária externa e descentrada a partir da qual o sujeito se representa como um outro¹⁰.

Esta proposta coloca nossa questão em termos da relação língua-discurso, especificamente no que tange às relações de identificação (do sujeito enunciador com a forma-sujeito de uma formação discursiva dada) pelas quais se produz o efeito-sujeito. Desta maneira, nos situamos no amplo campo de questões levantadas pela Semântica da Enunciação, mas a partir de uma abordagem diferente, embasada nos pressupostos teóricos e epistemológicos que fundam os trabalhos da Escola Francesa da Análise do Discurso. Assim, parafraseando a Fuchs & Pêcheux (1975), pretendemos trabalhar a questão da enunciação a partir de *"uma teoria não subjetiva da constituição do sujeito em sua concreta situação de enunciador"* (op.cit.:171).

Permita-se-nos voltar alguns anos atrás na história da lingüística para recuperar a voz dos que iniciaram esta reflexão, porque neles já podemos encontrar expressas as

10 O termo *posição/posição enunciativa* é utilizado aqui de maneira inespecífica; adiante, ele será definido teoricamente dentro do quadro conceitual da Teoria da Análise do Discurso como *posição de sujeito*.

metáforas que organizarão posteriormente o estudo sobre a enunciação.

Começemos lembrando as colocações de Michel Bréal(1897:157) sobre "o aspecto subjetivo da linguagem":

Se é verdade, como se pretendeu, algumas vezes, que a linguagem é um drama em que as palavras figuram como atores e em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens, é necessário pelo menos melhorar essa comparação por uma circunstância especial: o produtor intervém freqüentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal, não à maneira de Hamlet que, mesmo interrompendo seus atores, permanece alheio à peça, mas como nós mesmos fazemos no sonho, quando somos ao mesmo tempo espectador interessado e autor dos acontecimentos. Essa intervenção é o que proponho chamar o aspecto subjetivo da linguagem.

Nesta citação observamos como Bréal já se vale da metáfora do teatro para descrever a subjetividade da/na linguagem, no entanto, o faz de uma forma pouco utilizada depois dele: na relação estabelecida entre o sujeito e a linguagem, configura-se simultaneamente para o sujeito tanto uma posição de **autor** quanto uma posição de **espectador**. Ou dito de uma outra maneira, aproveitando as analogias presentes no texto citado, o olhar estranhado do sujeito ("o espectador") não é externo ("alheio") em relação à peça (como o autor de Hamlet interrompendo seus atores), senão em relação ao próprio sujeito ("como nós mesmos fazemos no sonho"). Essa relação constante e simultânea entre presença e distanciamento do sujeito em relação ao acontecimento da linguagem é para Bréal constitutiva do elemento subjetivo da linguagem, e por tanto não se excluem,

mas se supõem e completam reciprocamente. É a esta divisão constitutiva do elemento subjetivo que Bréal se refere no mesmo texto como *"desdobramento da personalidade humana"* (op.cit.:160). Ainda mais inspiradores para a reflexão que aqui nos ocupa são os exemplos por ele apresentados. Depois de explicar que no sânscrito há uma forma específica na língua para a primeira pessoa do singular do modo imperativo, *"bravani=que j'invoque"*, ele comenta:

Por mais bizarra que nos possa parecer uma forma de comando em que a pessoa que fala se dá ordens a si mesma, nisso não há nada que não esteja de acordo com a natureza da linguagem. Essa primeira pessoa diz de modo mais breve o que é expresso em outras línguas de uma maneira mais ou menos indireta. (op.cit.:160)

Observamos, então, que para Bréal não só é próprio da natureza da linguagem o "desdobramento" constitutivo do elemento subjetivo, isto é, da intervenção do sujeito no acontecimento de linguagem, mas é próprio da língua comportar formas que "expressem" esse desdobramento. O exemplo da forma sânscrita é duplamente interessante, porque além de apresentar no nível morfológico as marcas desse "desdobramento", o faz na categoria gramatical que tradicionalmente se considera como a que centraliza a posição do sujeito na linguagem: a primeira pessoa singular, pela qual, segundo Bréal, *"o homem opõe sua individualidade ao resto do universo"*.

O trabalho de Charles Bally (1932) trata a questão do "desdobramento da personalidade" de maneira diferente, abrindo o caminho para a utilização da metáfora do teatro mais

freqüente nas teorias da enunciação: o sentido do enunciado entendido como a encenação (*mise en scène*) de múltiplas vozes ou pontos de vista (perspectivas) diferentes. Para Bally, deve distinguir-se entre o *pensamento real do sujeito falante* e o *pensamento que ele comunica*, o que faz com que em casos como a mentira ou a ironia o sujeito falante seja ao mesmo tempo lugar de dois pensamentos diferentes: o próprio e o que ele comunica como sendo o próprio. Esta possibilidade de separação dentro de um mesmo enunciado de pensamentos diferentes é para Bally uma consequência necessária da natureza do signo. Como resume Ducrot (1986) quando analisa o trabalho de Bally como uma proposta que conduz a uma concepção teatral do sentido:

Dans la mesure où le signe, selon la formule saussurienne, comporte à la fois un signifiant et un signifié, dans la mesure d'autre part où le signifié, selon Bally, est une pensée, la liberté que nous avons de choisir des signes implique la liberté de choisir une pensée: le trésor de phrase mis à notre disposition par la langue est en même temps une galerie de masques ou une garde-robe de costumes permettant de jouer une multitude de personnages différents -et même si le personnage choisi est conforme à la pensée "réelle", c'est encore un personnage. (op.cit.:21).

Assim, observamos como, para Bally, o que ele analisa como "desdobramento da personalidade" não implica, como para Bréal, uma cisão necessária do sujeito, autor e espectador ao mesmo tempo do acontecimento de linguagem, mas uma **multiplicação** dos pontos de vista ("pensamentos") comunicados por um enunciado. Não é o movimento de estranhamento produzido por um olhar externo revertido sobre o próprio sujeito o que está em jogo

neste uso da metáfora do teatro, mas o efeito de mascaramento desse sujeito produzido pela sobreposição, justaposição ou oposição de inúmeros olhares/vozes encenados pelo enunciado. A teoria da polifonia de Oswald Ducrot (1982) desenvolve teoricamente a proposta de Bally, descrevendo o funcionamento da enunciação a partir do jogo de diversas figuras enunciativas mostradas pelo enunciado: o **locutor**, que é aquele que se apresenta como responsável pela enunciação, e os **enunciadores**, que representam os diferentes pontos de vista ou perspectivas com os quais o locutor pode ou não identificar-se. A exploração da metáfora do teatro para a descrição da enunciação aparece explicitamente desenvolvida no seu trabalho:

Al decir que el locutor presenta su enunciación como una especie de representación a través de la cual da la palabra a diversos enunciadores, es decir, a los personajes, ampliamos la noción de acto de lenguaje...En ningún caso tenemos a un locutor que habla de una manera inmediata, ya que lo hace siempre a través de los enunciadores. (op.cit.:273-274).

Se lembramos aqui as colocações de Bréal reproduzidas no início, e se consideramos que tanto locutor quanto enunciadores são para Ducrot "*seres do discurso*" não equiparáveis ao sujeito falante empírico que produz o enunciado, podemos afirmar que a analogia entre a teoria da polifonia e a representação teatral produz como resíduo teórico um lugar não definido situado irredutivelmente fora do jogo enunciativo, fixado na posição de autor e inatingível por um olhar reflexivo que o colocaria na posição de espectador interessado de sua própria produção.

Este rápido acompanhamento dos deslocamentos sofridos pela metáfora do teatro no seio de diferentes teorias enunciativas¹¹ permite observar que ela foi trabalhada pelos autores basicamente em duas direções:

1- Como **encenação**, o que leva a considerar uma multiplicidade de figuras enunciativas (máscaras) mostradas pelo enunciado, organizadas em relação à figura do locutor, que funciona (pela presença ou ausência) como princípio organizador. Neste caso, entende-se o "desdobramento da personalidade" como uma multiplicação ou dispersão dos lugares de enunciação disponíveis para o sujeito, o qual fica necessariamente fora do jogo enunciativo, irredutível na sua posição de autor/diretor da peça. Dito de uma outra maneira, desde que a relação que se estabelece entre o sujeito falante e as diferentes figuras enunciativas é de irredutível exclusão (a descrição do sentido de um enunciado só considera as últimas), a multiplicação dos lugares de enunciação não abala estruturalmente ao sujeito, o que é ainda representado (ou suposto, nos casos em que não há uma explicitação teórica a seu respeito) como dono e mestre de um dizer intencionalmente orientado¹².

¹¹ A seleção de textos foi realizada segundo um critério de representatividade dos deslocamentos sofridos pelas metáforas que nos ocupam no seio das diferentes teorias sobre a enunciação, razão pela qual não pretendemos que seja exaustiva.

¹² Authier-Revuz (1982) aponta para este resíduo teórico da descrição polifônica da enunciação quando afirma: "*Si le moi remplit pour un sujet une fonction réelle, essentielle, qui est une fonction de méconnaissance, il s'agit pour le linguiste de*

2- Como lugar de estranhamento, isto é, como o espaço que produz um olhar externo revertido sobre o próprio sujeito, que lhe permite observar-se no acontecimento de linguagem e, como efeito desse olhar, reconhecer-se como sujeito da/na linguagem. Em outras palavras, esta interpretação da metáfora do teatro leva necessariamente a considerar uma posição de exterioridade do sujeito em relação a si mesmo, produzida na e pela própria linguagem, que obriga a entender o "desdobramento da personalidade" como a representação na língua de uma cisão constitutiva do sujeito, autor e espectador ao mesmo tempo do acontecimento de linguagem. Importa notar ainda que, quando a metáfora do teatro é interpretada desta maneira, a analogia entre o funcionamento da linguagem e o funcionamento da representação teatral se acrescenta (sintomaticamente) uma comparação com o funcionamento enunciativo do sonho; voltaremos sobre este ponto.

Cabe perguntar-se, então, quais são as consequências deste tipo de argumentação analógica em relação à descrição da organização formal do sistema lingüístico? Observamos que a distinção elaborada metaforicamente entre uma posição de autor

reconnaître, dans l'ordre du discours la réalité des formes par lesquelles le sujet se représente comme centre de son énonciation, sans pour autant se laisser prendre lui-même à cette représentation illusoire... Faute de ce déplacement, les notions de "distance", de "prise en charge" localement "suspendue", de sujets susceptibles de conjuguer ou de disjoindre leurs fonctions de "sujet parlant, locuteur, énonciateur", reconduisent, sous une forme aménagée, plus complexe, le modèle du locuteur source une d'un discours maîtrisé: de soliste, si l'on veut, il deviendrait chef d'orchestre". p.143

e uma posição de **observador** do acontecimento da linguagem se projetou sobre os elementos que compõem o sistema da língua, configurando uma oposição entre a *parte subjetiva* (dita *essencial*) e a *parte ou porção objetiva* da linguagem. Estes são os termos empregados por Michel Bréal no texto que pode ser considerado como fonte da célebre descrição de Benveniste do *aparelho formal da enunciação*. Diz Bréal (1897:161):

O homem ao falar está tão longe de considerar o mundo como observador desinteressado que se pode julgar, ao contrário, que a parte que ele se dá a si mesmo na linguagem é desproporcionada. Sobre as três pessoas do verbo, há uma que ele se reserva de modo absoluto (a que se convencionou em chamar a primeira). Desse modo ele opõe sua individualidade ao resto do universo. Quanto à segunda pessoa ela não nos distancia ainda muito de nós mesmos, já que a segunda pessoa não tem outra razão de ser que a de achar-se interpelada pela primeira. Pode-se, pois, dizer que só a terceira pessoa representa a porção objetiva da linguagem.

Deste modo, a distinção entre um "dentro" e um "fora" delimitada a partir da metáfora do olhar que funda a comparação do acontecimento da linguagem com uma representação teatral, isto é, a distinção que permite descrever o acontecimento da linguagem como comportando um sujeito enunciador que atua ao mesmo tempo como autor ("dentro") e espectador/observador ("fora") do enunciado que está sendo produzido, se inscreve nas descrições do sistema da língua como uma oposição de tipo formal entre *formas subjetivas* (ou "marcas de subjetividade") e *formas objetivas* (ou "formas de apagamento do sujeito de enunciação"). Oposição que vemos desenvolvida no trabalho de Benveniste (1966) através dos pares *pessoa-não pessoa*,

discurso-história, e a partir dele, em numerosos trabalhos sobre a questão da enunciação (cf. entre outros, Kerbrat-Orecchioni, 1980; Simonin-Grumbach, 1983). Constatamos assim como esse "lugar de exterioridade", criado pelo funcionamento de processos metafóricos de significação que participam na construção de uma analogia destinada a explicitar o funcionamento do "elemento subjetivo da linguagem", acaba sendo projetado sobre a língua como princípio descritivo da organização dos elementos que compõem o sistema: as formas objetivas da língua teriam a função de expressar a "exterioridade" do sujeito enunciador em relação ao enunciado e ao ato de enunciação. Projeção que permite, já dentro de um quadro teórico pragmático que considere a intenção comunicativa do sujeito enunciador, formulações como as de Kerbrat-Orecchioni (1980:43):

"La problemática de la enunciación es la búsqueda de los procedimientos lingüísticos (shifters, modalizadores, términos evaluativos, etc.) con los cuales el locutor imprime su marca al enunciado, se inscribe en el mensaje (implícitamente o explícitamente) y se sitúa en relación a él (problema de la "distancia enunciativa")."

Assim, a oposição "dentro/fora", surgida no seio da metáfora do olhar e retomada por certas descrições do sistema da língua como uma oposição entre "formas subjetivas/formas objetivas", é reelaborada a partir de uma perspectiva pragmática como um problema de "distância enunciativa" cujos pólos seriam a "presença/ausência" do sujeito enunciador no enunciado. Conseqüentemente, como produto de sucessivos

deslocamentos teóricos, chegamos finalmente a uma elaboração conceitual desse "lugar de exterioridade" metaforicamente inscrito nas teorias pragmáticas sobre a enunciação: o conceito de "*distância enunciativa*" permite definir essa exterioridade como função do uso de certos elementos do sistema lingüístico (as "*formas objetivas*") realizado pelo sujeito enunciador durante o ato de enunciação. Sendo que o conceito de distância permite descrever uma relação gradual de oposição, permite também identificar no sistema da língua formas intermédias (mais ou menos subjetivas ou objetivas) de "*modalização*"¹³. Desta forma, essa posição de exterioridade descrita inicialmente por Bréal, que permitia pensar uma cisão constitutiva do sujeito (*autor e espectador interessado* do ato de enunciação), acaba sendo redefinida como função de uma interioridade primeira e originária: o sujeito enunciador, o *ego* inicialmente descrito por Benveniste (1966).

É neste espaço aberto pela metáfora do "olhar do autor/espectador" que pretendemos desenvolver esta reflexão, mas evitando ficar presos na malha dos processos metafóricos de significação que lhe deram origem. Para isso assumimos os postulados teóricos e epistemológicos propostos pelos trabalhos da Escola Francesa da Análise do Discurso (doravante AD). Com

¹³ Kerbrat-Orecchioni (1980:202), por exemplo, propõe a seguinte formulação: "*Toda secuencia discursiva lleva la marca de su enunciante, pero según modos y grados diversos... Toda secuencia se localiza en algún punto del eje que une los dos polos, infinitamente alejados, de la objetividad y de la subjetividad*".

esta denominação designamos a linha de reflexão teórica sobre linguagem e ideologia fundada por Pêcheux e colaboradores no fim da década de '60¹⁴.

A principal característica que identifica esses trabalhos é a maneira como eles definem seu objeto de estudo, o **discurso**. Ele é entendido como um objeto teórico, integralmente lingüístico e integralmente histórico; isto é, como o espaço teórico que permite estudar a relação entre a **língua** (o sistema de signos lingüísticos) e a **ideologia** (como determinação histórica do sentido pelas relações de forças que se confrontam numa dada formação social)¹⁵. Como consequência necessária desta conceitualização do discurso, se produz uma redefinição crítica dos conceitos de **sujeito** e de **sentido**, que servem de base pre-teórica a maioria das correntes lingüísticas contemporâneas. Assim, os trabalhos filiados teoricamente à linha de reflexão fundada por Pêcheux pressupõem o **descentramento do sujeito** e a **historização do sentido**. O

¹⁴ Cf. Pêcheux, 1969, 1975, 1983; Fuchs & Pêcheux, 1975; Courtine, 1981 e 1982; Henry, 1977; Mالدیدier, 1980, entre outros.

¹⁵ Nos importa destacar que o conceito de *ideologia* que estamos considerando não é aquele que a define como "representação do mundo ou Weltanschauung" (nas teorias sociológicas) ou como "ocultação ou falsa ideologia" (na teoria marxista). Pelo contrário, definimos *ideologia*, levando em conta a relação que se estabelece entre as condições de produção e a base lingüística dos enunciados, como "interpretação do sentido em uma certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, pois, ocultação, mas função da relação necessária entre a linguagem e o mundo", (Orlandi, 1983a:8).

sujeito não é mais entendido como origem e fonte do dizer, em absoluto controle estratégico e intencional do sentido de "seus" enunciados; pelo contrário, assume-se a **determinação ideológica** do sujeito por **formações discursivas** (doravante FDs) que o precedem e excedem, dentro das quais se constituem as diferentes posições de sujeito que permitem ao sujeito sua enunciação. A mesma determinação ideológica opera sobre o sentido (de uma palavra, de uma frase, de um texto), o qual não está na língua (como produto das oposições internas do sistema) nem no sujeito (como produto de um planejamento estratégico a partir de uma intenção significativa ou de comunicação); pelo contrário, postula-se que o sentido é produzido **materialmente** a partir dos processos discursivos que delimitam/opõem as FDs que atravessam uma formação social.

Assim, sujeito e sentido se constituem reciprocamente em relação a uma (ou várias) FD(s), dentro da(s) quais ambos são produzidos como efeitos, efeito de sentido e efeito-sujeito. As FD funcionam como "matriz" para a produção do sentido e elas determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura histórica determinada (Fuchs & Pêcheux, 1975). As relações de paráfrase interiores à matriz de sentido inerente a uma FD se constituem em **processos discursivos**; a produção do sentido é indissociável destas relações de paráfrase entre seqüências diferentes pertencentes a uma mesma FD. *"É este fato de toda seqüência pertencer necessariamente a uma FD para que seja "dotada de sentido" que se acha recalcado*

para o sujeito e recoberto para este último pela ilusão de estar na "fonte do sentido", sob a forma da retomada pelo sujeito de um sentido universal preexistente" (op.cit.:169-170). Assim, os processos discursivos não têm origem no sujeito, mas se realizam necessariamente nele, através de uma relação de identificação do sujeito enunciador com o sujeito universal ou forma-sujeito de uma FD¹⁶. Esta relação de identificação, que interpela/constitui o sujeito enunciador em sujeito ideológico, é designada **posição de sujeito**; diferentes posições de sujeito são estabelecidas por diferentes sujeitos relacionando-se com a forma-sujeito de uma mesma FD, como resultado são produzidos diferentes **efeitos-sujeito** no interior do discurso de cada sujeito.

A partir destes pressupostos teóricos, se faz necessário revisar as definições de enunciação propostas a partir de abordagens não discursivas. Quando ela é definida como uma relação necessariamente presente do sujeito enunciador com o seu enunciado, aparece reproduzida a nível teórico a **ilusão subjetiva** que constitui ao sujeito como ego-imaginário. Como explicam Fuchs & Pêcheux (op. cit.), definir enunciação como a organização do discurso do sujeito enunciador por referência direta ou divergente, ou por ausência de referência, à situação

16 Interessa citar aqui a definição de forma-sujeito proposta por Althusser e reproduzida por Pêcheux (1975): "Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito. A forma-sujeito, de fato é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais" (nota 31:183).

de enunciação (o eu-aqui-agora do locutor) é resultado do apagamento teórico da determinação ideológica que afeta tanto o sentido do enunciado quanto o próprio sujeito enunciador. Embora esse apagamento seja constitutivo da atividade da linguagem, ou seja, da relação que o sujeito enunciador estabelece com o ato de enunciação, ele não deve ser refletido no nível teórico. Assim, a AD descreve a enunciação, em relação ao sujeito enunciador¹⁷, como os mecanismos imaginários que, apoiados em diversas formas da língua, o constituem como ego-imaginário, isto é, como fonte e origem do sentido dos enunciados e como centro autônomo e indiviso de uma vontade comunicativa. Essa representação do sujeito enunciador como ego-imaginário não é mais do que uma ilusão produzida como resultado de um duplo esquecimento:

- o esquecimento nº1, pelo qual fica recalcada para o sujeito a sua inscrição numa FD, com cuja forma-sujeito ele se identifica e a partir da qual ele enuncia; produto deste esquecimento é a ilusão subjetiva de estar na origem dos enunciados. Este esquecimento funciona no nível do inconsciente do sujeito, e portanto, os processos discursivos que constituem o seu discurso permanecem inacessíveis para o sujeito enunciador.

¹⁷ Em relação ao sentido, a enunciação é definida como processo de enunciação <que> consiste em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característico colocar o "dito" e em consequência rejeitar o "não-dito", (Fuchs & Pêcheux, 1975:176).

- o esquecimento nº2, pelo qual o sujeito tem a ilusão da realidade do seu pensamento (da transparência do sentido), a ilusão de que o dito (X) só pode ser dito como ele o disse (X). Este esquecimento funciona no nível consciente ou pre-consciente do sujeito enunciador, razão pela qual este tem um certo acesso às operações de argumentação e organização textual do "seu" discurso, que se representam imaginariamente para o sujeito como uma "tomada de posição" em relação ao enunciado. Ora, esta "tomada de posição" é imaginária, desde que o sujeito enunciador só tem acesso às operações que constroem as **formulações** e não aos **enunciados**¹⁸ do "seu" discurso, isto é, ele só opera (pre)conscientemente com o **dito**, não com o **dizível**, e menos ainda, com o que fica fora deste dizível.

É preciso lembrar aqui que para uma abordagem discursiva que assume os pressupostos teóricos que colocamos acima, o conceito de **exterioridade** que interessa considerar não é aquele que apontaria para uma objetividade empírica fora da linguagem (o *contexto* ou a *situação* a que numerosas teorias sobre a enunciação fazem referência); pelo contrário, é uma exterioridade que intervém materialmente na textualidade como **interdiscurso**, isto é, como uma memória do dizer que abrange o universo do dizível e que *"fornece a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-*

18 Retomamos a distinção feita por Courtine (1981, 1982), definindo *enunciado* como os elementos de saber de uma FD, isto é, como um esquema geral que governa a repetibilidade das *formulações*, que são as diferentes sequências linguísticas que reformulam o enunciado no fio do discurso.

aceitas-experimentadas" (Orlandi, 1992a:4)¹⁹. O interdiscurso é, desta maneira, o conceito teórico que permite trabalhar na AD com a exterioridade constitutiva do discurso, ou seja, com sua historicidade.

Estamos agora em condições de voltar a nossa questão sobre o funcionamento do efeito de **ilusão de exterioridade** em relação às formas de representação do sujeito do discurso, isto é, à análise dos processos discursivos que configuram uma posição de sujeito que funciona imaginariamente para o sujeito enunciador como um lugar externo e descentrado a partir do qual ele se representa como sendo um outro. O que nos leva a retomar a metáfora do olhar do autor/espectador, mas sem cair nas suas armadilhas²⁰.

No rápido apanhado que fizemos sobre as diferentes propostas das teorias da enunciação sobre a questão das "**marcas de subjetividade**" nos enunciados, observamos, por um lado, a repetida constatação do funcionamento heterogêneo dos elementos

19 Pêcheux (1975:162) explicita que "toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao "todo complexo com dominante" das formações discursivas, intrinsecamente no complexo das formações ideológicas". Ele denomina **interdiscurso** a esse todo complexo com dominante das formações discursivas.

20 Henry (1977) escapa dessas armadilhas quando se utiliza (como Bréal) da analogia com o sonho para descrever a cisão do sujeito, constitutivamente dividido pelo inconsciente: "O sujeito não pode ser pensado no modelo da unidade de uma interioridade, como conexo. Ele está dividido como aquele que sonha, entre sua posição de autor do seu sonho e de testemunha deste. Mas é preciso o sonho, o lapso, ... para que apareça. Fora disso, eu me penso espontaneamente como origem dos meus pensamentos, dos meus atos e das minhas palavras", p.171.

do sistema lingüístico²¹ que servem de base material para a produção do efeito-sujeito, isto é, para a representação do sujeito do discurso enquanto sujeito enunciador; por outro lado, a elaboração que as diferentes teorias fazem sobre este fato de língua, descrevendo-o como resultado de uma relação "dentro-fora", "subjetividade-objetividade", na qual a exterioridade é produzida a partir de uma interioridade originária. Este é o pressuposto que sustenta as propostas que definem a *subjetividade na linguagem* como uma consequência da *distância* em que o sujeito enunciador se coloca em relação a "seus" enunciados, sendo a sua "presença" e a sua "ausência" os pólos opostos dessa relação (Kerbrat-Orecchioni, 1986). É também o pressuposto implícito sobre o qual se constroem as metáforas do olhar e da voz -condensadas freqüentemente como metáfora teatral-, que descrevemos acima. A recorrência destas metáforas na reflexão sobre "*o elemento subjetivo da linguagem*" revela os pontos de fuga na língua²², onde a homogeneidade das descrições sustentadas na interioridade de um sujeito

²¹ Jean-Marie Marandin (1983) -reelaborando a noção de *grossièreté* definida por Milner (1989)- utiliza o conceito de *heterogeneidade organizacional da língua* para referir, por um lado, à diferença de funcionamento dos diferentes planos organizacionais do sistema lingüístico -plano morfológico, plano sintático, etc-; por outro lado, para apontar as diferenças de funcionamento entre elementos pertencentes a um mesmo plano organizacional.

²² Henry (1977), denomina assim as dificuldades teóricas e práticas encontradas no exercício de uma ciência como consequência da contradição entre objeto real e objeto de conhecimento. No caso da lingüística, ele aponta a questão da enunciação como um desses pontos de fuga.

enunciador pressuposto pela teoria se quebra por efeito de uma exterioridade constitutiva que o afeta e cuja elaboração teórica escapa ao quadro epistemológico dessa mesma teoria, sendo, então, necessariamente elaborada através de processos metafóricos de significação. Desta maneira, observamos como se produz um simulacro de exterioridade²³ dentro da língua, que reproduz em termos teóricos a ilusão constitutiva do sujeito enunciador de ser centro e origem do seu dizer, em absoluto controle da sua relação com seus enunciados, o que concerne evidentemente a sua inclusão (presença), exclusão (ausência) ou aproximações intermédias (distância). Assim, *marcas de subjetividade e formas de apagamento* se complementam na produção de uma interioridade centrada no sujeito enunciador, que serve de coordenada de base (o eu-aqui-agora) para a organização das descrições realizadas pelas teorias sobre a enunciação. Neste quadro teórico, a exterioridade é função dessa interioridade primeira pressuposta. Ora, este simulacro de exterioridade produzido por certas teorias sobre a

23 Luis Orlandi (1988) no seu trabalho sobre a filosofia de Deleuze, explica como o conceito de simulacro permite pensar a diferença sem remetê-la a nenhum princípio de semelhança ou identidade. Assim, em lugar de pensar a diferença a partir de uma similitude ou de uma identidade preliminar (fórmula adotada pela teoria linguística desde sua fundação como ciência no seio do estruturalismo), se pode, pelo contrário, pensar a similitude e a identidade como produto de uma disparidade de fundo, de uma disparidade constituinte. Na nossa reflexão, aproveitamos o conceito de simulacro para pensar o efeito de ilusão de exterioridade em relação à dispersão do sentido própria dos processos discursivos, em lugar de considerá-lo em relação ao sujeito enunciador, definido pelas teorias da enunciação como unidade originária do sentido.

enunciação funciona para nós como sintoma da ação do real da língua (*la langue*) e do real da história (as relações de força que se confrontam numa formação social determinada) agindo sobre o sujeito. Ação que os diferentes autores percebiam nos efeitos e que descreviam conforme os quadros epistemológicos com os que se identificavam, seja a partir de uma explicação de língua (efeito da oposição de paradigmas diferentes -*parte subjetiva/parte objetiva*- do sistema da língua), seja a partir de uma explicação pragmática, considerando as intenções comunicativas (*distância enunciativa*) do sujeito enunciador. Formas de tratar espontaneamente²⁴ da cisão constitutiva do sujeito, estruturalmente afetado pelo inconsciente e pela ideologia. Formas também de contornar teoricamente a dupla determinação da língua, considerada na AD como o lugar onde ideologia e inconsciente se relacionam materialmente (Orlandi, 1993b).

No entanto, como diz Henry (1977:195) "*enquanto houver linguagem haverá língua. É aí que um real insiste*". No nosso caso, observamos os efeitos desse real na heterogeneidade do funcionamento do sistema lingüístico quando considerado em relação aos processos de enunciação. "*Tendo reconhecido esse real, corre-se o risco de dar o passo de supô-lo redutível ao real de um sujeito*" (ibidem), passo efetivamente dado pelas

24 Pêcheux (1975) utiliza o conceito de *filosofias espontâneas* para referir às teorias linguísticas que refletem no nível teórico a ilusão subjetiva que constitui o sujeito enunciador como efeito-sujeito, ou seja, como ego imaginário origem e mestre do dizer.

teorias sobre a enunciação que acabamos de examinar. Mas, citando ainda a Paul Henry, "o que é notável não é o fato de os *lingüistas* darem esse passo, mas que eles fracassem ao fazê-lo, que a língua ultrapasse esse sujeito que eles supõem-lhe". São esses lugares de ultrapassagem, esses pontos de fuga, o que nos interessa observar aqui. Mas para isso é preciso produzir um deslocamento na direção da reflexão, de modo que nem a língua nem o sujeito sejam entendidos como causas **suficientes** para a produção desse "lugar de exterioridade", descrito nas teorias a partir do funcionamento da metáfora do olhar como o "lugar do observador/espectador". Deslocamento que implica considerá-lo como efeito-sujeito que se realiza **através** das formas do sistema lingüístico e que **afeta** ao sujeito, mas que é produzido pelo funcionamento dos processos discursivos que delimitam as diferentes posições de sujeito dentro do complexo de FD que intervêm como interdiscurso. Efeito-sujeito ao qual denominamos **ilusão de exterioridade**, por considerá-lo complementar e subsidiário da ilusão subjetiva que afeta ao sujeito enunciador, produzida pelos dois esquecimentos acima descritos.

Assim reinterpretemos o *simulacro de exterioridade*, isto é, a oposição entre formas subjetivas ou marcas de subjetividade e formas objetivas ou marcas de distanciamento/apagamento do sujeito, criado pelas teorias lingüísticas sobre a enunciação, como sintoma de uma linha de fissura que atravessa as descrições da língua em todos os níveis de análise. Uma linha de fissura que percorrendo fatos da **ordem** da língua -o conjunto

de diferenças e oposições que ordenam a materialidade lingüística como sistema simbólico afetado constitutivamente pelo equívoco- revela os pontos de instabilidade da **organização** formal do sistema da língua enquanto objeto de conhecimento²⁵. Para nós, essa linha de fissura funciona como **dobra** (Deleuze, 1986) da língua, na qual se constitui o sujeito enunciador (o *ego* descrito por Benveniste, 1966) enquanto efeito-sujeito. *Dobra da língua* que entendemos tanto como base material dos mecanismos simbólicos que constituem o sujeito enquanto *sujeito de linguagem e sujeito ideológico* -atingimos assim o nível do esquecimento nº 1-, quanto como lugar teórico onde se reproduz a ilusão subjetiva que afeta ao sujeito enunciador - consideramos assim o funcionamento imaginário dos processos de enunciação, situando-nos então no nível do esquecimento nº2.

Nos servimos do conceito desenvolvido por Deleuze, porque ele questiona a simetria da oposição entre uma *interioridade* e uma *exterioridade* definidas em termos absolutos. Por um lado, ele aponta para a natureza relacional dos termos da oposição; por outro lado, quebra a aparente simetria da oposição, definindo "*a dentro como operação da fora...um dentro que seria apenas a prega da fora, como se o navio fosse uma dobra do mar*" (op.cit.:105). Pêcheux (1975:163) explicita essa dissimetria entre um "exterior" constitutivo e um "interior" imaginário quando descreve os processos de constituição do efeito-sujeito

²⁵ Orlandi (1983b) desenvolve esta oposição entre *ordem e organização* da língua, em relação com a sua definição de língua entendida como **forma material**.

como "o processo sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito-sujeito como "interior" sem "exterior", e isso pela determinação do real (exterior) e especificamente do interdiscurso como real exterior".

É desta forma que entendemos o funcionamento da *ilusão de exterioridade* como efeito-sujeito produzido pela determinação do interdiscurso (exterioridade constitutiva do discurso). Assim, o desdobramento imaginário do sujeito enunciador, desdobramento que se representa como uma tomada de posição (através das formas subjetivas) ou um distanciamento (através das formas objetivas) em relação ao enunciado, consiste de fato em "uma reduplicação da identificação (com a forma-sujeito) precisamente na medida em que ele (o desdobramento do sujeito) designa o engodo dessa impossível construção da exterioridade no próprio interior do sujeito" (Pêcheux, op. cit.:172).²⁶

As teorias da enunciação que diferenciam nas suas descrições do sistema lingüístico formas subjetivas e formas objetivas transportam essa ilusão de exterioridade, produzida pela determinação do interdiscurso sobre os enunciados, do "interior" do sujeito para o "interior" da língua. Ou seja, a mesma ilusão subjetiva (isto é, o mesmo esquecimento do real

²⁶ Interessante notar que no mesmo texto, Pêcheux retoma a questão da tomada de posição em termos que lembram a imagem de dobra: a tomada de posição não é concebível como um ato originário do sujeito-falante: ela deve ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da exterioridade do real ideológico-discursivo, na medida em que ela "se volta sobre si mesma" para se atravessar, (Pêcheux, 1975:170).

ideológico-discursivo), que permite ao sujeito enunciador se representar como sendo livre e autônomo na relação com "seus" enunciados, permite ao lingüista "reconhecer" formas subjetivas e formas objetivas no sistema da língua. Daí a decisão de denominar *dobra da língua* a essa distinção realizada pelas teorias da enunciação, que se fundam sobre o conceito de *sujeito-falante*.

Ora, enquanto "*dobra da língua*", esse conjunto de formas não pode ser entendido como causa suficiente senão como manifestação de processos de significação e de subjetivação determinados alhures. Portanto, não há razão teórica nenhuma para restringir o efeito de *ilusão de exterioridade* ao funcionamento de determinadas formas da língua. Ao contrário, pode postular-se que, embora as chamadas *formas de distanciamento* ou *apagamento do sujeito* sejam os elementos da língua mais estudados em relação ao efeito de *ilusão de exterioridade*, eles não são os únicos elementos através dos quais se manifesta este efeito; pelo contrário, pode levantar-se a hipótese de que elementos que comumente são descritos como marcas de subjetividade, isto é, como manifestação explícita da atividade enunciativa realizada pelo sujeito, sirvam de base material para a produção de um efeito de *ilusão de exterioridade* para o sujeito do discurso.

Desta maneira, propomos realizar um deslocamento teórico que permite passar da descrição do funcionamento dos elementos do sistema da língua (marcas de subjetividade, formas de

distanciamento) para a compreensão dos processos discursivos que envolvem esses elementos na produção material do efeito-sujeito que chamamos *ilusão de exterioridade*, deslocamento que necessariamente terá consequências sobre as formas de trabalhar teoricamente a relação língua-discurso.

Assim, retomando a metáfora do "olhar do autor/espectador", redefinimos esse imaginário "lugar do observador" como um dos lugares de inscrição ideológica -ou seja, uma das posições de sujeito- possíveis para o sujeito na sua relação constitutiva de identificação com as FDe numa formação social determinada. Entendemos que o efeito-sujeito que chamamos *ilusão de exterioridade* é produzido a partir dessa posição, delimitada em cada caso por condições de produção do discurso específicas e diversas. Desta forma, trabalhamos a evidência subjetiva (Henry, 1990), mas não como fim em si mesma, senão como meio para atingir os processos discursivos que produzem a evidência do sentido para esse sujeito-²⁷

E aqui voltamos a encontrar nossas preocupações iniciais sobre os discursos sobre a modernização na América Latina contemporânea. É a partir deste efeito de *ilusão de*

²⁷ Distinguimos, assim, o objetivo do nosso trabalho daquele perseguido por Jacqueline Authier-Révuz (1982, 1984, 1983) no seu estudo sobre as *heterogeneidades enunciativas*. A autora também identifica uma imaginária posição de observador a partir da qual o sujeito enunciativo se representa como um outro, mas ela analisa seu funcionamento em relação à constituição do *sujeito da linguagem* enquanto ego imaginário, isto é, da "evidência subjetiva". Nosso interesse se orienta, pelo contrário, na direção de compreender o funcionamento dessa posição em relação com a constituição do *sujeito da ideologia*, ou seja, da construção da "evidência do sentido".

exterioridade que acabamos de definir, que analisaremos o funcionamento enunciativo da figura do porta-voz na encruzilhada discursiva que descrevemos acima como o cruzamento de um *discurso sobre a democracia* e de um *discurso sobre a modernização*, ambos sobredeterminados por um *discurso da transição*. O exame dos processos discursivos que produzem esse efeito de sentido nos permitirá observar como o sujeito universal de saber identificado com a razão instrumental, que é pressuposto pelo *discurso sobre a modernização*, se articula no funcionamento enunciativo da figura do porta-voz. Articulação esta que nos permite compreender a "dupla visibilidade" que tensiona a figura do porta-voz (Pêcheux, 1982) e a partir da qual se produz a reversão da direção da função enunciativa estabelecida entre o porta-voz e o grupo que ele representa.

UN LUGAR EN EL MUNDO²⁸

Explicar a los argentinos es como intentar una axiología de la inconsciencia. (Mempo Giardinelli, Santo oficio de la memoria).

Para tentar responder a nossas questões, decidimos trabalhar sobre um caso específico, que por suas características particulares se apresenta como paradigmático: o discurso alfonsinista (doravante DAL) sobre a modernização. O material empírico que usamos como base para a análise está composto pelo conjunto de textos dos discursos, declarações e conferências de imprensa presidenciais, produzidos por Raúl Alfonsín durante seu mandato à frente do governo da República Argentina de dezembro de 1983 a julho de 1989²⁹. Além destes textos, foram também considerados na análise: matérias jornalísticas da época; o nº 9 *El alfonsinismo, navegaciones y enigmas* (abril'86) e nº 10 *Che, Modernidad* (junho'86) da revista **UNIDOS**, publicada por uma organização peronista (oposição); o nº 4 *¿Modernización o gatopardismo?* (julho'86) da revista **PLURAL**, publicada por uma fundação reconhecidamente oficialista; os discursos da campanha eleitoral dos dois principais candidatos (Juan Manuel Casella pelo oficialismo, Antonio Cafiero pela oposição), que disputaram o governo do

²⁸ Título do filme de co-produção espanhola e argentina, dirigido por Adolfo Aristarain (1992).

²⁹ Estes textos foram reunidos e publicados pela *Secretaría de Información Pública de la Presidencia de la Nación* em 18 volumes.

estado de Buenos Aires em setembro de 1987; e o filme *La República Perdida*, dirigido por Miguel Pérez e exibido no circuito comercial de cinemas a partir de agosto de 1983, durante a campanha eleitoral pela presidência da Nação.

O triunfo de Raúl Alfonsín (pela Unión Cívica Radical) nas eleições de 1983 constituiu um fato inesperado na história política argentina desde a morte do líder radical Hipólito Irigoyen em 1933 e a aparição de Juan D. Perón na cena política em 1943, pois foi a primeira vez que um candidato não peronista ganhou uma eleição presidencial realizada sem proscricções de partidos políticos. A posse, ocorrida em 10 de dezembro de 1983, marcou a volta à democracia após 7 anos de ditadura militar, que significaram para a Argentina milhares de desaparecidos, uma guerra internacional, uma das mais altas dívidas externas da América Latina, o caos econômico e a desarticulação do sistema produtivo nacional. O governo de Alfonsín enfrentou uma conjuntura sócio-econômica de profunda crise e um momento político de alta mobilização popular e forte demanda social: a volta à democracia representou-se como o tempo e o espaço político para dar voz e sobretudo resposta aos reclamos sociais. Estas circunstâncias o enquadram dentro da categoria dos chamados *governos de transição*, mas com características particulares, devidas ao impacto no cenário político argentino da derrota do peronismo nas urnas. O acontecimento discursivo do 10 de dezembro de 1983 sacudiu a memória política dos cidadãos argentinos, marcando o início de

uma série de deslocamentos e reconfigurações dos processos discursivos que delimitam as diferentes FD que atravessam o discurso político na Argentina pós-ditadura³⁰.

Raúl Alfonsín chegou ao poder pelo triunfo por maioria absoluta (52% do votos) no primeiro turno eleitoral das eleições presidenciais de 1983. Esses altos índices de adesão da população se mantiveram ao longo dos primeiros 30 meses de mandato, aproximadamente; este apoio às políticas governamentais se traduziu em novas vitórias nas urnas por ocasião do Plebiscito sobre o Tratado de Limites Austrais com o Chile no Canal do Beagle, realizado em novembro de 1984, e das eleições para a renovação parcial das Câmaras de Deputados e de Senadores, realizadas em novembro de 1985; em ambos os casos, se impuseram as propostas oficialistas. Entretanto, este quadro sofreu alterações significativas ao longo do ano 1986 como consequência do fracasso das políticas econômicas destinadas a combater a inflação (o novo congelamento de preços em fevereiro de 1986 e o chamado *Plan Primavera*, em setembro de 1986, são uma prova desta deterioração) e de certas concessões outorgadas ao poder militar em relação aos processos judiciais pelos crimes cometidos contra os direitos humanos durante a ditadura (concessões que ganharam corpo jurídico através das polémicas *Ley de Obediencia Debida* e *Ley del Punto Final*). As eleições

³⁰ Numerosos trabalhos se ocuparam de analisar o discurso alfonsinista e os efeitos por ele produzidos sobre o cenário político argentino; cf. entre outros, Aznar et al. (1986); García Delgado (1988); García Negroni & Zoppi Fontana (1982); Landi (1985, 1988); Podetti et al. (1988).

para governadores, realizadas em setembro de 1987 e nas quais a oposição elegeu seus candidatos na maioria dos estados da República, incluindo Buenos Aires -o principal estado do ponto de vista econômico, político, cultural e demográfico-, marcaram o fim do período de (relativo) consenso entre o governo e a população. A partir desse ano, o governo alfonsinista entrou num processo de progressiva crise, agudizada pelo enfrentamento com o setor sindical (causa de repetidas greves gerais), pelas rebeliões militares dos "carapintadas", pelas denúncias de corrupção no governo e pela explosão hiperinflacionária em maio de 1989. O fim do mandato de Raúl Alfonsín sobreveio com a entrega antecipada do poder ao novo presidente eleito, Carlos Menem (candidato do peronismo), em julho de 1989. Estas breves indicações permitirão ao leitor não familiarizado com a história política argentina contemporânea situar os materiais que serão analisados no contexto político em que foram produzidos.

Embora nossa análise se realize sobre os textos das alocuções presidenciais, o conceito de **discurso alfonsinista** (DAL) não se reduz a estes textos. Com ele designamos uma **configuração discursiva** específica do discurso político argentino dos anos '80, que apesar de ser própria do setor alfonsinista da União Cívica Radical, não se reduz a ele, mas se estende a figuras e publicações de diferente identificação partidária. Portanto, quando nos referimos ao **sujeito do discurso alfonsinista**, aludimos ao conjunto de efeitos-sujeito

produzidos pelas diferentes posições de sujeito que se estabelecem no discurso alfonsinista como resultado da determinação deste discurso por FD contraditórias. Assim, o conceito de **sujeito do discurso alfonsinista** deve ser entendido como fazendo referência ao espaço semântico tenso e instável constituído pelo conjunto de relações de identificação do sujeito enunciador com as FDs que atravessam seu discurso e que o constituem/interpelam como sujeito ideológico. Nos textos que analisamos, esse sujeito enunciador é o presidente argentino Raúl Alfonsín, contudo, o conceito de **sujeito do discurso alfonsinista** não se reduz a ele, mas refere a todo e qualquer sujeito enunciador, que ocupe as posições de sujeito nele estabelecidas. Porém, dada a indiscutível posição de liderança de Raúl Alfonsín em relação tanto aos integrantes do seu próprio partido quanto aos outros atores políticos da época, e considerando, sobretudo, nosso interesse em observar o funcionamento enunciativo da figura do porta-voz na específica configuração discursiva que caracteriza os chamados *governos de transição*, priorizamos na análise os efeitos-sujeito produzidos a partir do preenchimento das posições de sujeito definidas no DAL pelo Presidente da Nação.

Em relação ao conceito de *configuração discursiva*, que utilizamos acima, cabe explicitar que com ele queremos referir a uma disposição particular das relações estabelecidas entre FDs específicas no interdiscurso. Consideramos que a partir dessas relações se organizam as posições de sujeito e os

funcionamentos discursivos, que caracterizam um estado determinado dos processos discursivos. No caso do DAL, a configuração discursiva, que determina seus enunciados, se define por relacionar duas FDs contrárias, sob a modalidade da unidade imaginária do sujeito e de sua ancoragem espaço-temporal, produzidas pelo funcionamento da figura do porta-voz (em relação às formas de representação do sujeito do discurso) e do *gesto fundacional* (em relação às formas de representação da temporalidade no discurso).

O governo alfonsinista se caracterizou por focalizar a prática política numa copiosa e insistente prática discursiva, tendo no Presidente Raúl Alfonsín o principal enunciador. A palavra presidencial se derramava quase diariamente sobre os argentinos através da difusão da mídia por ocasião das mais variadas situações, das quais se destacaram as comemorações de aniversário da fundação de cidades originadas pela imigração massiva recebida na Argentina no século passado³¹. Para trabalhar essa vasta produção discursiva organizamos o material textual reunido através de diversos *recortes*³², que explicitamos a seguir.

³¹ Para uma análise das razões discursivas desta onipresença da palavra presidencial e, sobretudo, da importância concedida aos aniversários de fundação de cidades de origem imigratória, cf. Zoppi Fontana (1993).

³² Orlandi (1984:14) define *recorte* como "uma unidade discursiva, <isto é>, fragmentos correlacionados de linguagem e situação. O princípio segundo o qual se realiza o recorte varia

Como já apontamos, sujeito enunciador e situação de enunciação referem sempre a uma posição de sujeito determinada, definida pela relação com outras posições de sujeito inscritas nas diferentes FDs que se confrontam numa conjuntura sócio-histórica dada. Assim, todo ato de enunciação realizado por um sujeito enunciador deve ser entendido como manifestação da regularidade de uma **prática discursiva** configurada por determinados rituais enunciativos³³, que funcionam como uma das *"regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem, numa época dada, y para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa"* (Foucault, 1969:136). Através desses rituais enunciativos se estabelecem relações de continuidade entre os diversos efeitos de sentido produzidos no mesmo discurso ou em discursos diferentes. Assim, delimitam-se regiões (ou estados) de discurso definidas pela repetição, pela reformulação de sentidos, pela continuidade de rituais enunciativos que **estabilizam** os processos de produção de sentido através do funcionamento discursivo da paráfrase. Chamamos **momentos discursivos** a essas regiões de estabilização do sentido.

segundo os tipos de discurso, a configuração das condições de produção, e mesmo o objetivo e o alcance da análise".

³³ Esses rituais enunciativos não podem ser entendidos como produto de uma escolha estratégica do sujeito enunciador, respondendo a determinadas urgências políticas ou a princípios de uma certa retórica de resultados. Eles devem ser entendidos como *"rituais discursivos de assujeitamento"* (Pêcheux, 1984), pelos quais o sujeito enunciador se constitui numa relação de identificação com a forma-sujeito da(s) FD que o afeta(m).

Desta forma, podemos recortar o vasto espaço discursivo³⁴ desenhado pelo conjunto de textos produzidos dentro do DAL, reconhecendo nele diferentes momentos discursivos. Para isto, precisamos sinalizar essa prática discursiva, relevando os diversos pontos em que certas mudanças nas condições de produção do DAL determinaram mudanças na sua configuração discursiva. Como Pêcheux (1982) aponta, comentando a caracterização feita por Althusser das práticas ideológicas como ritual, "*não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura*" (op.cit.:17). Sendo a prática discursiva uma delas, o **acontecimento discursivo** funciona como o ponto de quebra desses rituais enunciativos, como o lugar material onde o real da língua (o lapso, o ato falho, o equívoco, a elipse, a falta, todas as formas de irrupção da *lalangue*) e o real do discurso (a sua historicidade, a determinação do sentido e do sujeito por FDs inscritas num complexo de formações ideológicas) se encontram, produzindo uma *ruptura*, uma *interrupção* e uma *emergência* (Pêcheux et alii, 1981) nas relações de continuidade definidas pelos rituais. A ruptura de uma prática discursiva pela transformação dos rituais enunciativos que a definem; a interrupção de um processo de reformulação parafrástica de sentidos pela mudança das condições de produção; enfim, a emergência de um enunciado ou de um posição enunciativa novos

³⁴ Nos valemos da distinção efetuada por Maingueneau (1987) entre **universo discursivo** -no nosso caso, os discursos sobre a modernização na América Latina-, **campo discursivo** -os discursos sobre a modernização na Argentina-, e **espaço discursivo** -o discurso alfonsinista sobre a modernização.

que reconfiguram o discurso, e através deste participam do processo de produção do real histórico. Podemos definir então o **acontecimento discursivo**, seguindo Fêcheux (1983:17), como "*o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória*", a partir do qual se reorganizam as práticas discursivas.

Como resultado das análises realizadas, podemos postular no DAL três momentos discursivos, delimitados pelos acontecimentos discursivos que se relacionam abaixo:

1º momento discursivo

a- 10-12-83 Discurso da posse ante o Parlamento e ante o povo reunido na *Plaza de Mayo*.

b- 14-6-85 Discurso de apresentação do plano econômico de governo para combater a inflação, denominado *Plan Austral*.

2º momento discursivo

c- 1-12-85 Discurso de lançamento do tema da *modernização* para o debate nacional, conhecido como *Discurso de Parque Norte*.

d- 19-4-87 Discurso da sacada da Casa de Governo por ocasião da primeira rebelião militar, durante a *Semana Santa*.

3º momento discursivo

e- 6-9-87 Eleições nacionais para governadores, comentadas pelo Presidente Alfonsín num discurso emitido pela rede nacional de rádio e televisão no 18-9-87.

f- 8-7-89 Entrega antecipada do poder ao novo presidente eleito, Carlos Saúl Menem (candidato peronista). Discurso de posse do novo presidente.

Nessa vasta produção discursiva pode se observar também a presença de diversos núcleos temáticos, mas dois permanecem ao longo de todo o mandato e funcionam como eixos organizadores do DAL: o tema da *democracia* e o tema da *modernização*. Eles se distribuem de maneira diferente em relação aos três momentos discursivos: o 1º momento discursivo se caracteriza por privilegiar como eixo temático do discurso a recuperação, reconstrução e defesa da democracia; o 2º momento discursivo aparece centrado na exposição, definição e fundamentação de um projeto global de modernização do país; finalmente, o 3º momento discursivo, como consequência das repetidas rebeliões militares e o fracasso das medidas econômicas que provocou um aberto enfrentamento com o setor sindical, desenvolve temáticas mais conjunturais, voltando aos dilemas iniciais entre democracia ou autoritarismo.

Desta forma, observamos delinear-se os limites confusos que identificam e distinguem o *discurso sobre a democracia* e o

discurso sobre a modernização a que fizemos referência no início desta reflexão. O DAL representa paradigmaticamente a especial encruzilhada discursiva que caracterizou o discurso político dos chamados governos de transição na América Latina dos anos '80. O *discurso da transição*, participa neste quadro sobredeterminando os efeitos de sentido produzidos nos outros dois. Esta sobredeterminação é resultado do seu especial funcionamento discursivo como **gesto fundacional** e se caracteriza por um intenso trabalho enunciativo para produzir uma representação temporal coerente e homogênea da memória discursiva, trabalho que se materializa através da presença de enunciados que desenvolvem breves narrações. Este gesto fundacional atravessa constitutivamente o DAL, afetando sua configuração discursiva nos três momentos discursivos que relevamos. É como efeito dele que o *discurso da transição* impõe sobre o funcionamento discursivo dos outros dois, que se produz o deslocamento dos sentidos que definem *democracia* e *modernização* da ordem do político e do econômico para a ordem cultural, respectivamente.

Nosso objeto de estudo se centra especificamente no **2º momento discursivo**, embora seja imprescindível fazer referência aos outros dois, para poder observar os deslocamentos produzidos nos sentidos e sobretudo nos rituais enunciativos do DAL. Precisamente, para acompanhar o percurso seguido por estes

deslocamentos, desenvolvemos a noção de **trajeto enunciativo**³⁵, que definimos como o conjunto de regularidades e descontinuidades enunciativas que pode ser traçado de um acontecimento discursivo a outro no arquivo, a partir da análise de certas formas lingüísticas que funcionam como indícios³⁶ dos processos discursivos que definem as diversas posições de sujeito num discurso determinado. Entendemos **arquivo** como o conjunto de materiais textuais que compõem o espaço discursivo no qual se inscreve o trabalho de análise, materiais textuais que consideramos no seu funcionamento discursivo, isto é, como **monumento** e não como documentos, retomando aqui a distinção de Foucault (1969). Desta maneira, a noção de trajeto enunciativo nos permite trabalhar a idéia de *"um sujeito em processo nos textos"* (Guilhaumou & Maldidier, 1989), no duplo sentido de construir-se na seqüência do discurso pelos efeitos de encaixe e encadeamento sintático e de constituir-se em relação a uma dispersão de enunciados, dos quais ele é o elemento unificador.

A nossa análise vai percorrer esse trajeto enunciativo reconhecendo regularidades e descontinuidades enunciativas em relação a dois funcionamentos discursivos específicos: as **formas de representação do sujeito** e as **formas de representação**

³⁵ Nos inspiramos na noção de **trajeto temático** definida por Guilhaumou & Maldidier (1986).

³⁶ Incluímos assim nosso trabalho com as "marcas lingüísticas" dentro do que Ginzburg (1980) define como **paradigma do traço**.

da temporalidade, observando em ambos os casos, os efeitos de sentido aí produzidos. O cruzamento destas análises permitirá responder a nossas perguntas iniciais, tanto em relação ao funcionamento do discurso político sobre a modernização, quanto às questões teóricas levantadas em relação ao funcionamento do efeito de *ilusão de exterioridade*.

SEGUNDA PARTE

DA PALAVRA DELEGADA A PALAVRA

FUNDANTE

Matthis

NUESTRA HISTORIA



Museo Isaac Fernández Blanco
Suipacha 1422
Todos los días de 15 a 22 hs.

ENTRADA GRATUITA

**OTRA REALIZACION
DE ZURBARAN**



Cerrito 1522 - Buenos Aires - Tel. 22-1556/22-7703

A REPUBLICA

Agosto de 1983. Faltando três meses para as eleições presidenciais, um novo filme nacional entra em cartaz: "*La República perdida*"³⁷, filme documentário montado a partir de imagens de arquivo. A história política dos últimos 50 anos do país desfila ante o olhar dos argentinos prestes a votar.

La Argentina se está convirtiendo en un país sin memoria. La destrucción de documentos y archivos continúa consumándose, a veces por motivos políticos, a veces por simple desidia y abandono. Esta película quiere contribuir a la recuperación de nuestro pasado y de nuestra historia.

Letras vermelhas sobre fundo azul, pontuadas pelos acordes comoventes da trilha sonora, a tela convoca a uma tarefa comum: *fazer memória*. As imagens em preto e branco se sucedem vertiginosas, enquanto uma voz em off vai tecendo a trama do relato. Um nós vai surgindo desdobrando-se das imagens projetadas: a multidão na praça, o povo manifestando na rua, as passeatas, as greves, as vozes juntas gritando, reclamando, comemorando, consagrando seus heróis. *Nuestro pasado y nuestra*

³⁷ Filme argentino dirigido por Miguel Pérez estreado na Argentina em agosto de 1983, com grande repercussão entre o público e a crítica. Relata a história política do país desde as primeiras eleições com sufrágio universal em 1916, que levaram o líder radical Hipólito Yrigoyen ao poder, até a abertura política após a última ditadura militar, em 1983. A narração fica por conta de um relator em off que sobrepõe sua voz às imagens filmadas, montagem de fotografias e filmes documentários. O fio condutor da narração é a ruptura da ordem constitucional pelos sucessivos golpes de estado acontecidos na Argentina nos últimos 50 anos.

historia. O nós argentino toma voz e corpo na tela, apresentando-se à platéia como memória recuperada: o necessário espelho de celulóide onde reconhecemos o rosto esquecido.

Ao longo de 50 anos de história reduzidos aos escassos 160 minutos do filme, vai desenhando-se na tela a epopéia de um povo, o povo argentino. Um povo que se entregou em cada época a seu líder, ao homem destinado a compreender e realizar suas mais preciosas aspirações, ao homem que seria seu intérprete, seu legítimo representante, e também, seu inspirado guia. Como produto de uma visão maniqueísta que opõe "o povo" à "aliança da oligarquia local com as forças armadas e o poder imperialista", o filme consagra o corpo imaginário (voz e imagem ancoradas na memória) de um povo sacralizado pela luta e pela resistência, de um povo que permanece idêntico e fiel a si mesmo ao longo dos anos, sempre traído e sempre renascendo de suas cinzas, para recuperar mais uma vez "a República perdida" e entregá-la confiante ao novo guia.

De fato, estamos assistindo à instituição fílmica da figura enunciativa do porta-voz, à legitimação cinematográfica de um lugar discursivo para a enunciação política, à confirmação documentária da cena rousseauiana do contrato social, pela qual a sociedade se constitui em "Povo" e, como tal, delega o poder político ao Estado. Mas para isso, é preciso apagar todo indício de divisão interna nesse povo que delega o poder, unificar as vozes dissonantes numa só voz que possa ser delegada: uma voz única como metonímia de uma vontade única; um

corpo imaginário uno como metáfora de um sujeito coletivo que digere os indivíduos no risco que eles representam de conflito social. Assim, as imagens reproduzidas pelo filme são costuradas pela narração do relator em off, tecendo uma linha de continuidade histórica que resulta na construção de um corpo imaginário para um "povo-Uno"³⁸, idêntico e uniforme ao longo do tempo, suporte simbólico da cena de delegação da voz pela qual se institui discursivamente a figura do porta-voz.

Sustentada pelo efeito de transparência produzido pela reprodução de registros documentários, projeta-se sobre a tela (e da tela/espelho identitário sobre os espectadores) a íntima relação de identificação/representação estabelecida entre o "povo" e o seu líder ao longo da história. A cena imaginária e fundadora da instauração do porta-voz é recuperada simbolicamente através da projeção das grandes manifestações populares que acompanharam a posse (1928) e os funerais (1933) do presidente radical Hipólito Yrigoyen ou que caracterizaram (e mesmo fundaram politicamente) o peronismo³⁹. Assim, para

³⁸ Lefort (1983), aponta para o efeito desagregador que a revolução democrática inaugurou na história política moderna. A representação de um poder político de todos e de ninguém, isto é, de um povo soberano em posse do poder, coloca o risco de, dadas determinadas condições políticas e sociais que exasperem os conflitos internos desse povo, levar a sociedade ao limite da fratura. Segundo Lefort, a representação de um "povo-Uno" sem divisões nem fissuras é uma das soluções encontradas pelo poder do Estado para exercer essa ameaça.

³⁹ O "pacto de lealdade" entre Juan D. Perón e "seu" povo se funda simbolicamente em 17 de outubro de 1943, quando uma multidão exaltada, encabeçada por Eva Perón, vai exigir a liberdade do seu líder às portas do hospital militar onde ele

citar só um exemplo, descola-se da tela a voz quase mítica de Eva Perón, respondendo à multidão que a aclama e reclama sua presença como vice na chapa do peronismo para as eleições presidenciais desse ano (1951):

Yo no quise ni quiero nada para mí. Mi gloria es y será el proyecto de Perón y la bandera de mi pueblo. Y aunque deje en el camino jirones de mi vida, yo sé que ustedes recogerán mi nombre y lo llevarán como bandera a la victoria. 28-8-51

Desta maneira, a cena imaginária do pacto originário pelo qual o povo institui seu porta-voz e representante é atualizada simbolicamente no espaço de memória aberto no imaginário político argentino pelo acontecimento discursivo do 25 de maio de 1910-⁴⁰ Nesta cena vemos condensada a proposta do filme: a construção simbólica de um lugar de enunciação comum e partilhado pelo "povo" e seus porta-vozes legítimos, constituído a partir da encenação de uma ilusória relação de diálogo, onde a voz (o poder político e a demanda) circula simetricamente como efeito de um processo duplo de delegação: o líder como porta-voz do povo, e reciprocamente, o povo como porta-voz (herdeiro) do seu líder⁴¹.

estava recluso. O 17 de outubro passou a ser desde então comemorado pelos peronistas como o "Dia da Lealdade".

⁴⁰ Ver adiante.

⁴¹ Sigal & Verón (1988:228) analisam o funcionamento discursivo da imaginária relação de diálogo estabelecida entre Perón e o "povo" nas grandes manifestações populares de 12 de maio. Eles destacam como exemplo paradigmático de representação dialógica o ato em que Eva Perón renuncia à candidatura para a vice-presidência da Nação, isto é, a cena do filme "La República perdida", cujo funcionamento acabamos de observar.

As aclamações que responderam à declaração emocionada de Eva Perón, aquelas outras que comemoraram anteriormente a posse da segunda Presidencia de Yrigoyen em 1928, as que seguiram fielmente todas as aparições de Perón desde 1943, todas elas recuperadas para a memória na sala escura do cinema: a voz do povo se manifesta onipresente, envolvendo o público num implícito convite para reconhecer-se especularmente.

Assim, a partir da materialidade do filme, isto é, a partir do funcionamento conjunto da palavra e da imagem como significantes do discurso, a ilusória relação de interlocução entre "o povo" e seu líder ganha corpo na tela e se constitui em suporte simbólico da **representação política**. Num mesmo e único gesto de identificação, a figura do porta-voz fica instituída e se constrói um nós = povo argentino que funciona como o sujeito coletivo e indiferenciado que delega ao porta-voz sua representação política. Nós político cuidadosamente construído (*mostrado*) pela seqüência dos fotogramas e que irrompe finalmente materializado no *dizer*, através da voz em off do relator do filme que, sobreposta a imagem congelada da multidão reunida na praça, conclui com as seguintes palavras:

La República se perdió una vez más. La lección que queda es que sólo la unión nacional basada en la verdad y en la justicia podrá devolvernos la salud. Lo que perdimos, lo perdimos todos. Lo que debemos recuperar, sólo entre todos podremos hacerlo, cuando hayamos exorcizado a los demonios del miedo, del odio y del autoritarismo.

Reencontramos agora pronunciado na fala aquele nós das palavras introdutórias impressas na tela no começo do filme:

nuestro pasado y nuestra historia. O círculo de espelhos se fecha: porque nos vimos, nos reconhecemos, e podemos outra vez, exorcizadas as culpas, re-unir-mo-nos no (corpo) significante do pronome. Um nós (sujeito oculto dos verbos *perdimos, debemos, podremos, hayamos*) que, como resultado da viagem retrospectiva realizada, configura-se como lugar de enunciação coletivo, como o lugar de um fazer político partilhado onde "povo" e líder são constituídos reciprocamente a partir de uma **ilusão de interlocução**. Importa observar que, apesar de o relato da história política argentina proposto pelo filme opor classes populares/classes médias à aliança das elites com as forças armadas, nesta convocação final (que funciona como *moral da história*), essa oposição aparece dissolvida no "*todos*" que funciona como agente dos verbos. O valor geral da referência dos pronomes possessivos do início "*nuestro pasado y nuestra historia*" encontra seu correlato neste "*todos*" final, com a ressalva de que agora o *nós* implícito funciona como agente das ações apontadas pelos verbos, o que permite generalizar as responsabilidades e portanto, igualar as culpas. Assim, a luta da cidadania para recuperar a democracia aparece indissoluvelmente associada à reconciliação nacional.

Acompanhamos assim, a construção de um corpo imaginário - voz e imagem esculpidos no encontro da história com a memória- como referente para o pronome, corpo no qual se con/fundem as posições do locutor e do alocutário, num movimento pendular em que a voz é dada e cobrada reciprocamente. Como consequência do

efeito de identificação/reconhecimento que se produz pela reprodução de registros documentários, a posição do relator (a voz em off que "diz" as imagens projetadas) e a dos espectadores ficam também incluídas (in-corporadas) nesse (nós) todos final, que pode ser considerado, então, como o ponto de condensação dos processos de interpelação produzidos como efeito de sentido pela projeção do filme.⁴²

Assim, a figura da porta-voz e seu suporte necessário, a imagem do povo na rua, adquirem através da exibição de *"La República perdida"* a condição de lugar de memória, que funciona discursivamente como legitimação (imposição) de um modelo de enunciação política em democracia. Tomamos emprestado o conceito desenvolvido por Pierre Nora (1984), que considera os lugares de memória como as matrizes da memória política contemporânea. Para Nora, o traço específico, que outorga a um objeto qualquer o investimento simbólico de lugar de memória, é a presença de uma vontade política que trabalha sobre o imaginário social de uma época determinada, intervindo na relação da memória com a história. Nas nossas análises

⁴² Esses efeitos de interpelação política são denunciados e rejeitados nas publicações da oposição (peronista) através de matérias de crítica cinematográfica: *El relato comienza a partir de un "nosotros" que representa a todo el pueblo azorado por lo que pasó. Hubiera sido necesario precisar más esa opción -el punto de vista del personaje que relata- pues si lo que se quiere decir es que "todos" pasaron de la misma forma por las etapas políticas que se narran, es evidentemente falso.* (revista UNIDOS, nº 8:344-345). Desta maneira, observamos como o filme participou ativamente no debate político dos anos '80, sendo interpretado na época como fazendo parte do DAL, polémica esta que participa das condições de produção do DAL e que justifica nossa análise do filme.

mostramos que essa "vontade política" não é autônoma, mas que ela é também afetada pelos processos históricos que determinam esse mesmo imaginário social sobre o qual ela se aplica. Em outras palavras, para quem se coloca numa perspectiva discursiva, os lugares de memória, embora participem de um gesto político do Estado para disciplinar a(s) memória(s) coletiva(s) pelo viés da história oficial, pelo seu caráter simbólico se inscrevem no funcionamento imaginário dos processos de significação, produzindo efeitos não só independentemente da "vontade política" de qualquer setor do Estado, mas sobre ela mesma, produzindo e deslocando os objetos simbólicos que ela pretende controlar.

A CONSTITUIÇÃO

Nos, los Representantes del pueblo de la Nación Argentina, reunidos en Congreso General Constituyente, por voluntad y elección de las provincias que lo componen, en cumplimiento de pactos preexistentes, con el objeto de constituir la unión nacional, afianzar la justicia, consolidar la paz interior, promover el bienestar general, y asegurar los beneficios de la libertad, para nosotros, para nuestra posteridad, y para todos los hombres del mundo que quieran habitar en el suelo argentino; invocando la protección de Dios, fuente de toda razón y justicia: ordenamos, decretamos y establecemos esta Constitución para la Nación Argentina.

Durante a campanha eleitoral, o então candidato Raúl Alfonsín costumava encerrar os comícios convidando o público reunido a recitar juntos o *Preâmbulo da Constituição Nacional*. Considerada na época como o grande achado do marketing político alfonsinista, esta estratégia eleitoral foi apontada como uma das "operações" enunciativas "programadas" pelo DAL para "construir un espacio de recepción múltiple...capaz de suscitar adhesión inmediata por parte de cualquier sector" (Arfuch, 1987:37). Nosso interesse em estudar este funcionamento enunciativo não se funda na suposta eficácia persuasiva dessa prática discursiva, mas no fato de já encontrar nela traços dos processos discursivos que, trabalhando sobre os espaços de memória para produzir os processos de identificação, delimitam as diferentes posições de sujeito que permitem ao sujeito sua enunciação.

Neste sentido, vamos considerar o *Preâmbulo* como um lugar de memória atualizado recorrentemente pelo DAL. Importa

descrever a construção simbólica do *Preâmbulo da Constituição Nacional* como lugar de memória operada ao longo da história argentina, para compreender seus efeitos enunciativos sobre os processos imaginários de identificação.

A Constituição Nacional data de 1853, ano considerado como o da organização definitiva da República Argentina como nação, e principalmente como Estado. Com a sanção da Constituição finalizaram mais de trinta anos de lutas internas pelo poder e instaurou-se o primeiro governo constitucional. Embora reformada parcialmente desde então por diferentes governos, a maior parte do texto original continua vigente até hoje e 1853 continua sendo reconhecido como o ano que determina/nomeia a Constituição. O Preâmbulo é aprendido de cor pelos estudantes nas escolas de 2º grau de todo o país, prática esta apenas interrompida pelas mudanças de governo ocorridas nos últimos 30 anos. A sua recitação conjunta ou individual durante a aula⁴³ é a maneira tradicional de conferir o aprendizado feito pelos alunos. Esta prática é justificada pelos professores e nos currículos escolares apelando ao caráter *fundador* desse texto: foi através dele e do acontecimento discursivo que lhe deu origem há mais de um século que se instituiu definitivamente a cidadania argentina. A sua recitação configura-se assim como *prática ritual*: todo novo ato de enunciação do texto

⁴³ Esta prática se realizava tradicionalmente durante a aula de *Educação Moral e Cívica*; com as mudanças de governo a disciplina mudou repetidamente de nome, mas a prática de decorar e recitar o Preâmbulo se manteve.

materializa-se como uma atualização do acontecimento discursivo originário e portanto funciona discursivamente como o lugar de memória no qual o sujeito se inscreve imaginariamente através de um novo gesto "fundacional" que o constitui como cidadão. Desta maneira, o Preâmbulo constrói-se simbolicamente como o discurso fundador⁴⁴ da cidadania argentina, não só por definir no seu texto os atributos constitutivos dessa cidadania, mas sobretudo, pela força do acontecimento discursivo que a institui e legitima a cada nova enunciação. Podemos afirmar, então, que a eficácia discursiva do Preâmbulo enquanto lugar de memória é resultado da sua performatividade. Ele intervém nos processos imaginários de identificação pelo fato de que o sujeito enunciador ao recitá-lo (e pelo ato mesmo de recitá-lo) se representa/constitui como *cidadão argentino*, isto é, como sujeito jurídico em relação ao Estado argentino.⁴⁵

Quando o DAL durante os comícios da campanha eleitoral e especialmente durante o ato popular do dia da posse revive multitudinariamente essa prática escolar, faz trabalhar o atual ato de enunciação dentro do espaço de memória do acontecimento discursivo original, reconfigurado discursivamente pelas atualizações sofridas ao longo dos anos. Esta performatividade do Preâmbulo atua sobre a materialidade textual do mesmo,

⁴⁴ Para uma reflexão sobre o conceito de discurso fundador, cf. Orlandi (org.), 1983.

⁴⁵ Para observar o efeito interpelativo do Preâmbulo como resultado da sua performatividade, nos inspiramos na análise do Credo realizada por Guimarães (1987).

delimitando o funcionamento enunciativo das formas linguísticas que o compõem. Nos interessa sobretudo observar os efeitos sobre a definição do valor referencial do pronome "Nos" e sua articulação com a frase nominal (FN) que funciona como seu aposto: *"los representantes del pueblo de la Nación Argentina"*.

Consideremos primeiro o funcionamento textual dessas formas. A FN em posição de aposto opera semanticamente como determinação do valor referencial do pronome que a antecede. Assim, aceitando a afirmação de Frege (apud Pêcheux, 1975:109) de que os "nomes comuns" têm um caráter predicativo e conceptual (retomando seu exemplo, *"os homens"* corresponde de fato a *"os X que são homens"*), o funcionamento semântico da FN aposto pode ser interpretado como o de uma relativa explicativa: *"Nós, (os X) que somos os representantes do povo da Nação Argentina"*⁴⁶, que restringe o valor referencial do pronome ao conjunto de indivíduos investidos de mandato constituinte que assinaram o texto original da Constituição Nacional, e que se apresentam, então, como fonte da performatividade do texto.⁴⁷ Porém, a instituição do Prêambulo da Constituição Nacional como lugar de memória da cidadania

⁴⁶ Luft (1960:143) explicita que *"o aposto mais comum é a redução de uma oração adjetiva explicativa, pela supressão do pronome relativo e do verbo de ligação"*.

⁴⁷ Assim, como resultado do efeito de sustentação produzido pelo funcionamento da relativa explicativa, fica claramente estabelecida a fonte de performatividade do texto; cf. o trabalho de Guimarães (1981) sobre os preâmbulos das Constituições brasileiras.

argentina atua sobre o funcionamento das formas lingüísticas consideradas, deslocando seu valor referencial.

Como apontamos acima, a recitação do Preâmbulo, configurada em prática ritual, se caracteriza por sua performatividade: pelo ato de recitá-lo, o sujeito enunciador se constitui/afirma como cidadão argentino. Como consequência deste seu funcionamento enunciativo, a relação de determinação que o apostro opera sobre o pronome perde sua força predicativa, e o "Nos" inicial do texto funciona -a partir da performatividade de cada novo ato de enunciação- deitivamente, designando como seu referente o conjunto de sujeitos que efetivamente o pronuncia. É também essa sua performatividade, que garante os processos de interpelação pelos quais o(s) sujeito(s) enunciador(es) estabelece(m) uma relação de identificação com as posições de sujeito configuradas no Preâmbulo, ainda quando o texto do mesmo seja recitado só parcialmente e o pronome inicial não seja de fato pronunciado: é a força performativa do Preâmbulo instituído como lugar de memória, que recupera fantasmaticamente -com apoio nas restantes formas pronominais e verbais que aparecem no texto- o valor referencial do *Nos* e define a partir dele o funcionamento enunciativo da totalidade do texto.⁴⁸

⁴⁸ É importante fazer esta observação, já que nem sempre o texto completo do Preâmbulo era recitado durante os comícios; geralmente sua recitação começava nas subordinadas finais que descrevem as funções/obrigações do governo. É este o caso da seguinte sequência discursiva, extraída da alocução presidencial durante a "Jornada Mundial de la Paz" (4-12-85): *Una Argentina pacífica volverá a "asegurar los beneficios de la*

O que interessa observar é que a recitação conjunta do Preâmbulo como encerramento dos comícios alfonsinistas, pelo fato de se constituir em ritual (re)fundador da cidadania argentina, produz um efeito de comunhão dos diversos sujeitos enunciadorez numa palavra "comum", que não reconhece outra origem fora a voz coletiva que a reproduz em cada ato de enunciação. A partir dessa palavra "comum", cada sujeito enunciador é definido como *ciudadão*, isto é, como categoria jurídica, o que faz de cada indivíduo um elemento intercambiável, porque substancialmente idêntico, no conjunto denotado pela extensão do conceito. Ora, é justamente por ser definido conceptualmente como suporte de uma série de predicacões que o especificam atribuindo-lhe deveres e direitos, que se constitui discursivamente um **sujeito universal de direito** -o *ciudadão argentino*-, que embora se manifeste explicitamente no ressoar ritual dessa voz coletiva através da materialidade lingüística da 1ª pessoa plural pronominal e verbal, não chega a se instituir enquanto fonte de enunciação, isto é, enquanto participante atual ou potencial de uma relação de interlocução, seja ela real ou imaginária. Assim, pela força do acontecimento discursivo de 1853 atualizada a cada nova recitação do Preâmbulo, se produz um deslocamento no modelo de enunciação política pressuposto pelo funcionamento enunciativo da figura do porta-voz. A multidão que recita já não se constitui como um **sujeito coletivo que enuncia a palavra**

libertad para nosotros, para nuestra posteridad y para todos los hombres del mundo que quieran habitar el suelo argentino".

política e que participa da ilusória relação de interlocução pela qual institui o seu porta-voz; pelo contrário, ela é representada com uma **categoria universal** que é enunciada a partir de uma palavra jurídica que a configura conceptualmente. Em outras palavras, a representação de "povo-Uno" pressuposta pelo funcionamento da figura do porta-voz enquanto modelo de enunciação política, funciona discursivamente, já não como sujeito de uma prática política, mas como objeto de uma operação de definição jurídica.

A PRACA

10 de dezembro de 1983. O presidente eleito da República Argentina, Dr. Raúl R. Alfonsín, toma posse do governo. A multidão comprime-se na histórica *Plaza de Mayo* esperando a aparição do líder na sacada do *Cabildo*⁴⁹. Alfonsín aparece e cumprimenta com seu gesto de campanha, o público delira. Sete longos anos de ditadura militar são encerrados com a reprodução simbólica da cena originária que naquele mítico 25 de maio de 1810 fundou a nação: o povo na praça, os olhos fixos na sacada onde apareceria o primeiro governo pátrio. Quase dois séculos depois, o mesmo velho *Cabildo* encarna nos seus tijolos de barro embranquecido a memória, a Memória da Pátria. Uma só voz ressoa ritual e fantástica, povo e governo confundidos na recitação emocionada do Preâmbulo da Constituição Nacional, fundidos no som mágico desse "Nos" fundador.

Assim, o 10 de dezembro de 1983 participa da aura mítica do dia em que se iniciou a história da pátria, da *Pátria Argentina*. Dupla inscrição na memória: por um lado, recupera-se

⁴⁹ A *Plaza de Mayo* está situada entre a *Casa Rosada*, sede atual do governo nacional, e o *Cabildo*, sede do governo colonial e prédio histórico no qual se instaurou o primeiro governo pátrio. Ela funciona como centro histórico e político do país, sendo o lugar tradicional para a realização das mobilizações populares. A partir da aparição de Juan D. Perón na cena política argentina, a sacada da *Casa Rosada* foi o palco privilegiado a partir do qual o Presidente-líder estabelecia contato com a multidão reunida na praça. A escolha da sacada do *Cabildo* como cenário para a saudação ao povo no dia da posse de Alfonsín foi interpretada na época como gesto de recusa do investimento simbólico da praça numa certa memória política argentina: a *Plaza de Mayo* entendida como a *Plaza de Perón*.

simbolicamente o gesto de liberdade pelo qual se instituiria o primeiro governo pátrio independente da coroa espanhola; por outro lado, restaura-se ritualmente a ordem institucional através da recitação do texto que dera origem simultaneamente ao Estado e cidadão argentinos. Fundações míticas mobilizadas pelo DAL como lugares de memória, para inscrever o dia de volta à democracia no registro épico da história nacional.

Voltemos à imagem do Presidente recém instituído cumprimentando o povo da sacada do Cabildo e revivamos a cena fundadora que este 10 de dezembro de 1983 convoca. A cena fundadora do 25 de maio de 1810 faz parte do imaginário da história oficial argentina: o Velho Cabildo então amarelo, os patriotas amontoados na praça, ainda de barro, que mais tarde ganharia seu nome desse histórico dia, a chuva caindo impliedosa sobre o povo coberto pelos guarda-chuvas, o peito engalanado com as fitinhas azuis e brancas que seriam depois a nossa "escarapela". Um só grito: *"El Pueblo quiere saber de qué se trata"*. Na sacada do Cabildo aparece o primeiro governo pátrio para informar ao povo aí reunido que foi feita sua vontade. Ilustrações reproduzindo esta cena aparecem em todos os manuais de história argentina, as crianças aprendem a reconhecê-la já desde a primeira série do 1º grau. O quadro pintado na época, que plasmou para sempre a imagem desse histórico dia, conserva-se no museu do Cabildo. O enunciado *"El Pueblo quiere saber de qué se trata"*, faz parte material do Cabildo, como o barro dos tijolos com que foi construído. Esse grito primeiro não só nos

constituíra como nação, mas fundou discursivamente o funcionamento da *delegação de voz*: inaugurou enunciativamente os mecanismos de representação imaginária pelos quais povo e governo se definem na sua relação "dialógica".⁵⁰

Protagonista indiscutido da cena fundadora do 25 de maio, segundo ela é revivida pela história oficial, o povo na praça, constituído como representação arquetípica da voz e do poder político originários⁵¹, estabelece imaginariamente com o primeiro governo pátrio uma relação de "diálogo": o enunciado "*El Pueblo quiere saber de qué se trata*" vai instituir discursivamente a partir de então a figura do porta-voz no imaginário político argentino, definido-o como "aquele a quem se dá a voz" (graças a um processo de identificação que autoriza/justifica a delegação de voz), e como consequência do anterior, "aquele de quem se cobra a voz" (mediante a representação imaginária de uma relação de "diálogo", suporte simbólico dos processos de legitimação).⁵²

⁵⁰ Neste sentido ela pode ser entendido como o enunciado fundador da enunciação política na Argentina. Cf. Orlandi (1993c) e Guimarães (1993) para a definição do conceito de enunciado fundador.

⁵¹ Arnoux (1993) trabalha sobre textos da historiografia oficial argentina para mostrar os processos de construção de uma representação de "*el pueblo de la plaza pública*" enquanto modelo de democracia urbana proposto pelo liberalismo portenho do século passado, através de autores tais como Mitre e Alberdi.

⁵² A título ilustrativo reproduzimos aqui fragmentos da *Acta del Cabildo del 25 de mayo de 1810*, onde se relata este fato histórico: "*Estando en esta sesión, las gentes que cubrían los corredores dieron golpes, por varias ocasiones, a la sala capitular, oyéndose voces de que querían saber lo que se*

O acontecimento discursivo do 10 de dezembro de 1983, ao trabalhar dentro do espaço de memória atualizado pela materialidade simbólica da sacada do Cabildo, se inscreve nos processos discursivos determinados pelo acontecimento discursivo do 25 de maio de 1810: povo e governo definidos por um "pacto dialógico". Aquele grito primeiro "El Pueblo quiere saber de qué se trata" responderá o novo Presidente:

El gobierno democrático cumplirá con la obligación constitucional de informar al pueblo sobre lo que ocurre en el país. El cumplimiento de esa obligación constitucional implica que la oficialización de la mentira, de los secretos inútiles y de las verdades a medias ha terminado en la Argentina. (10-12-83. Discurso da posse no Congresso Nacional)

Importa notar que o objeto indireto da frase verbal encabeçada pelo infinitivo "informar", entre diversas opções possíveis, tais como a la Nación, al país, a la ciudadanía, a los argentinos, entre outras, recupera o termo "pueblo", que aparece como sujeito-agente do enunciado fundador do 25 de maio de 1810, inscrevendo, desta maneira, a declaração presidencial no espaço de memória por ele configurado. Isto significa já um deslocamento na filiação discursiva, dado que a Constituição Nacional ("la obligación constitucional" nomeada no texto) só

trataba, y uno de los señores comandantes... tuvo que salir a aquietarlos... Algunos individuos del pueblo a nombre de este se personaron en la sala, exponiendo... que no tenía por bastante el que el Excmo. señor presidente <ex-virrey Cisneros> se separase del mando... y teniendo noticia cierta de que todos los señores vocales habían hecho renuncia de sus respectivos cargos, había el pueblo reasumido la autoridad que depositó en el Excmo. Cabildo <sede do Governo da Cidade> y no quería la Junta nombrada, sino que se procediese a constituir otra", citado em Molinas (1984:81-82).

estabelece que o Poder Executivo apresentará ao Poder Legislativo da Nação um relatório completo das ações do governo no dia 10 de maio de cada ano do mandato. Além disto, o sujeito da frase *-el gobierno-*, como efeito da operação de determinação realizada pelo adjetivo *-democrático-*, alude ao funcionamento da figura do porta-voz na dupla direção que define sua função enunciativa: *aquela a quem se dá e de quem se cobra a palavra política*, o pacto dialógico que funciona discursivamente como legitimação imaginária dos mecanismos de representação política.

Assim, observamos como a dupla determinação sofrida pela alocução presidencial do dia da posse, resultado da inscrição da enunciação atual no espaço de memória dos acontecimentos discursivos da promulgação da Constituição Nacional e da instituição do primeiro governo pátrio, manifesta de maneira condensada os dois funcionamentos enunciativos que analisamos anteriormente. Por um lado, a legitimação discursiva do poder político enquanto relação de representação, através da atualização da cena imaginária de delegação da voz pela qual o povo institui a seu porta-voz. Por outro lado, a transmutação discursiva desse "povo" em "cidadão" através de uma operação de universalização produzida pelo funcionamento conceptual do texto máximo do aparelho jurídico. Assim, o DAL institui um *modelo de enunciação política em democracia* através de um gesto

DA RUA A SACADA

O sujeito político está pois lá, fiel e comparsa. Fazemo-lo falar se bem que ele seja por natureza rigorosamente mudo. O segredo da manutenção política, sob diversas formas instituídas, está em fazer "como se" o livre cidadão, infalível e irrefutável, falasse, enunciando um pensamento seu. (Pierre Legendre, Jouer du pouvoir)

Relação imaginária de representação, pela qual o porta-voz se destaca do grupo originário como seu legítimo representante; operação de universalização, pela qual essa operação primeira de divisão interna é apagada pela legitimação jurídico-institucional do poder do Estado: neste vai-e-vém do modelo de enunciação política em democracia que acabamos de evocar encontramos traços dos processos metonímicos e metafóricos que, segundo Guilhaumou (1989), definem a figura rousseauiana do contrato social.

No seu trabalho sobre a figura do contrato social, definida por Rousseau em *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1792), Guilhaumou (op.cit.) inquires pelo fundamento discursivo do contrato social, recolocando a questão da constituição da sociedade civil e do poder político em termos discursivos. Assim, as questões levantadas por Rousseau sobre a relação estabelecida entre o povo e os governantes, e conseqüentemente, sobre os critérios de legitimação dos mecanismos institucionais de representação política, são analisadas por Guilhaumou como uma tentativa de

estabelecer uma articulação entre diversas linguagens: a *língua legítima do povo* e a *língua do saber político* enunciada pelo poder do Estado. Segundo Guilhaumou, a articulação defendida por Rousseau -que constitui o fundamento discursivo da figura do contrato social-, é a que estabelece uma relação de equivalência formulável pela seguinte equação: *saber político = expressão da língua do povo*; dito de uma outra forma: a língua do saber político, para ser legítima, deve ser a "expressão" jurídico-institucional da língua "passional" do povo. Desta maneira, a análise do texto rousseauiano feita por Guilhaumou reinterpreta a figura do contrato social a partir da legitimação discursiva da figura enunciativa do porta-voz.

O que está em pauta é, então, o estatuto discursivo da palavra do representante do povo: funciona ela como **metáfora** ou como **metonímia política**, isto é, como substituto ou como tradução da língua legítima do povo? Rousseau, opondo-se explicitamente as concepções jurídicas do contrato social, defende a tese da metonímia política: a palavra do representante não está no lugar da palavra do povo; ela é a sua **expressão imediata**. Para Rousseau, a imposição burocrática-institucional só da metáfora política implica a dominação do espaço jurídico do Estado sobre a legitimidade do princípio político material: aquele que reconhece que o ato pelo qual o povo se constitui a si mesmo em povo, isto é, o ato de interpelação política dos indivíduos -já interpelados juridicamente enquanto cidadãos pelo *Discurso dos Direitos dos*

Homens-, que os constitui em sujeito político sob a forma genérica da denominação *povo*, precede necessariamente ao ato de constituição do poder político, ou seja, ao ato de eleição do seu representante, e é portanto, o verdadeiro e único fundamento legítimo da sociedade civil. Desta maneira, para que a palavra do representante seja legítima, ela deve coincidir necessariamente com a do povo representado e para isto, é preciso que ela se institua no instante mesmo em que o povo se constitui como *povo*. A consequência discursiva desta teoria sobre a representação política defendida por Rousseau foi a aparição do que Guilhaumou denomina uma *retórica do povo em ato*, a qual, sem apagar o funcionamento dos processos metafóricos na constituição do poder político do Estado, os sustenta e legitima através do funcionamento dos processos metonímicos que definem a palavra do representante como tradução imediata da palavra inteligível, mas não articulada, do povo representado. A partir desta *retórica do povo em ato*, a mobilização popular -a "festa do povo"- é resignificada e sacralizada como prática política: ela se apresenta como perpetuação material daquele momento teórico originário, pelo qual o povo se constitui simultaneamente a si mesmo e a seu representante (o porta-voz). Os processos metonímicos são, assim, renovados em cada ato, em que as duas vozes (do porta-voz e do povo) se encontram e se articulam na sua recíproca relação de presença.

Desta maneira, os processos metonímicos (fundamento discursivo da *retórica do povo em ato*) que constituem o porta-voz em representante da palavra do povo no mesmo ato em que, através do contrato social, o povo se constitui como tal, impedem que os processos metafóricos de representação política (*estar no lugar de, falar em nome de*) tomem conta da figura do porta-voz, e sobretudo de sua palavra, erigindo-o irredutivelmente em substituto do poder (da voz) originário. Assim, pela cena imaginária da delegação da voz, atualizada recorrentemente por meio da *retórica do povo em ato*, a palavra do porta-voz coincide com a do povo, única língua legítima no imaginário de enunciação política inaugurado pelo contrato social rousseauiano.

Esta *retórica do povo em ato*, elaborada por Rousseau a partir dos acontecimentos políticos da Revolução Francesa, se introduziu teoricamente no imaginário político do Ocidente e participou ativamente nos movimentos libertários da América, especificamente da Argentina, nas revoluções pela Independência.⁵⁴ Desde o acontecimento discursivo do 25 de maio

⁵⁴ Vejam os esta "retórica do povo em ato" funcionando no acontecimento discursivo do 25 de maio de 1810, nos termos em que é reproduzida na *Acta del Cabildo* desse dia: "Presentaron los individuos arriba citados <os porta-vozes do povo> el escrito que ofrecieron firmado por un número considerable de vecinos. Y los señores <as autoridades do Cabildo> les advirtieron que congregasen al pueblo en la plaza pues que el Cabildo para asegurar la resolución debía oír del mismo pueblo si ratificaba el contenido de aquel escrito...Y los señores...determinaron que por mí, el actuario, se leyese en altas e inteligibles voces el pedimento presentado, y que los concurrentes expresasen si era aquella su voluntad. Se leyó el pedimento y gritaron a una que aquello era lo que pedían y lo

de 1810, este modelo de enunciação política constitui na Argentina o gênero de discurso político mais frequentemente utilizado pelos grandes líderes populares, entre eles, notadamente Juan D. Perón. O DAL, através de diversas práticas comemorativas e rituais, das quais a saudação à multidão no dia da posse (10-12-83) representou o ato inaugural, se inscreve na tradição popular representada por este gênero discursivo, mas produzindo uma ruptura: não é por acaso que o DAL resgata a imagem mistificada daquele povo libertário das *Jornadas de Mayo* para constituir imaginariamente seu interlocutor no primeiro ato de enunciação no governo. Ao contrário, é justamente para estabelecer um outro lugar de ancoragem no espaço de memória mobilizado pela *retórica do povo em ato*: um lugar que, como já apontamos, ao identificar o DAL com o acontecimento discursivo que deu origem a este modelo de enunciação na Argentina, o distancie da tradição popular (e hegemônica até então) representada pelo discurso peronista na história política argentina.

No início do nosso trabalho lembramos a contradição constitutiva que afeta o funcionamento enunciativo da figura do porta-voz, contradição que consiste no fato dessa representação ser produzida a partir de processos discursivos de identificação e de diferenciação que igualam/distinguem ao mesmo tempo o porta-voz do grupo enunciatário que ele representa. Seguindo Guilhaumou, observamos as raízes deste

único que querían que se ejecutase", citado em Molinas (1984:82-83).

funcionamento enunciativo, que se sustenta numa teoria sobre a representação política e a legitimidade do poder do Estado. Em termos discursivos, podemos colocar, em relação a nosso trabalho de análise do DAL, que os processos metonímicos e metafóricos que conformam a *retórica do povo em ato*, implícita nesta teoria, atuam como interdiscurso dos processos de identificação que estabelecem as diferentes posições de sujeito que constituem o *sujeito do DAL*, determinando as operações pelas quais são definidas, no interior do funcionamento enunciativo da figura do porta-voz, as **imagens e formas de representação** tanto do sujeito enunciador quanto do interlocutor. É no confronto entre essas diferentes imagens e formas de representação, que se produz o efeito de ilusão de exterioridade, cujo estudo nos ocupa na presente reflexão.

Embora fique evidente pelo dito até aqui que nos afastamos de toda concepção de *enunciação* que a defina como "o ato individual pelo qual o sujeito se apropria da língua, deixando sua marca nos enunciados", também nos distanciamos de uma definição semanticista que a entenda como "o acontecimento constituído pela aparição do enunciado, isto é, o fato de que algo que não existia antes de falar, venha a existir, para deixar de existir assim que se deixar de falar".⁵⁵ Nem individual nem irrepetível, nós consideramos, seguindo Guimarães (1989a, 1993), que a enunciação é "um acontecimento

⁵⁵ Estas definições de "*enunciação*" reproduzem de maneira sintética as abordagens inspiradas no trabalho de Benveniste (1966) e de Ducrot (1982) respectivamente.

de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento", o que obriga a considerar os processos discursivos que participam na produção, socio-historicamente determinada, dos enunciados. Ora, é justamente por pressupor teoricamente a presença do interdiscurso na enunciação, que podemos tornar visível a contradição constitutiva da figura do porta-voz e a dinâmica de deslocamentos nas diferentes posições de sujeito que ela provoca. Se não considerarmos que o funcionamento enunciativo da figura do porta-voz, enquanto forma histórica de representação do sujeito da enunciação política, é afetado pela inscrição do sujeito do discurso em diversas e conflitantes FDs a partir das quais ele enuncia, nunca poderíamos observar o efeito de ilusão de exterioridade que se produz no seu seio, e ficaríamos presos do lugar comum que considera o funcionamento da figura do porta-voz como *"a voz do consenso"*. Lugar comum, que é resultado de um longo processo de sedimentação histórica dos efeitos de sentido produzidos a partir de um modelo de enunciação política sustentado pelo que descrevemos acima como *"retórica do povo em ato"*, isto é, por um certo imaginário sobre a representação política e o poder do Estado. No entanto, se a ilusão de consenso faz parte dos efeitos de sentido produzidos pelo funcionamento enunciativo da figura do porta-voz, as operações de diferenciação que destacam o sujeito enunciador do grupo enunciatário originário são uma propriedade definitiva desse funcionamento. Entender os processos

discursivos que constroem esta diferença nos permitirá ficar mais sensíveis ao funcionamento da palavra política durante os governos de transição, dado que o *discurso sobre a modernização* vai se encaixar nas fissuras abertas no interior da figura do porta-voz como consequência desta, sua contradição constitutiva.

No nosso trabalho, vamos explorar o DAL acompanhando os deslocamentos produzidos nas **formas de representação do sujeito** como efeito do funcionamento contraditório da figura do porta-voz, porque é nos intervalos delimitados por esta dinâmica entre o mesmo e o diferente, que poderemos observar o efeito de **ilusão de exterioridade**, objeto desta reflexão, que se nos apresenta como o funcionamento discursivo que permite a articulação do *discurso sobre a democracia* com o *discurso sobre a modernização*. Para isso, nos ocuparemos em delimitar os processos discursivos, que estabelecem as diferentes posições de sujeito com as quais o sujeito enunciator se identifica na sua relação com as FDs contraditórias que o determinam.

ENTRE TAPAS E BEIJOS

Para os efeitos da nossa análise, a cena do 10 de dezembro de 1983 (isto é, a saudação do Presidente ao povo no dia da posse) constitui o ato inaugural do complexo percurso desenvolvido pelo DAL ao longo dos anos de duração do mandato. Esse percurso caracteriza-se pelos deslocamentos produzidos na configuração das posições de sujeito com as quais se identifica o sujeito enunciador; deslocamentos que permitem desenhar um **trajeto enunciativo** a partir das diferentes operações semânticas que definem, no interior da figura do porta-voz, a relação do sujeito enunciador com o grupo enunciatário por ele representado. Estas operações produzem a contradição constitutiva do funcionamento discursivo da figura do porta-voz, que se caracteriza por um movimento pendular de inclusão (como ator participante) e exclusão (como testemunha do acontecimento) do porta-voz do/no grupo do qual ele é o centro visível. O sujeito do DAL é, assim, definido a partir da **tensão** entre diferentes posições de sujeito estabelecidas no interior de FDe contraditórias, que determinam o movimento de inclusão/exclusão, ao que fizemos referência.

Retomando aqui as análises realizadas, podemos afirmar que essa tensão afeta a configuração discursiva do DAL desde o primeiro acontecimento discursivo (a saudação no dia da posse), que delimitamos no nosso recorte do material discursivo. Colocamos, então, que o DAL se caracteriza por produzir uma

representação para o sujeito do discurso, definida como um campo referencial tenso, configurado pelo encontro de processos discursivos opostos de identificação/interpelação política.

Por um lado, um processo de **bipartição** complementar dialógica, pelo qual se instaura imaginariamente, como efeito dos processos discursivos que definem a *retórica do povo em ato*, uma *ilusão de interlocução* a partir da qual se organizam as imagens do locutor e do alocutário no interior das relações de representação que constituem a figura do porta-voz. Essa operação de divisão interna de um mesmo grupo enunciatário instaura o porta-voz como enunciador legítimo e visível do grupo e, ao mesmo tempo, resignifica a função enunciativa dos demais integrantes do grupo, os quais, apesar de serem representados como enunciadores originários da palavra do porta-voz, são também representados, pelo funcionamento enunciativo da *retórica do povo em ato*, como destinatários dele³⁶. Assim, lembrando aqui as colocações feitas acima sobre o funcionamento da metonímia política enquanto fundamento discursivo -isto é, enquanto princípio de legitimação discursiva- da relação "povo-representantes", podemos afirmar que a construção de um **outro dialógico**, constitutivo da figura do porta-voz, é produzida a partir do funcionamento dos processos metonímicos que definem sua função enunciativa como

³⁶ A terminologia utilizada na descrição das diferentes figuras enunciativas apresentadas pelos enunciados do DAL é a definida por Ducrot (1982, 1984); remetemos a sua bibliografia para uma explicitação das mesmas.

tradução imediata ou "expressão" da palavra do povo. São esses processos metonímicos os que, ao estabelecer uma certa relação de continuidade entre o porta-voz e o grupo enunciatário por ele representado, garantem a representação de ambos como **ser-o-mesmo**: o outro dialógico é um igual, a alteridade não constitui uma diferença e a relação estabelecida se apresenta, então, como sendo simétrica.

Por outro lado, observamos também a presença de um processo de **universalização** da posição de sujeito, apoiado simultaneamente: 1- na construção semântica da classe de inclusão mais ampla em relação ao "ser argentino", a partir do atributo da *cidadania*; e 2- nos efeitos de sentido produzidos pela prática ritual da recitação, que constrói a ilusão de uma voz coletiva e anônima. Assim, obtemos um *nós* = sujeito **universal de direito** que funciona discursivamente como categoria conceptual homogênea, que não permite operações de divisão interna pelas quais os elementos que integram sua extensão poderiam ser distribuídos em conjuntos discretos: o *eu* e o *tu/vocês*, *ele(s)* da relação de interlocução. Desta maneira, os sujeitos sociais, definidos dialogicamente nas suas funções enunciativas enquanto *povo* e *porta-voz*, a partir de uma ilusão de interlocução representada discursivamente pela cena imaginária da delegação da voz, são redefinidos conceptualmente a partir do aparelho de direito do Estado como elementos idênticos de um mesmo campo extensional: os cidadãos da República Argentina. Ora, esta imposição do espaço burocrático-

institucional do Estado sobre o espaço do político para a definição dos sujeitos sociais é o que caracteriza, segundo já vimos em Rousseau, o funcionamento dos processos metafóricos que configuram a relação de representação política como uma relação de substituição. Como consequência desta imposição da *metáfora política* (estar em lugar de), a relação que se estabelece entre "povo" e porta-voz é descontínua, de ruptura: há um desnível entre a perspectiva enunciativa de um e o outro, preenchido e costurado por um princípio de legitimação externo à própria relação: o discurso jurídico-administrativo do Estado, a *língua do saber político* apontada por Guilhaumou (1989) no texto de Rousseau. Para utilizar uma noção desenvolvida por Chauí (1981), esta *língua do saber político* funciona como um *discurso competente*, que configura uma posição de sujeito do saber a partir da qual o sujeito do DAL enuncia. Assim, o porta-voz, por efeito da operação de abstração/universalização que redefine o *povo* como *cidadãos*, já não traduz ou "expressa" a língua legítima do povo, mas enuncia categorias definidas no seio de um discurso especializado com valor normativo. Esta descontinuidade enunciativa, produzida pelo funcionamento dos processos metafóricos, delimita no interior da figura do porta-voz um espaço para a *diferença*: apagada a operação de divisão dialógica do grupo enunciatário originário pelo funcionamento deste discurso jurídico-administrativo, a relação de continuidade simétrica estabelecida pelos processos metonímicos é substituída por uma

relação de descontinuidade assimétrica: o outro é o diferente e sua alteridade comporta uma ruptura hierarquizada.

Desta maneira, a representação do sujeito do DAL se define pelos diferentes **efeitos-sujeito**, que resultam da **tensão** produzida pela sobreposição, num mesmo campo referencial, de uma classe universal (o conceito de *cidadania*) e uma classe bipartita construída a partir de uma relação complementar (a ilusão de interlocução). Esta tensão referencial funciona discursivamente como sintoma do confronto de processos discursivos contraditórios -isto é, de *FDs* opostas-, determinando a produção dos efeitos de sentido do DAL. No caso da alocução presidencial do 10 de dezembro de 1983, essa especial configuração discursiva do DAL se manifesta na superfície discursiva pela forma do pronome de 1ª pessoa plural -*Nos*- do texto do Preâmbulo da Constituição: um *nós* que refere ao mesmo tempo à extensão de um conceito -*nós, os cidadãos argentinos*- e a uma relação dialógica -*nós, eu=porta-voz e/de vocês=povo*. Porém, as formas de representação do sujeito do DAL não se reduzem ao funcionamento do pronome, mas comportam outras formas relacionadas parafrasticamente no interior de um mesmo processo discursivo. Assim, as diversas **formas de representação do sujeito do DAL**, que analisaremos adiante, funcionam como o ponto de irrupção, na superfície discursiva do DAL, do conflito produzido no campo da representação imaginária do sujeito do discurso pela colisão de duas *FD* contraditórias: uma que define os cidadãos como "*povo em diálogo com seu*

líder", isto é, como sujeito político origem do poder soberano (a "voz") delegado ao governo; outra que define os cidadãos como categoria jurídica, ou seja, como conceito que funciona como suporte de uma série de normas de direito: os deveres, direitos e garantias dos cidadãos da República Argentina⁵⁷. Esta dupla determinação discursiva sofrida pelo sujeito do DAL resulta numa *contradição* -nunca resolvida- dos processos de identificação pelos quais o sujeito é constituído em relação às diversas posições de sujeito estabelecidas nas diferentes FDs que intervêm como interdiscurso.

Para efeitos da análise, distinguimos as FDs envolvidas nestes processos pelas denominações de ILUMINISTA/ELITISTA para uma delas e de PACTISTA/IGUALITARIA para a outra. Estas denominações, embora inspiradas pelos estudos sobre representação política, não pretendem classificar o DAL em relação a categorias ou tipologias definidas na Teoria Política, de modo tal que os funcionamentos discursivos analisados sejam reduzidos ao papel de evidências ou provas empíricas para uma classificação feita a priori num outro campo teórico. Pelo contrário, elas designam séries distintas de práticas discursivas que configuram enunciativamente o DAL, e é a partir da descrição dessas práticas que chegamos, no final do processo de análise, à caracterização das FDs, podendo então

⁵⁷ Como veremos adiante, o cidadão -enquanto categoria jurídica- é redefinido culturalmente no DAL como sujeito democrático, operação que modifica as predicções a ele atribuídas, mas que mantém seu funcionamento discursivo enquanto conceito.

ser relacionadas com o aparelho conceptual de uma determinada teoria política. A distinção entre ambas se realiza em relação à definição dos sujeitos sociais enquanto **cidadãos** (políticos, jurídicos, culturais), em relação às operações discursivas de legitimação da prática do **poder** e em relação ao funcionamento dos processos de metonímia ou metáfora política implicados nessas operações.

A FD ILUMINISTA/ELITISTA pode ser descrita como aquela que identifica a prática do poder com uma tarefa principalmente **didática** destinada a mudar os comportamentos sociais e que define o *cidadão* como um **objeto discursivo** constituído a partir de um discurso científico/jurídico, de cujas categorias e práticas o sujeito do DAL se apropria. Dentro desta FD, o *cidadão* é tematizado primeiro como categoria jurídica definida pela Constituição Nacional, e depois, coincidindo com a aparição do núcleo temático da *modernização* no DAL, como conceito/noção teórico definido a partir de um saber especializado: é a caracterização do chamado "*sujeito democrático*", nova identidade política proposta pelo DAL como única garantia para "um destino de grandeza em democracia para a nação". O *cidadão* aparece desta maneira reduzido à categoria de **conceito**, definido por um discurso competente (Chauí, 1981) com o qual o sujeito do DAL se identifica. Assim, os sujeitos sociais se constituem em *cidadãos* a partir de uma operação semântica de abstracção/universalização, que produz como resíduo

uma perspectiva de enunciação³⁹ anterior e exterior a dita operação: a de um *sujeito do saber*, constituído no interior da *língua do saber político*, apontada por Guilhaumou (1989). Correlato dessa operação pela qual se cria uma *ilusão de exterioridade*, que destaca da classe universal dos cidadãos um constitutivamente diferente (aquele que identificando-se com o lugar de produção do conhecimento e do direito enuncia a classe) é o *tom didático* que o DAL incorpora (Maingueneau, 1987). Deste modo, se estabelece dentro desta FD uma posição de sujeito, a partir da qual o sujeito enunciador se representa como aquele cidadão especial capaz de enxergar a "realidade" na sua "verdadeira" dimensão e em toda sua complexidade, realizar um "diagnóstico" a partir desse conhecimento lúcido e propôr a única solução possível através de uma árdua tarefa de ensino que permitirá que esse conhecimento seja "interiorizado" pelos demais cidadãos. Este *excedente de visão*, condição de possibilidade da identificação com o *sujeito do saber*, é representado discursivamente como uma "excelência de comportamento", como conduta ética exemplar que se apresenta aos demais cidadãos como modelo de comportamento democrático. Assim, como resultado de operações semânticas de abstração/universalização na definição da identidade dos sujeitos sociais e de um *ethos* discursivo constituído a partir do funcionamento enunciativo do tom didático, se produz como

³⁹ Utilizamos a noção de perspectiva de enunciação no sentido definido por Guimarães (1989b).

efeito uma *ilusão de exterioridade* para o sujeito enunciador, que é representado no interior da figura do porta-voz, como **testemunha** esclarecido dos acontecimentos políticos. Retomando as colocações feitas anteriormente sobre a descontinuidade enunciativa produzida pelo funcionamento discursivo dos processos metafóricos da enunciação política, observamos que estes processos servem de fundamento ao efeito de ilusão de exterioridade que descrevemos acima. A palavra do porta-voz, ao funcionar como substituto da palavra do povo representado, se institui discursivamente como espaço do diferente. Um outro, cuja radical alteridade o afasta do grupo originário, legitimando-o na sua nova função enunciativa: **falar no lugar de** funciona então discursivamente como **falar do lugar próprio** (Orlandi, 1987).⁹⁹

A FD PACTISTA/IGUALITARIA se caracteriza por definir o *cidadão* a partir de sua participação numa prática política concreta que aparece representada no DAL como uma imaginária relação simétrica de **interlocução** entre o governo (especificamente o presidente = "líder") e o "povo". É a partir das relações que se estabelecem entre estas imagens discursivas do locutor e do alocutário, que o *cidadão* se constitui como **sujeito discursivo**, isto é, como fonte imaginária de enunciação a partir da qual e no nome da qual o DAL se enuncia. Essa

⁹⁹ Segundo a autora, no discurso político a fala do representante se caracteriza por uma *retórica de apropriação*: o sujeito se transforma -dadas certas condições, das quais a legitimação por um discurso jurídico-institucional é uma das mais importantes- naquele do qual ele ocupa o lugar.

ilusão de interlocução funciona discursivamente como origem mítica da figura do porta-voz. O "povo", representação arquetípica da voz e o poder político originários, aparece configurado como fundador de um processo de delegação da voz, pelo qual o "líder" é constituído como representante e mediador. Assim, fica delineada uma configuração discursiva para a qual é crucial a construção -como forma de representação do sujeito do discurso- de um **nós inclusivo** definido dialogicamente a partir de uma relação contínua de interlocução, que funciona discursivamente como atualização da cena fundadora da delegação da voz. O DAL se inscreve, desta maneira, na tradição popular de uma *retórica do povo em ato*, através da qual reforça os efeitos de interpelação produzidos pelos processos metonímicos que participam do funcionamento enunciativo da figura do porta-voz. Como consequência destes funcionamentos, não fica definido nenhum lugar residual, onde o sujeito enunciador possa se identificar com uma posição externa e anterior à configuração do *cidadão*, representado no interior desta FD como sujeito político, em contraposição com o sujeito jurídico/democrático definido na FD ILUMINISTA/ELITISTA. Isto porque o funcionamento dos processos metonímicos consolidam, como já vimos, uma relação de continuidade enunciativa entre as posições de sujeito ocupadas pelo locutor e pelos alocutários no interior da figura do porta-voz; o outro é construído dialogicamente como igual: porta-voz e povo espelhando-se um ao outro duas faces ("verso e reverso") do mesmo.

As diversas posições de sujeito que configuram o sujeito do DAL se estabelecem em relação às duas FDs que acabamos de caracterizar. Essas posições de sujeito co-existem no interior da figura do porta-voz determinando os processos de identificação/diferenciação que definem o funcionamento desta forma de representação do sujeito da enunciação política. Dado que a relação entre as FDs que atravessam o DAL muda de acordo com as condições de produção, em cada momento discursivo a dinâmica de dominação dos efeitos de uma das FDs sobre a outra varia. Porém, a presença permanente das duas, enquanto interdiscurso específico do DAL, permite a irrupção de equívocos que evidenciam essa dupla determinação sofrida tanto pelo sujeito enunciador quanto pelos enunciados do DAL. A noção de trajeto enunciativo que propomos no início, nos permitirá destacar os pontos no DAL, onde a irrupção do equívoco quebra a continuidade dos rituais enunciativos que o compõem. Para isso, observaremos primeiro o funcionamento das **imagens e formas de representação do sujeito do DAL** em relação a cada uma das FDs descritas, para analisar depois os enunciados onde se manifestam simultaneamente os efeitos de sentido produzidos pelo encontro contraditório de ambas na superfície discursiva de uma mesma formulação. O confronto destas duas FDs produz "intermitências" no funcionamento discursivo das formas analisadas, "intermitências" que revelam a colisão de diferentes posições de sujeito que interferem nos processos de

identificação pelos quais o sujeito enunciador se constitui como efeito-sujeito.



NOSOTROS. QUE NOS QUEREMOS TANTO...

Como indicamos no início do nosso trabalho, o percurso que seguimos na análise se organiza a partir do **trajeto enunciativo** configurado pelo conjunto de regularidades e descontinuidades enunciativas que caracterizam o DAL. Já apontamos que essas regularidades e descontinuidades são determinadas pelo encontro de duas FDs opostas, nas quais se desenvolvem os processos discursivos que produzem os efeitos de sentido e efeitos-sujeito do DAL. No estudo desse trajeto enunciativo, ocuparemos agora na descrição dos funcionamentos enunciativos que estabelecem as posições de sujeito inscritas na FD que denominamos **PACTISTA/IGUALITARIA**. Lembramos aqui que esta FD se caracteriza por definir essas posições de sujeito a partir do funcionamento discursivo da figura do porta-voz.

Na nossa análise da figura do porta-voz nos principais acontecimentos discursivos do DAL, observamos que o fundamento deste dispositivo de enunciação é a construção de uma imaginária relação de interlocução a partir da qual as imagens do locutor e do alocutário representam-se como participantes ativos de uma relação simétrica de diálogo.⁴⁰ Essas imagens, como já adiantamos, se caracterizam por constituir o alocutário como um **todo uniforme** -a imagem de "Povo-uno" que analisamos em

⁴⁰ Utilizamos a noção de *imagens* do locutor e do alocutário no sentido definido por Pêcheux (1989) sob a denominação de *formações imaginárias*; isto é, como representações imaginárias produzidas a partir dos processos discursivos que determinam as posições de sujeito num determinado discurso.

relação aos efeitos de interpelação do filme "*La República Perdida*" e do acontecimento discursivo do 25 de maio- e o locutor como um igual, como uno como nós, que só se destaca do grupo pela função enunciativa de porta-voz que lhe foi delegada pelos demais integrantes do grupo -é a imagem do *mandatário do povo*. Nas seqüências discursivas que reproduzimos a seguir, encontramos estas imagens funcionando discursivamente como espaço de legitimação da função de porta-voz, que define a posição preenchida pelo locutor:

1- No tengo la menor duda de que la Argentina va a salir de esta encrucijada... Y no tengo ninguna duda, no porque haya un gobierno de intelectuales exquisitos, sino porque sé perfectamente que hay un pueblo dispuesto a superar esta crisis. Y lo vamos a hacer y vamos a estar en diálogo permanente, diciendo nuestro mensaje y recogiendo el mensaje de todos ustedes. (24-4-84. Ceremonia em praça pública pelo centenário de fundação da cidade de Tres Arroyos)

2- jornalista: En la calle hay un poquito de inquietud, tal vez por el problema de la inflación y que los sueldos no alcanzan.

Presidente: Desde luego, nosotros estamos trabajando. Pedimos paciencia, pedimos que miren, que estén atentos, que nos señalen cuando nos equivocamos. Estamos haciendo lo posible, pero podemos equivocarnos. Vamos a andar mejor cada mes. Creo que tendríamos que acostumbrarnos todos a no hablar más de salarios nominales sino de salarios reales. (23-12-83. Conferência de Imprensa na Casa do Governo)

Notamos que a relação de "diálogo" se estabelece entre o eu= Presidente ou o nós = governo-administração (nós exclusivo)⁶¹ e o vocês = povo, "(la gente de) la calle". Nessa

⁶¹ Usamos a designação nós exclusivo para referir ao funcionamento enunciativo desta forma pronominal, que se

relação de "diálogo" o alocutário é representado como um conjunto totalizador e uniforme, o que se manifesta linguisticamente através da operação de determinação cumprida pelo adjetivo quantificador: *el mensaje de todos ustedes* (em 1-acima). É esse apagamento das reais (ou potenciais) diferenças que dividem o conjunto dos alocutários, que permite a reformulação parafrástica de "povo" (sujeito coletivo uno e indiviso): *hay un pueblo dispuesto*, por "vocês" (todos = soma de indivíduos): *el mensaje de todos ustedes*. O eu/nós = governo escuta e executa a "mensagem" do vocês = povo sob seu olhar (do povo) atento e pronto a apontar os erros. Assim, aparece representada a dupla direção da função enunciativa que define o porta-voz como aquele a quem se dá e de quem se cobra a voz. Dupla direção que se define a partir de um imaginário "pacto dialógico", sustentado, como vimos acima, pelo funcionamento do enunciado fundador da enunciação política na Argentina: *El Pueblo quiere saber de qué se trata*. É precisamente porque se constrói no DAL o simulacro de uma palavra que circula simetricamente: *nuestro mensaje y el mensaje de todos ustedes*, que o Presidente pode conhecer minuciosamente o pensamento do "povo": *sé perfectamente que hay un pueblo dispuesto a superar esta crisis*, como aparece também representado na sequência discursiva que segue:

caracteriza por excluir aos alocutários do referente discursivo apontado pelo pronome. O valor referencial do *nós* seria equivalente, então, a associação do eu + ele(s), excluindo o tu/você(s).

3- Yo podría recordarles lo que ha pasado en este país, las cosas que han ocurrido en la Argentina, pero sé bien que eso es innecesario, pues ustedes, sus familias, sus hijos, saben tan bien como yo todo lo que se pierde y todo lo que se gana cuando se esfuman y cuando se reconquistan los derechos de una vida en democracia. (7-4-84. Ato da Federação Agrária Argentina em Casilda, primeira cidade do país a exportar trigo no século passado)

Esse conhecimento partilhado e comum se funda no fato de que tanto o "povo" quanto seu Presidente são representados no DAL como iguais: a única diferença entre eles consiste no mandato delegado pelo primeiro ao segundo; em outras palavras, é a escolha livre e soberana do povo o que provoca a única diferença entre este e seu porta-voz:

4- A ustedes y a mí nos gusta el diálogo, el diálogo concreto, informal, campechano, casi, que es reflejo de la vida de campo. (7-4-84. ibidem)

5- Desde la humildad de los voluntarios, desde esa vocación de servicio modesta y humilde de un conjunto de hombres que se dieron a la tarea de crear una institución, surgen ejemplos para todo el país y, al cabo de cien años, permiten que un hombre igualmente humilde y modesto, pero al que el pueblo argentino le ha brindado la posibilidad de presidirlo, venga a rendir el homenaje que corresponde y que corresponde también, en nombre de todo el pueblo argentino. (2-6-84 Ato pelo centenário da Associação de Bombeiros Voluntários de La Boca)

6- Yo sé que no puedo desdoblarme, y dejar de ser el presidente de la Nación Argentina por unos minutos. Pero quiero solicitarles que, en la medida de lo viable, escuchen en mis palabras no sólo la voz del mandatario elegido por el pueblo, sino, además, la del ciudadano que en varias oportunidades de su vida ejerció el noble, indispensable, decisivo oficio del periodista. (25-8-86. Ato de inauguração da 1ª Jornada Empresária de Meios de Comunicação Independentes)

No recorte acima, observamos como o DAL sustenta a imaginária relação de diálogo sobre diferentes imagens do locutor, que o identificam com os alocutários. A versão "humanizada" do Presidente da Nação alude, entre outras, a sua condição de homem do campo, neto de imigrantes espanhóis, nativo de uma pequena cidade do interior, avô, ex-jornalista, etc. Resulta interessante observar, para efeitos das colocações que faremos adiante sobre o efeito de *ilusão de exterioridade*, que a construção destas imagens do locutor coincide com um deslocamento das formas de representação do sujeito do discurso da 1ª pessoa a 3ª pessoa verbal, produzindo-se como efeito-sujeito uma 4ª pessoa discursiva.⁴² No recorte que analisamos, o sujeito do DAL se representa através das formas da 4ª pessoa discursiva lexical: *un hombre igualmente humilde y modesto... venga a rendir el homenaje; del ciudadano que en*

⁴² A 4ª pessoa discursiva é uma das formas de representação do sujeito descritas por Indursky (1982) no seu trabalho sobre o discurso dos presidentes militares da chamada Terceira República Brasileira. Segundo a autora, o sujeito do discurso, em lugar de representar-se pelas formas do paradigma da 1ª pessoa pronominal e verbal, pode aparecer representado na superfície discursiva pelo paradigma da 3ª pessoa verbal, através de formas pronominais "ele", "se", ou de formas lexicais como "o presidente". Este deslocamento das formas de representação do sujeito produz como efeito-sujeito a 4ª pessoa discursiva gramatical e lexical, respectivamente. No caso do discurso analisado pela autora, a 4ª pessoa discursiva lexical, ao simular a ausência do sujeito do discurso -que aparece representado como um outro-, impede que se estabeleça uma relação de interlocução entre o sujeito do discurso assim representado e o seu interlocutor, produzindo, então, um efeito de monologismo, de palavra única: a ilusão de que o acontecimento discursivo está desvinculado do sujeito que o constrói no discurso. Desta maneira, "a 4ª pessoa discursiva remete para o lugar em que o sujeito político autoritário se instaura", (op.cit.:110).

varias oportunidades de su vida ejerció el...oficio del periodista. Este desdobramento na representação do sujeito do DAL entre sujeito da enunciação, o locutor: *yo sé que no puedo desdoblarme*, e sujeito do enunciado, o locutor-enquanto-pessoa-no-mundo⁴³: *el Presidente de la Nación argentina, el ciudadano periodista*, embora represente o eu como um outro, o faz sempre no quadro da imaginária relação de interlocução a partir da qual se definem as posições do locutor e do alocutário no interior da figura do porta-voz. Assim, a 4ª pessoa discursiva lexical, ao representar o sujeito do DAL como o **outro igual**, o outro espelho, funciona como reforço dos processos metonímicos de enunciação política que legitimam discursivamente a função enunciativa do locutor como porta-voz do grupo dos alocutários, constituídos em enunciadores originários da palavra política: *un hombre...al que el pueblo argentino le ha brindado la posibilidad de presidirlo* (em 5-); *la voz del mandatario elegido por el pueblo* (em 6-). Desta maneira, como efeito dos processos discursivos da FD PACTISTA/IGUALITARIA que determina os enunciados do DAL, a 4ª pessoa discursiva lexical, embora produza, enquanto efeito-sujeito, uma representação desdobrada do sujeito do DAL, não implica um movimento de exclusão do sujeito do discurso nem em relação ao acontecimento discursivo

⁴³ Guimarães (1987, 1989b) explica que a representação do sujeito enunciador como locutor-enquanto-pessoa-no-mundo significa localizá-lo de algum modo num certo conjunto de relações sociais que a própria enunciação recorta; representar-se como locutor só implica o fato de apresentar-se como fonte responsável pelo dizer.

nem em relação ao grupo enunciatário, no seio do qual ele se constitui.⁶⁴

As diferentes imagens pelas quais se representa o sujeito do DAL permitem redefinir o lugar enunciativo do locutor, mudando sua inscrição do espaço público-institucional (o homem político) para o espaço íntimo da vida privada (simplesmente o homem). Esta redefinição do homem público a partir de atributos do seu espaço privado faz parte do que Sennett (1974) denomina *a ideologia da verossimilhança da personalidade*, isto é, uma concepção da política (nascida no séc. XIX, mas desenvolvida principalmente nos últimos anos), na qual os traços da personalidade do político se constituem em garantia do seu desempenho na função pública.⁶⁵ Vejamos este imaginário de enunciação política funcionando:

7- jornalista: *Doctor Alfonsín: más que al presidente de la Nación, quiero preguntarle al hombre del interior que es usted. Ya lo ha manifestado muy claramente ante estos casi 300 niños....¿qué es lo que esperan, qué les puede dar el país y qué deben dar ellos a la patria?*

⁶⁴ Se consideramos o DAL como um caso representativo do discurso dos chamados *governos de transição*, a comparação dos diferentes efeitos de sentido produzidos pelo funcionamento discursivo de 42 pessoa discursiva lexical no discurso dos militares analisado por Indursky (1992) e no DAL parece indicar a presença de certas propriedades discursivas diferenciais entre os denominados *discursos autoritários* e os discursos ditos *democráticos*.

⁶⁵ Segundo Sennett (1974), esta *ideologia da verossimilhança da personalidade* está relacionada com o aumento progressivo da dominância do espaço do privado sobre o espaço público. Cf. também Rinessi (1983), que relaciona esta "personalização" (quase "teatralização") da política com as teorias clássicas sobre representação política.

Presidente: *El país les va a dar el futuro que se merecen. Nosotros vamos a dejar muy atrás una Argentina víctima de su subdesarrollo.* (1-4-84. Declarações aos jornalistas após a visita de um grupo de crianças indígenas ao Governo)

A eficácia do funcionamento das imagens representadas no DAL se evidencia na pergunta formulada pelo jornalista, na qual podemos reconhecer o sobreentendido de que o futuro das crianças indígenas poderá finalmente ser resolvido porque o Presidente Alfonsín é *un hombre del interior* e como tal seria mais sensível a esse problema.

Em termos discursivos, o conjunto de imagens pelas quais o locutor é representado no DAL permite construir a figura de um **locutor-enquanto-pessoa-no-mundo**, que, como já apontamos, serve de legitimação discursiva da função enunciativa preenchida pelo sujeito enunciador enquanto *locutor* do grupo enunciatário constituído pelo funcionamento discursivo da figura do porta-voz. Dito de uma outra maneira, a representação do sujeito do discurso como **locutor-enquanto-pessoa-no-mundo** funciona como reforço dos processos metonímicos mobilizados pela *retórica do povo em ato* e produz, como efeito de sentido, a construção de uma forma de representação do sujeito, onde tanto o locutor quanto o alocutário se confundem como sendo "**o mesmo**", de modo que o porta-voz se apresenta como *locutor* de um grupo de enunciadores com os quais se identifica. É esse espaço de "igualdade", partilhado pelo porta-voz e o grupo por ele representado, que legitima os processos metafóricos de enunciação política que instituem sua função de **falar em nome**

de "todo el pueblo argentino" (em 5- acima), como podemos também observar na sequência discursiva que segue:

B- *El pueblo unido sin distinción de banderías políticas, en el marco del estado de derecho, marcha para luchar por la dignidad del hombre; la Argentina de todos, de hombres y de mujeres, de las grandes ciudades y del campo, de los trabajadores y de los hombres de la producción, de los civiles y de los militares: la Argentina absolutamente de todos; para decirle al mundo que quiere ser ubicada en el lugar que le corresponde dentro del concierto de las naciones de la tierra.* (1-6-84. Ato em praça pública junto ao prefeito de Villa Mercedes, San Luis)

O funcionamento da figura do porta-voz e dos processos de identificação pelos quais povo e mandatário são representados como "o mesmo", permitem que em B- a função de locutor não seja preenchida pelo sujeito do discurso e a palavra política apareça enunciada diretamente pelo "povo" constituído em enunciador desta sequência discursiva: *El pueblo unido...para decirle al mundo*. Além disto, a representação desse enunciador como sujeito coletivo, que apesar das distinções internas (homens e mulheres, da cidade e do campo, trabalhadores e empresários, civis e militares⁶⁶), funciona como voz una e uniforme, autoriza a paráfrase de "povo" por "Argentina": *la Argentina absolutamente de todos...para decirle al mundo*. Assim, presenciemos a construção de uma posição de sujeito que

⁶⁶ Importa destacar nesta análise da sequência discursiva B- que as únicas diferenças, que o DAL suporta dentro do sujeito coletivo uno e uniforme constituído como alocutário e enunciador originário da palavra do porta-voz, são da ordem do social (as variáveis sociológicas clássicas: sexo, origem/residência, classe social, ocupação) e não da ordem do político-ideológico, diferenças estas que são negadas (*sin distinción de banderías políticas*).

se manifesta lingüísticamente pelas designações *el pueblo*, *la Argentina* - nos casos em que a denominação do país funciona como agente das predicções verbais-, que se apresentam como os enunciadores originários da palavra/vontade política retomada pelo porta-voz. Em relação de paráfrase com estas formas, no DAL encontramos também o *nós todos* -equivalente a (*nosotros*) *los argentinos*- como forma de representação do sujeito do discurso. Este funcionamento se evidencia ao comparar o recorte seguinte com a sequência discursiva 8-:

9- *A través del esfuerzo de todos, los argentinos nos aprestamos a realizar el país que nos merecemos.* (15-3-84. Declarações presidenciais na sua visita à redação do jornal "La voz del Interior", Córdoba)

10- *Y la grandeza de un pueblo es, en definitiva, la capacidad de que los hombres de un país puedan poner en marcha un destino entre todos. Todos no son los otros. Todos y cada uno, somos nosotros, los argentinos.* (1-4-84. Alocução presidencial pela rede nacional de rádio e televisão referente à renegociação da dívida externa)

11- *La Argentina quiso sobrevivir y lo hizo. Hoy quiere crecer y lo hará. Lo demostró hace dos años. Lo debe seguir demostrando. Sabemos que de su decisión depende su destino.* (30-10-85. Alocução presidencial pela rede nacional de rádio e televisão em comemoração do "29 Aniversário da Democracia")

Neste recorte podemos observar as relações de paráfrase estabelecidas entre *todos-nosotros-los argentinos* (em 9-), *pueblo-todos-nosotros-los argentinos* (em 10-) e entre *la Argentina-nosotros* (em 11-). Na nossa análise, consideramos esta relação de paráfrase entre as diferentes formas de representação do sujeito do DAL como indicio, na superfície

discursiva, dos processos discursivos que estabelecem uma posição de sujeito, na qual a perspectiva de enunciação do locutor é representada como sendo a do conjunto dos argentinos.

A análise das seqüências discursivas 1- a 11- nos permitiu caracterizar os principais processos discursivos que conformam a FD PACTISTA/IGUALITARIA. Observamos assim, a construção de uma ilusão de interlocução, a partir da qual se define a relação do locutor com o alocutário como um "diálogo entre iguais". O alocutário, representado pelas designações *pueblo*, *la Argentina* ou *los argentinos*, e pelo pronome (*todos*) *ustedes*, é definido como sujeito de esta prática dialógica, que funciona como representação simbólica da prática política exercida por esse mesmo sujeito. *El pueblo*, *la Argentina* ou *los argentinos* não só enunciam, mas vigiam, se mobilizam, votam, participam. A legitimidade do locutor, na sua função de porta-voz, se sustenta nesta construção, no DAL, da representação de um **sujeito coletivo ativo e participante**, cuja voz e vontade se manifestam através dos funcionamentos da *retórica do povo em ato*. Desta maneira, os processos discursivos que conformam a FD PACTISTA/IGUALITARIA funcionam estabelecendo relações de identificação, que permitem que o sujeito do discurso seja representado linguisticamente pelas formas de um nós⁴⁷ definido dialogicamente, sendo seu valor referencial equivalente a

⁴⁷ Quando falamos da forma nós estamos aludindo a todas as manifestações morfológicas da categoria de pessoa no sistema da língua, ou seja: pronome pessoal, possessivo, adjetivos possessivos e desinências verbais.

nosotros todos los argentinos, nosotros el pueblo argentino, nosotros la Argentina. Assim, a representação do sujeito do DAL, produzida pelo funcionamento da figura do porta-voz, se funda na construção discursiva de um **nós dialógico maximamente inclusivo**, isto é, um nós cujo valor referencial coincide com a classe mais ampla que pode ser definida em relação aos sujeitos sociais na Argentina.

Se lembrarmos aqui que um dos principais efeitos do discurso político, enquanto prática simbólica, é trabalhar sobre os mecanismos imaginários de constituição da(s) identidade(s) para produzir a representação de um coletivo de identificação, aparece claramente manifesta a eficácia discursiva do funcionamento da figura do porta-voz: o **nós dialógico maximamente inclusivo** que ela produz, subsume num mesmo espaço referencial posições de sujeito eventualmente diferentes, impedindo divisões internas ou separações do todo indistinto que se soma, enquanto **não pessoa discursiva**⁴⁸, ao "eu" do locutor para constituir o **nós político**. O efeito-sujeito produzido a partir desta forma de representação do sujeito do DAL se caracteriza por não suportar a existência de um outro não dialógico, isto é, de um **terceiro discursivo**⁴⁹

⁴⁸ Utilizamos o termo **não-pessoa discursiva** no sentido definido por Indursky (1982:85) para designar os referentes lexicalmente não nomeados ou especificados aos quais o eu se associa para constituir o nós.

⁴⁹ Utilizamos o conceito **terceiro discursivo**, definido por García Negróni (1988), para nomear a posição enunciativa ocupada pelos sujeitos que ficam fora da representação da enunciação política, enquanto interlocução fundada na cena

funcionando enunciativamente como o outro adversário: fora do *nosotros-la Argentina (de)-todos-los argentinos*, que reúne o eu/nós (=presidente/governo) e o povo (=〈*todos*〉 *ustedes*), nada fica senão o vazio de uma absoluta exclusão.

Contudo, este não é o único valor referencial da forma do **nós inclusivo** no DAL. Como veremos adiante, esta forma de representação do sujeito do discurso é afetada pelas mudanças nas condições de produção do DAL, que produzem como efeito de sentido a desagregação ou esfacelamento do sujeito coletivo uno e totalizante, construído como referente discursivo para esta forma.

Na FD PACTISTA/IGUALITARIA, a noção de *cidadania* é definida no interior deste quadro enunciativo. Embora a designação *ciudadão* não apareça explicitamente na superfície discursiva dos recortes que analisamos, dado que as predicções que *nosotros (todos)*, *pueblo (argentino)*, *la Argentina* e *(todos) los argentinos* suportam, são aquelas que descrevem, no interior desta FD, a prática da cidadania -votar, participar de plebiscitos, realizar manifestações, debater publicamente os assuntos políticos, apresentar demandas, defender um projeto, etc- podemos afirmar que esta representação de um sujeito coletivo uniforme, constituído dialogicamente em relação a seu

porta-voz legítimo e participante ativo na vida política do país, comporta uma definição do cidadão argentino⁷⁰:

12- El 10 de diciembre de 1983 iniciamos todos la reparación de la libertad y del trabajo. Decidimos todos terminar con la decadencia argentina en una marcha que...no será fácil. Fácil fue destruir la Nación, pero difícil y duro será el trabajo de la reconstrucción necesaria. Porque es difícil nos reunimos todos en las calles y en las plazas en la campaña electoral en 1983, en las urnas del 30 de octubre y en la consulta del 25 de noviembre. Porque es difícil nos encontramos todos los días en el debate político en todos los ámbitos de la vida con plena libertad. Los argentinos discutimos y realizamos la reparación de la patria. (1-5-85. Relatório anual do Presidente ante o Congresso Nacional, transmitido pela rede nacional de rádio e televisão)

Esta seqüência discursiva permite observar como os mecanismos institucionais, que regem a prática do poder (cerimônia da posse: *el 10 de diciembre de 1983*; eleições presidenciais: *las urnas el 30 de octubre*; plebiscito: *la consulta del 25 de noviembre*) representam-se no DAL como consagração jurídica da imaginária relação de interlocução estabelecida entre o locutor e os alocutários (*nos encontramos en el debate político, los argentinos discutimos*), a partir do funcionamento da *retórica do povo em ato* (*nos reunimos todos en las calles y en las plazas*). A posição do locutor aparece representada pela forma do *nós dialógico maximamente inclusivo*,

⁷⁰ Na seqüência discursiva 14-, que analisamos adiante, observamos explicitamente definida, a partir dos processos discursivos que delimitam a FD PACTISTA/IGUALITARIA, esta prática que constitui os sujeitos sociais em cidadãos: *Los ciudadanos seguirán...ejerciendo plenamente sus derechos, ...coincidiendo y oponiéndose al gobierno, criticando, participando, trabajando y proponiendo. (DAL, 30-10-85).*

cujo valor referencial é determinado discursivamente⁷¹ pelo funcionamento do adjetivo quantificador *-iniciamos todos, decidimos todos, nos reunimos todos-*, constituindo a totalidade dos argentinos como o grupo enunciatário cuja voz é retomada pelo porta-voz.

Este mesmo funcionamento da operação de determinação ocorre em algumas das seqüências discursivas já trabalhadas. Em 1-, a designação *"un pueblo dispuesto"*, que por efeito do artigo indefinido *un*, permite supor a existência de outro(s) povo(s), se relaciona parafrásticamente na frase seguinte com o complemento preposicional (*el mensaje*) *de todos ustedes*, onde o adjetivo quantificador, determinando o valor referencial do pronome, o faz coincidir com a totalidade da população. Assim, a operação de determinação sofrida pelo pronome satura a indeterminação lingüística do artigo indefinido, produzindo como efeito de sentido, uma relação de equivalência entre o valor referencial de *un pueblo* e o de *todos ustedes*, o que barra o pressuposto da existência de povos diferentes. A determinação discursiva opera no DAL também em relação ao artigo definido. Nas frases nominais *el pueblo argentino, todo*

⁷¹ Utilizamos o conceito de *determinação discursiva* que consiste, segundo Indursky (1992:261-262), na operação de saturar o significado de um nome para qualificá-lo a integrar seqüências discursivas afetadas por determinadas FD...O sujeito <do discurso> é compelido, pela FD que o afeta, a saturar o substantivo, pois os determinantes lingüísticos que precedem o nome não são suficientes para determinar seu dizer. Na seqüência discursiva que analisamos, a operação de determinação afeta o pronome (ou formas verbais equivalentes), cuja instabilidade referencial funciona como sintoma dos processos discursivos contraditórios que constituem o DAL.

el pueblo argentino, (em 5); *el pueblo unido sin distinción de banderías, la Argentina (absolutamente) de todos*, (em 8-), os adjetivos e os complementos preposicionais grifados fixam discursivamente o valor referencial de *el pueblo* e de *la Argentina* em relação aos processos discursivos da FD PACTISTA/IGUALITARIA.

Voltando às considerações sobre a definição do conceito de cidadania própria da FD PACTISTA/IGUALITARIA, as seqüências discursivas 12- e 14- (citadas em nota), nos permitem delimitar no que esta definição se diferencia da realizada na FD ILUMINISTA/ELITISTA, cujos funcionamentos analisaremos adiante. Na primeira, aos deveres e direitos regidos pela Constituição, se acrescenta uma vontade e uma prática política, o desejo e a decisão de realizar um determinado projeto (*la reparación de la libertad y del trabajo, la reparación de la patria*, em 12-). Configura-se, então, um *ciudadão* = *sujeito político* que se diferencia do *ciudadão* = *sujeito jurídico* definido conceptualmente pelo aparelho de Direito. Mas este deslizamento da ordem jurídica para a ordem política, que identifica no DAL "ciudadão" a "povo" e a "os argentinos", cria um espaço de instabilidade onde a classe homogênea⁷² definida pelo conceito jurídico, que permite a intercambiabilidade dos sujeitos

⁷² Na nossa argumentação, entendemos *homogêneo* como a propriedade que faz com que os elementos de uma classe sejam essencialmente idênticos e intercambiáveis. Assim, distinguimos *classe homogênea* de *conjunto uniforme*, que utilizamos no sentido de "elementos (eventualmente diferentes) reunidos sob/por uma mesma forma". Esta distinção nos permitirá opor adiante universal a coletivo, respectivamente.

compreendidos na sua extensão, corre o risco de ser desagregada pelos diferentes projetos e vontades de sujeitos políticos definidos por uma práxis, isto é, pela sua participação (real ou imaginária) na prática do poder (*los argentinos discutimos, nos encontramos...en el debate político en todos los ámbitos*). Daí a necessária operação de determinação que opera sobre as designações para dar-lhes um valor referencial totalizante: *todos los argentinos, el pueblo argentino, el pueblo unido sin distinción de banderías*, ou simplesmente *el pueblo*, que, por efeito das relações de paráfrase que o unem às outras designações (elas sim discursivamente determinadas), funciona como efeito de pré-construído, referindo a "aquele povo que todo mundo sabe, o único possível". Assim, o conjunto de designações em relação parafrástica: (*todos*) -*nosotros* -*los argentinos* -(*todo*) *el pueblo* (*unido*) (*argentino*) -*la Argentina* (*absolutamente*) (*de todos*), que referem/definem o cidadão no interior da FD PACTISTA/IGUALITARIA, apesar de constituir um sujeito coletivo uno -no qual se inclui o sujeito do DAL-, não chega a defini-lo como classe homogênea: o **todos** coletivo não coincide com o **cada um universal**, produzido pelas operações semânticas que configuram a FD ILUMINISTA/ELITISTA.

Esta distinção que acabamos de fazer, entre o funcionamento enunciativo da representação do *nós* (*todos*) coletivo e do *cada um universal*, enquanto formas de representação do sujeito do DAL, delimita um espaço semântico, que nos permite observar os processos discursivos opostos, pelos quais se constitui, no

interior das FD que afetam o DAL, um referente discursivo para a noção de *ciudadão*. Nos interessa examinar aqui as consequências desta distinção em relação ao funcionamento discursivo do *nós dialógico (maximamente) inclusivo*. Já indicamos que a legitimidade desta representação se constrói pela definição dos cidadãos como sujeitos políticos que participam ativamente nos assuntos públicos. Atingimos, assim, o paradoxo do funcionamento da figura do porta-voz no interior da FD PACTISTA/IGUALITARIA: os mesmos processos discursivos que estabelecem uma posição de sujeito, na qual o sujeito do DAL se representa pela forma *nós dialógico (maximamente) inclusivo*, permitem desestabilizar essa posição, através de restrições no valor referencial da forma *nós* e das demais designações relacionadas parafrasticamente com ela. Dito de uma outra maneira, se a legitimidade do sujeito do DAL enquanto porta-voz da cidadania se funda na construção discursiva de uma imaginária relação simétrica de diálogo, a mesma definição dos cidadãos enquanto sujeitos políticos, necessária para constituí-los em enunciadores originários da palavra política retomada pelo porta-voz, permite distinguir nesse grupo enunciatário originário, vozes dissonantes que produzem fissuras na sua aparente unidade. O funcionamento da determinação discursiva opera semanticamente para saturar o valor referencial do pronome e das designações *pueblo*, *Argentina*, *argentinos*, impedindo que se produza a desagregação ou divisão do grupo enunciatário constituído como alocutário do

locutor, representado como porta-voz. Porém, certas mudanças nas condições de produção do DAL, relacionadas com a perda gradual do consenso inicial da população e de diversos setores políticos com as medidas do governo, determinaram variações no valor referencial do pronome⁷³. Desta maneira, a unidade totalizante do *nós maximamente inclusivo*, definida pelo funcionamento da família parafrástica de designações que enumeramos acima, sofre repetidas desagregações, que desenharam uma linha de divisão entre o conjunto de enunciadores constituído pelo Presidente e o povo argentino, e certos indivíduos (ou grupo de indivíduos), que são excluídos do coletivo de identificação. Coincidentemente, este esfacelamento do grupo alocutário se produz junto com a focalização do DAL no núcleo temático da *modernização*, a partir de meados de 1985:

13- Yo les agradezco esta presencia en nombre del futuro argentino, en nombre de nuestros hijos, porque está cierto, está a la vista, es verdad, que mientras el pueblo esté decidido a luchar por sus derechos nadie se atreverá a conculcarlos. Es verdad, el pueblo unido, jamás será vencido. Y

⁷³ Mariano Sánchez, no seu projeto de dissertação de mestrado (IFCH/UNICAMP, 1992), defende a tese de que a derrota política do alfonsinismo foi provocada pelo confronto explícito do governo com as grandes corporações da Argentina -forças armadas, igreja, sindicatos e empresariado. A desagregação do grupo alocutário que analisamos funciona como sintoma discursivo deste enfrentamento. A locução presidencial do dia 17-1-86 (conhecida como Discurso de Villa Regina) se inscreve polemicamente nesta oposição de forças, nomeando explicitamente a seus adversários: *el sindicalismo -demagogos baratos de la vieja cultura del salario nominal; el empresariado sin fe en el país; los sectores de la ultraderecha que lucraron y especularon con el autoritarismo; el Partido Comunista Argentino; los sectores troskistas en el país -como el MAS por ejemplo; (e até!) todos los medios de difusión -el agobio de críticas absurdas y a veces mentirosas.*

unidos todos le tenemos que decir a estos alquimistas de la política que si quieren llegar al poder digan con claridad su propuesta al pueblo, se sometan a elecciones y ganen si pueden, pero no vengan aquí con la traición a la democracia. (26-4-85. Alocução presidencial dirigida da sacada da Casa Rosada à multidão reunida na Plaza de Mayo, por ocasião de denúncias sobre um suposto plano contra o governo)

14-Unos pocos han decidido atacar a los argentinos, atacan la voluntad nacional, atacan la democracia y golpean bajo... Pero ningún argentino debe confundirse con su actual y especial aplicación (decreto do Poder Executivo declarando a prisão preventiva de 6 suspeitos de conspiração). Este no es un estado de sitio contra el pueblo, tengan la plena seguridad, sino un estado de sitio que el pueblo declara contra los profesionales del autoritarismo, para neutralizarlos y aislarlos. Los ciudadanos seguirán viviendo como siempre y ejerciendo plenamente sus derechos, sin ningún cercenamiento, coincidiendo y oponiéndose al gobierno, criticando, participando, trabajando y proponiendo. Quienes no podrán hacer lo que pretenden, es decir, atacar a la sociedad en marcha hacia el futuro, son quienes ya han decidido no pertenecer a esa sociedad...Quiero decirles a todos los argentinos, y notificarles a los perturbadores,...que la democracia, el gobierno, dará su lucha. Los nostálgicos de la prepotencia serán marginados de una vez y para siempre de la Argentina. (30-10-85. Comemoração do 29 aniversário da Democracia. Alocução presidencial transmitida pela rede nacional de rádio e televisão)

15- De espaldas a los demasiados conocidos gritos extraídos de un anacrónico, nunca actualizado arsenal de slogans acusatorios, pueblo y gobierno sabíamos lo que estábamos haciendo...Todo esto habría sido imposible si aquel coro de denuncias y acusaciones exhumadas de una Argentina vieja hubiera tenido eco en la conciencia de los millones de hombres y mujeres que en los últimos siete meses aportaron su confianza y madurez a la tarea colectiva...A los argentinos de hoy nos entusiasma un país diferente y bien sabemos que no lo alcanzamos recurriendo a procedimientos gastados, ni mucho menos a los slogans o a las

frases felices. Demasiados fracasos dejamos atrás, heridas demasiado frescas aún nos lastiman, como para creer que la Argentina que queremos para nuestros hijos y que ya estamos levantando, surgirá mirando hacia atrás. (6-2-86 Apresentação da 2ª fase do plano económico Austral, transmitida pela rede nacional de rádio e televisão)

No recorte acima voltamos a encontrar os funcionamentos enunciativos que configuram a *retórica do povo em ato*: o locutor, na sua função de porta-voz legítimo da cidadania - legitimidade referendada pela mobilização popular- retoma as palavras de ordem da multidão reunida na praça, reformulando-as através do funcionamento do discurso indireto "*es verdad que mientras el pueblo esté decidido a luchar por sus derechos nadie se atreverá a conculcarlos*"; ou respeitando, através do discurso direto, sua formulação original "*es verdad, el pueblo unido, jamás será vencido*" (em 13-). A partir dessa voz retomada e da relação de diálogo assim representada (*quiero decirles a todos los argentinos*, em 14-), se constitui uma posição de sujeito representada pelas formas do nós (todos) inclusivo "*unidos todos le tenemos que decir*" (em 13-). Entretanto, a presença de novas operações de determinação atuando sobre essa forma indica uma mudança no seu valor referencial. Embora o nós ainda designe o grupo constituído pelo locutor e os alocutários tomados em conjunto, isto é, funcione como nós inclusivo: *pueblo y gobierno* (em 15-), *yo* (em 13-) e *millones de hombres y mujeres que aportaron su confianza y madurez a la tarea colectiva* (em 15-), *los ciudadanos* (em 14), as determinações sofridas por estas designações permitem

desenhar uma linha de divisão que separa do grupo dos alocutários alguns indivíduos que não participam do colectivo de identificação. Essas novas determinações, que agem sobre a família parafrástica de designações que representam o sujeito do DAL, se caracterizam por funcionar como modalização **temporal** das frases nominais as quais determinam: o valor referencial das formas de representação do sujeito do DAL se fixa, então, **temporalmente** em relação à oposição entre o futuro (o novo, o moderno, o atual e, neste sentido, o hoje) e o passado (o velho, o antigo, o caduco, o anacrônico). Assim, o locutor fala *en nombre del futuro argentino, en nombre de nuestros hijos* (em 13-), *de la sociedad en marcha hacia el futuro* (em 14-), *de los argentinos de hoy* (em 15-). Fora deste **nós inclusivo** (=argentinos= ciudadanos) determinado temporalmente ficam *los perturbadores...nostálgicos de la prepotencia* (em 14-), *los demasiados conocidos gritos extraídos de un anacrónico, nunca actualizado arsenal de slogans acusatorios; aquel coro de denuncias y acusaciones exhumadas de una Argentina vieja* (em 15-). Desta maneira, observamos manifestar-se na superfície discursiva do DAL os efeitos de sentido produzidos pela focalização do DAL no núcleo temático da *modernização* durante o 2º momento discursivo. Como veremos na terceira parte deste trabalho, neste momento discursivo, as formas de representação do sujeito do DAL se definem, já não em relação a uma imaginária relação de interlocução, mas principalmente em relação à representação de uma imagem discursiva do "tempo".

Em termos discursivos, podemos afirmar que, as operações de determinação permitem nomear os referentes lexicalmente não especificados que conformam a **não-pessoa discursiva**, e como consequência desta nomeação se produz não só o esfacelamento desse conjunto referencial, mas principalmente a constituição de uma nova posição enunciativa: a do terceiro discursivo identificado como o outro adversário.

No recorte que analisamos, a desagregação do grupo dos alocutários, e conseqüentemente do referente discursivo da forma do **nós (maximamente) inclusivo**, se produz a partir de dois parâmetros de identificação: A- da legitimidade do porta-voz como mandatário dos cidadãos, definidos politicamente (*los ciudadanos seguirán ejerciendo plenamente sus derechos... coincidiendo y oponiéndose al gobierno, criticando, participando, trabajando y proponiendo*, em 14-), e B- do corte temporal (*demasiados fracasos dejamos atrás... como para creer que la Argentina que queremos para nuestros hijos y que ya estamos levantando, surgirá mirando hacia atrás*, em 15-). A Argentina absolutamente de todos com a qual se identificavam todos os argentinos sem excepção e que referia, portanto, ao mesmo conjunto de indivíduos referidos pelo pronome **nós**, apresenta agora uma divisão interna impossível de contornar. *Nosotros (todos) los argentinos e la Argentina* já não coincidem, mas se enfrentam: o "nós" deve decidir, frente à diferença, com qual Argentina se identificar:

16- *Les diría a ustedes que aquí hay dos Argentinas todavía presentes. Esas dos Argentinas*

que están frente a nosotros y que nos están solicitando, nos están reclamando, porque está la Argentina vieja por una parte, la Argentina del statu quo, del estancamiento, la Argentina superficial sin análisis de fondo; la Argentina del slogan, la que se arredra y tiene miedo, la que no se dispone a superar las formas del atraso. Y hay al mismo tiempo una Argentina nueva que también nos solicita y nos convoca para el cambio, para encontrar las fórmulas que permitan superar la retórica en la acción, que vaya más allá de cambios de superficie para ir a procurar transformaciones en los más diversos ámbitos del quehacer nacional. (8-10-86. Ato público pelo centenário da cidade de Laboulaye, Córdoba)

A instabilidade referencial da forma do *nós todos* se faz evidente; os cidadãos, definidos como sujeitos políticos, discordam, têm projetos diferentes, exercem sua prática de maneiras contrárias: a construída unidade do **todos coletivo** é sempre precária e ameaçada pelo confronto de inscrições ideológicas e filiações políticas opostas, cujos efeitos se manifestam no DAL como consequência da mudança de suas condições de produção. Ficam assim a descoberto os flancos vulneráveis da ilusão de consenso, que o funcionamento discursivo da figura do porta-voz produz como efeito de sentido. A operação de indeterminação semântica cumprida pela frase pronominal **cada um** sobre as designações que representam o sujeito do DAL, determina discursivamente essas designações em relação à FD ILUMINISTA/ELITISTA e funciona como "contenção" ou "barragem" discursiva dos processos de desagregação do conjunto alocutário, que somando-se ao locutor sob a forma da não-pessoa discursiva, constitui o referente discursivo do **(nós) todos coletivo**:

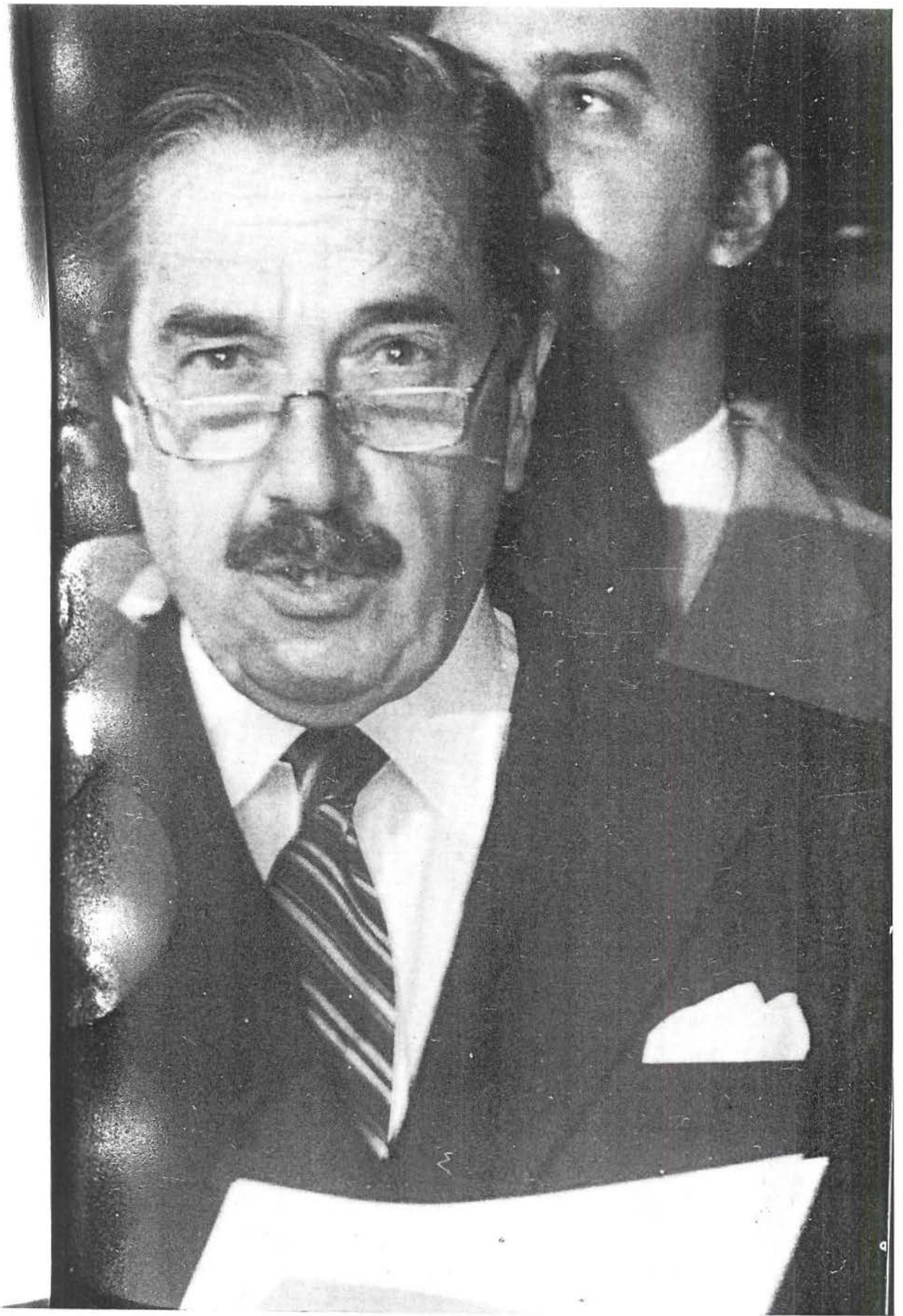
17- Es tiempo entonces que cada argentino se pregunte frente a la amenaza de las ultras, de los dos lados <da derecha e da esquerda>, qué sociedad está dispuesto a construir; qué sociedad quiere; cuál es la Argentina que desea. Si se resuelve por la democracia pluralista, por el respeto a la dignidad del hombre, por un sociedad justa, libre e igualitaria, tendrá que preguntarse también, en seguida, si es posible que en definitiva quienes piensan parecido en el país, en aras de un proceso electoralista, estén discutiendo permanentemente, considerándose como enemigos. (17-1-86. Ato público de reabertura da empresa CRYSEA, Villa Regina, Río Negro)

Ante a fissura que cinde a Argentina em projetos confrontados (cuál Argentina), a construção discursiva de uma nova ilusão de consenso ficará agora por conta das operações de universalização/abstração que definem os processos discursivos da FD ILUMINISTA/ELITISTA. A redefinição cultural dos sujeitos sociais enquanto **sujeitos democráticos** é a resposta discursiva do DAL frente a pressão dos reclamos dos diferentes sectores da oposição. A redefinição da prática política a partir de valores éticos e morais funcionará, no 2º momento discursivo do DAL, em lugar da *retórica do povo em ato*, como princípio de identificação: cada argentino será interpelado então por *la democracia pluralista, por el respeto a la dignidad del hombre, por un sociedad justa, libre e igualitaria*, para constituir-se em sujeitos democráticos *que en definitiva piensan parecido en el país*.

Na nossa análise do trajeto enunciativo do DAL, desenhado pelos deslocamentos enunciativos das formas de representação do sujeito, nos ocupamos até aqui de um dos eixos que o conformam:

aquele determinado pelos processos discursivos da FD PACTISTA/IGUALITARIA. Como vimos, as formas de representação do sujeito do DAL integram uma família parafrástica de designações, que se caracterizam por representar todas elas uma perspectiva de enunciação que é definida como aquela do conjunto dos argentinos. O locutor se instala dentro desta família parafrástica como porta-voz dessa perspectiva enunciativa e é representado principalmente pelas formas do **nós inclusivo** definido dialogicamente a partir da relação estabelecida entre o locutor e o grupo dos alocutários. Assim, fica delineado um eixo de regularidades enunciativas sustentado no funcionamento da figura do porta-voz, que estabelece uma imaginária relação **simétrica** de interlocução, que permite a identificação do locutor com a perspectiva de enunciação dos alocutários, constituídos em enunciadores originários da palavra política. Desta maneira, se instaura como referente discursivo da forma do **nós inclusivo** a representação de um **todos coletivo**, uniforme e totalizante, que coincide com o conjunto dos cidadãos argentinos incluindo ao locutor. Dentro desta representação, observamos certas descontinuidades enunciativas, produzidas como consequência de mudanças nas condições de produção do DAL, que se manifestam na superfície discursiva através de novas operações de determinação atuando sobre a família parafrástica de designações que representam o sujeito do DAL. Essas novas determinações, que funcionam como modalização temporal, permitem configurar um espaço de

diferenciação, uma linha de divisão na uniformidade do todos coletivo construído como referente discursivo para o sujeito do DAL. Fica assim delimitado um espaço negativo, onde se representa o terceiro discursivo como adversário, como elemento alheio ao coletivo de identificação: é a perspectiva de enunciação do não-cidadão, do não-argentino, que pelo fato de ser excluído do espaço político legitimado, e portanto da sociedade como um todo, não desfaz a ilusão de consenso produzida pelo funcionamento da figura do porta-voz. Mesmo porque, os processos discursivos da FD ILUMINISTA/ELITISTA que determinam o DAL configuram a perspectiva de enunciação adversa desse terceiro discursivo como uma perspectiva "recuperável", isto é, passível de ser "corregida", assim que os sujeitos que a sustentam perceberem seu erro ou teimosia e procurarem, então, entender e interiorizar a perspectiva de enunciação do locutor, que define as características e práticas de um **sujeito democrático e moderno**, modelo de cidadania -segundo o DAL- nos tempos de crise dos governos de transição.



DEBEMOS SEPARARNOS, NO ME PREGUNTES MAS...

No trajeto enunciativo que seguimos na nossa análise do DAL, estudaremos agora o outro eixo organizador, aquele que permite observar a construção de um espaço de diferenciação para o sujeito do DAL, que quebra a continuidade dos rituais enunciativos estabelecidos pelo funcionamento da figura porta-voz. Para isso, examinaremos os enunciados do DAL procurando identificar os efeitos de sentido produzidos neles pelos processos discursivos que delimitam a FD ILUMINISTA/ELITISTA. Convém lembrar que, no seio desta FD, a representação discursiva do "cidadão argentino" funciona como um conceito definido no interior de um discurso competente. Chauí (1981:11) define *discurso competente* como:

"aquele no qual... não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância... O discurso competente enquanto discurso do conhecimento é o discurso do especialista, proferido de um ponto determinado da hierarquia organizacional."

Isto significa que certas falas se investem discursivamente de uma legitimação e institucionalização a priori, que permite que se imponham como sendo os únicos discursos adequados para determinados itens e circunstâncias, desqualificando qualquer outro discurso possível; imposição que resulta num desnível das posições de sujeito envolvidas e, como consequência disto, num direcionamento, não reversível, da relação estabelecida entre essas posições.

O DAL, através dos enunciados determinados pelos processos discursivos que delimitam a FD ILUMINISTA/ELITISTA, participa do conjunto de funcionamentos que permitem caracterizar um discurso como *discurso competente*. A perspectiva do locutor se identifica com a perspectiva de um **sujeito de saber** ou especialista constituído por este mesmo discurso, e a partir dela se especifica tanto a natureza do *cidadão* quanto sua prática política; conseqüentemente, a perspectiva do alocutário aparece representada como aquela do leigo, do "aprendiz". Esta configuração discursiva se caracteriza, então, por diferenciar/distanciar as perspectivas de enunciação do locutor e do alocutário, estabelecendo entre elas uma imaginária relação de interlocução, assimétrica e irreversível. Tomando emprestada a terminologia de Orlandi (1990), quando descrevemos a especial encruzilhada discursiva que caracterizou o discurso político pós-ditadura, utilizamos, para referir-mo-nos aos discursos envolvidos, as denominações de **discurso sobre -a democracia, a modernização-**. Com esta denominação queremos aludir ao mesmo tempo ao caráter instituído e especializado que define os *discursos competentes* e à relação assimétrica, irreversível e fortemente didática, que identifica os *discursos sobre*, os quais, trabalhando sobre a polifonia de toda relação discursiva, organizam a(s) memória(s), disciplinando as diferentes vozes/discursos que se confrontam ideologicamente ao longo da história (cf. Orlandi, op.cit:37). Assim, os processos discursivos que conformam a FD ILUMINISTA/ELITISTA atuam

indiretamente em relação ao domínio de memória do discurso político argentino, ressignificando os fatos e as falas da história política argentina recente.

Esta configuração discursiva, embora atravessasse o DAL ao longo dos quase 6 anos de mandato, adquire maior visibilidade a partir do 3º acontecimento discursivo (a alocução presidencial do dia 1-12-85 conhecida como DISCURSO DE PARQUE NORTE), que assumimos como o ponto de inflexão que sinaliza o início da dominância dos processos discursivos da FD ILUMINISTA/ELITISTA sobre os da FD PACTISTA/IGUALITARIA, dominância esta que produz deslocamentos no funcionamento das formas de representação do sujeito. Lembramos que, no recorte do DAL feito na 1ª parte deste trabalho, é este acontecimento discursivo, o que delimita a série discursiva que denominamos 2º momento discursivo do DAL.

O DISCURSO DE PARQUE NORTE (doravante DPN) foi um texto pronunciado por Raúl Alfonsín no dia 1-12-85 ante os delegados partidários enviados pelos diversos comitês do país para a convenção nacional da *Unión Cívica Radical*, partido no governo e do qual ele era o presidente na época. Embora não tenha sido transmitido pela televisão ou rádio, o texto foi reproduzido nos principais jornais e originou um amplo debate teórico e político em torno das propostas contidas nele. O DPN foi reconhecido como o lançamento oficial da proposta de modernização do país, temática que já vinha sendo abordada pelas alocuções presidenciais desde meados do '85, mas que este

texto desenvolveu de maneira completa e programática. Além disto, as principais propostas apresentadas neste texto foram encaminhadas ao Congresso Nacional logo depois, sob a forma de projetos de lei. Esses projetos concerniam a: I- o traslado da Capital da República, visando descentralizar o poder político; II- a reforma da Constituição Nacional; III- a modernização do Estado, através da informatização da burocracia institucional e da privatização das empresas estatais. Este texto foi pronunciado num momento político, em que o amplo triunfo do União Cívica Radical (UCR) nas eleições para renovação parcial das Câmaras do Congresso assegurava não só uma forte base de sustentação política para as iniciativas do governo, mas sobretudo, o reconhecimento e o consenso da maioria da população. Contudo, o acompanhamento das mudanças das condições de produção do DAL ao longo dos 6 anos de mandato do presidente Alfonsín demonstra que o DFN marcou o "pico" da curva de adesão popular, a qual sofreu, a partir de então, uma rápida e incontrollável queda até a entrega antecipada do poder em julho de 1989.

Em termos discursivos, o efeito destas mudanças nas condições de produção do DAL pode ser observado nos enunciados como um progressivo esvaziamento do investimento simbólico dos rituais enunciativos que conformam a *retórica do povo em ato*, como consequência da dominância dos processos discursivos da FD ILUMINISTA/ELITISTA sobre os da FD PACTISTA/IGUALITARIA. Esta nova configuração discursiva do DAL afeta diretamente o

funcionamento da figura do porta-voz como mecanismo imaginário de interpelação política.

Aproveitaremos a análise deste texto -e de outros com ele parafrásticamente relacionados- para observar: a redefinição do "cidadão argentino" enquanto *sujeito democrático*, o cruzamento do *discurso sobre a democracia* com o *discurso sobre a modernização* e, como consequência do anterior, a especial configuração discursiva que caracteriza o 29 momento discursivo. Vejamos o seguinte recorte:

18- ¿Qué es un sujeto democrático? Simplemente, aquel que ha interiorizado, hecho suyos, los valores éticos y políticos antes expuestos - legitimidad del disenso, pluralismo como principio y como método, aceptación de las reglas básicas de la convivencia social, respeto de las diferencias, voluntad de participación. En un país con arraigadas tradiciones autoritarias, la emergencia de sujetos democráticos no va de suyo; es una tarea, una empresa. Desde el punto de vista de los individuos es, a su vez, un aprendizaje producto de experiencias, de ensayos y errores, de frustraciones y gratificaciones... El Estado democrático debe contribuir decisivamente a consolidar y acelerar este aprendizaje. (1-12-85, DPN)

19- El esfuerzo por crear bases estables para la convivencia democrática en la Argentina debe pasar necesariamente por una reforma cultural que remueva el cúmulo de deformaciones asentadas en la mentalidad colectiva del país como herencia de un pasado signado por la disgregación... De más está decir que todas estas propensiones y actitudes componen cabalmente el cuadro de una mentalidad colectiva poco receptiva para la democracia. De ahí también que la debilidad de la democracia en la Argentina, la precariedad y la fugacidad de los esfuerzos desplegados hasta ahora por consolidarla, radiquen menos en sus instituciones que en nuestro modo subjetivo de asumirlas. Se trata de un problema cultural, más que institucional. (1-2-85, DPN)

20- He dicho muchas veces que para que en un país haya realmente vigencia de la democracia necesitamos no solamente la presencia de las instituciones, el respeto a la ley en un sistema de división de los poderes y estado de derecho, sino además y de manera muy particular debemos matar cada uno al violento que se lleva adentro; asumir el compromiso fundamental de la democracia que parte de la consideración de los derechos de los demás; vivir con un sentido de convivencia pacífica y tener tolerancia para quienes piensan distinto. Este es un largo aprendizaje y espero que el pueblo argentino lo vaya realizando a través del tiempo. Aunque mucho hemos avanzado en este camino. (3-7-86. Conferência de imprensa com jornalistas japoneses)

No início do nosso trabalho apontamos que o traço discursivo que caracterizou os chamados governos de transição foi o cruzamento de um discurso sobre a democracia com um discurso sobre a modernização, cujo principal efeito de sentido foi o deslizamento das temáticas da modernização e da democracia, da ordem do econômico (projeto de modernização do Estado) e do político (mudança dos mecanismos institucionais que regem as práticas políticas) respectivamente, para a ordem do cultural: a mudança, defendida como necessária, da "mentalidade coletiva", ou seja, a construção de uma mentalidade democrática e moderna reguladora do comportamento civil da população. No recorte que analisamos, este deslizamento aparece explicitado, em relação à temática da democracia, nas formulações que descrevem -normativamente- não só a função do poder do Estado, mas também as obrigações e o "perfil" ideal dos cidadãos. A prática política é, assim, definida como uma "tarea, empresa, de interiorización de valores éticos y políticos y de principios y reglas básicos de

convivencia social" (em 18-); como "una reforma cultural" (em 19-), que consiste em resolver a oposição entre "violência interiorizada" e "democracia a ser aprendida": ser um sujeito democrático é "matar cada uno al violento que se lleva dentro e asumir el compromiso fundamental de la democracia" (em 20-), ou seja, incorporar os valores da tolerancia, da convivência e do respeito. Nesta tarefa, o Estado tem o "dever" de facilitar "el aprendizaje" que "devem" fazer os cidadãos para converter-se em "sujetos democráticos". A "missão pedagógica" do governo alfonsinista fica assim abertamente declarada:

21- El discurso político debe, en tal sentido, ayudar a que las ruinas democráticas se conviertan en hábitos queridos y compartidos por la ciudadanía. (1-12-85, DPN, imediatamente a seguir de 18-)

22- El gobierno educa con su ejemplo. Por eso se convierte en modelo de conducta, tanto para el bien como para el mal, de los ciudadanos. La educación del soberano es una de las tareas principales de la República. Si los gobernantes son pacíficos, el pueblo aprenderá a resolver sus conflictos sin violencia. (4-12-85, Inauguração em Buenos Aires da Jornada Mundial da Paz)

23- Es una tarea educativa y autoeducativa, que debe concretarse no solo en el nivel de la docencia de tipo escolar, sino también en el debate, en el planteo y el replanteo del tema en todas las sedes culturales. (16-12-85, Reunião da Fundación Eugenio Blanco, dedicada a estudos sobre o sistema democrático)

É interessante destacar que o "aprendizado" proposto pelo DAL não se relaciona com uma prática -da cidadania- pouco exercitada por causa dos longos períodos de ditadura, afirmação que foi um lugar comum do discurso político latino-americano durante os anos de abertura à democracia, mas refere a um

processo interno de transformação de uma mentalidade autoritária coletiva e partilhada, segundo o DAL, por todos, isto é, por militares e civis sem distinção. Além disto, se na FD PACTISTA/IGUALITARIA, como já vimos, o debate e a discussão de diferentes projetos se constituía discursivamente como a prática que definia os cidadãos enquanto sujeitos políticos, na FD ILUMINISTA/ELITISTA, que determina de forma dominante as seqüências discursivas que analisamos, esse debate -esse "planteo y replanteo" (em 23)- já não serve para confrontar projetos diferentes, mas para facilitar o aprendizado de um único "tema": o debate dos cidadãos se integra, desta maneira, a uma tarefa mais ampla de "docencia", cuja origem se encontra nos aparelhos do Estado (a escola, o discurso político, o governo, a administração pública).

Observamos, então, como o *discurso sobre a democracia* e o *discurso sobre a modernização* convergem na definição do sujeito democrático, modelando o aprendizado/transformação a ser realizado pelos cidadãos como um processo de modernização dos seus comportamentos e das suas atitudes: o ser "democrático" é apresentado como uma consequência imediata do ser "moderno".

24- Hemos insistido muchas veces en que la democracia, en el sentido moderno de la palabra, no puede reducirse a la identificación de una forma de gobierno ni de un sistema político sino que implica una concepción de vida y de comportamiento, una concepción del hombre y de las relaciones de convivencia en el seno de la sociedad...La democracia moderna nace bajo el signo de la esencial igualdad de los hombres en tanto sujetos jurídicos y políticos. (16-12-85 Reunión da Fundación Eugenio Blanco, dedicada a estudos sobre o sistema democrático)

25- La democracia puede concebirse como una forma organizada de la discusión racional que debe darse en una sociedad acerca del modelo de organización más justo y acerca de los medios para materializarlo. Esa discusión se da, en el caso de las democracias representativas, en el proceso de elección de los miembros de los poderes políticos... Pero todavía hay una posible diferencia importante: la divergencia entre quienes piensan que la democracia y la ética de la solidaridad pueden materializarse sin modificar pautas, actitudes, estructuras organizativas tradicionales, y quienes pensamos que no podrán alcanzarse plenamente si no encaramos un profundo proceso de modernización de esos aspectos de nuestra sociedad. (6-12-85 Coquetel comemorando o Dia do Legislador, no Congresso Nacional)

26- ¿Cuál es la tarea? ¿Cuál es la ambición? Son las que nos dictan el carácter de nuestra época y el mundo en que vivimos y las que nos señalan las necesidades de nuestro pueblo. Es ese impulso profundo que comienza a ser realidad: la modernización y el crecimiento de la Argentina en el ámbito de la justicia social. (30-10-85. Alocução presidencial pela rede nacional de rádio e televisão em comemoração do 29 Aniversário da Democracia).

Nas seqüências discursivas 24- e 25- se explicita a especificidade do cruzamento do discurso sobre a democracia com o discurso sobre a modernização: este último atua especificando o referente discursivo para a noção de democracia definida pelo primeiro. Em outras palavras, o discurso sobre a modernização determina os referentes discursivos designados pelo discurso sobre a democracia. Assim, a redefinição dos cidadãos e do sistema democrático como "una concepción de vida y de comportamiento, una concepción del hombre y de las relaciones de convivencia en el seno de la sociedad" (em 24-), produzida como efeito do deslizamento dos enunciados do DAL da ordem do político para a ordem do cultural, encontra seu alcance e

significado especificados através das operações de determinação discursiva que se estabelecem entre estes dois discursos.

Na superfície discursiva, essa operação de determinação do referente discursivo para as designações de *democracia* e *sujeito democrático* se manifesta através de diferentes formas lingüísticas: a adjetivação -*la democracia moderna*; o aposto funcionando como glosa ou comentário metalingüístico⁷⁴ -*en el sentido moderno de la palabra*-; a negação, somando seus efeitos ao funcionamento do aposto, para refutar as definições/sentidos "não modernos" da palavra *democracia* -*no puede reducirse a...sino que implica*-; a conjunção adversativa, que permite contrapor diferentes perspectivas de enunciação, manifestas através da representação explícita de enunciadores/vozes diferentes -*pero todavía hay...la divergencia entre quienes piensan que...y quienes pensamos que*-⁷⁵; a subordinação condicional, que permite acrescentar uma modalização temporal à operação de determinação discursiva do referente para a designação *democracia* -*la democracia y la ética...pueden*

⁷⁴ Authier (1984) analisa o funcionamento das glosas, que se inserem como incisas na cadeia sintática, como formas de **heterogeneidade** mostrada, que produzem uma representação imaginária da enunciação enquanto atividade de linguagem sob o controle do sujeito enunciador que a adequa a suas intenções. Essas formas de heterogeneidade mostrada são interpretadas pelo analista, a partir do mecanismo da denegação, como indicio das reais condições de produção do discurso, ou seja, da presença constitutiva de um discurso outro atravessando ineludivelmente o discurso do sujeito.

⁷⁵ Cf. Ducrot (1980) e Guimarães (1987b) para uma explicitação do funcionamento das conjunções como operadores argumentativos em enunciados polifônicos.

materializarse, vs. no *podrán* alcanzarse si no encaramos un profundo proceso de modernización.

Neste sentido, encontramos, na sequência discursiva 26-, um deslocamento interessante em relação à modalização temporal do núcleo temático da *modernización* que, como já apontamos, afeta indiretamente o núcleo temático da *democracia*: a representação da temporalidade, em lugar de funcionar discursivamente como modalização do enunciado, se constitui como perspectiva de enunciação a partir da qual se formula esse enunciado. Em outras palavras, se produz como efeito de sentido uma *ontologização* da representação da temporalidade: *el carácter de nuestra época y el mundo en que vivimos* se apresentam como representação discursiva da perspectiva de um **enunciador genérico**⁷⁴ que fornece as respostas-soluções para as questões colocadas na forma de perguntas retóricas: *la modernización y el crecimiento de la Argentina* são *la tarea y la ambición* que eles nos dictan.

Colocamos acima que o núcleo temático da *modernización*, através de operações de modalização temporal funcionando como determinação discursiva das formas de representação do sujeito do discurso, permitiu que no DAL se manifestasse um

⁷⁴ Guimarães (1988b) define a perspectiva do **enunciador genérico** como a voz do senso comum, isto é, como a enunciação de crenças historicamente constituídas. Na sequência discursiva que analisamos, podemos entender esta perspectiva como a afirmação do "necessário" segundo uma "lógica natural" historicamente determinada pelo discurso sobre a *modernización*: daí a equivalência estabelecida pelo DAL entre as "*necesidades de nuestro pueblo*" e "*el carácter de nuestra época y el mundo que vivimos*".

esfacelamento do grupo dos alocutários, sem que por isto fosse afetada a representação do sujeito do DAL enquanto porta-voz do conjunto dos argentinos. Observamos, então, como o DAL delimita uma linha de divisão entre o grupo enunciatário que inclui conjuntamente o Presidente e o "povo argentino", e o grupo de indivíduos que ficam fora do coletivo de identificação e que relativizam a ilusão de consenso criada pelo funcionamento discursivo da figura do porta-voz. Já apontamos, também, que essa fissura é costurada no DAL mediante a construção discursiva de uma nova ilusão de consenso fundada na redefinição conceptual dos cidadãos enquanto sujeitos democráticos, realizada através de operações de universalização/abstração desenvolvidas a partir do funcionamento do *discurso sobre a modernização* e do *discurso sobre a democracia* como discursos competentes. Estas afirmações nos enfrentam com um aparente paradoxo: a representação discursiva da temporalidade, que se produz como consequência do predomínio do núcleo temático da modernização durante o 2º momento discursivo do DAL, possibilita tanto distinguir quanto apagar as potenciais diferenças que atravessam o grupo alocutário que se soma ao locutor, enquanto não-pessoa discursiva, na construção do referente discursivo para a família parafrástica de designações representada na superfície discursiva pelo *nós dialógico (maximamente) inclusivo*. Ora, esse paradoxo se resolve se consideramos o deslocamento do funcionamento discursivo da representação da temporalidade, que

analisamos na seqüência discursiva 26-. Funcionando como modalização temporal, a representação da temporalidade opõe presente a futuro, antigo a moderno, confrontando perspectivas de enunciação diferentes através de operações de determinação; tal é o caso das seqüências discursivas 13-, 14-, 15-, 16-, 17, que analisamos anteriormente, onde encontramos um contraponto entre *la Argentina vieja* e *la Argentina nueva*. Porém, quando a representação da temporalidade aparece ontologizada, ela impõe uma única perspectiva de enunciação como "necessidade histórica": a voz de um enunciador genérico irrefutável, com o qual é impossível não coincidir. Assim, pela identificação com este enunciador genérico que representa a "Voz da História" *-el carácter de nuestra época y el mundo en que vivimos (em 26-), a posição de sujeito preenchida pelo locutor fica discursivamente legitimada fora da imaginária relação de interlocução produzida, como já vimos, pela retórica do povo em ato.*⁷⁷

Importa agora, então, definir qual é essa perspectiva de enunciação com a qual o sujeito do DAL se identifica nos enunciados determinados predominantemente pela FD ILUMINISTA/ELITISTA. Retomando as colocações feitas, podemos reconhecer, no recorte que analisamos, um duplo mecanismo de legitimação da perspectiva de enunciação do locutor. Por um

⁷⁷ Essa legitimação externa e anterior à relação de interlocução está intimamente ligada aos funcionamentos que constituem a especial configuração discursiva do DAL que denominamos *gesto fundacional* e que permitem que o sujeito do discurso se represente como "porta-voz da história argentina", como herdeiro legítimo do mandato dos "fundadores da pátria". Analisaremos estes funcionamentos na 3ª parte deste trabalho.

lado, essa legitimação se realiza pela identificação do locutor com o sujeito de saber ou especialista configurado pelo funcionamento do *discurso sobre a democracia* enquanto discurso competente, o efeito-sujeito assim produzido é o de um **enunciador universal**⁷⁸, no qual o locutor aparece subsumido. Por outro lado, a legitimação da perspectiva de enunciação do locutor também resulta de sua identificação com um **enunciador genérico**, produzido como efeito-sujeito a partir da ontologização da representação da temporalidade efetuada pelo *discurso sobre a modernização*. Em ambos os casos, o efeito é o mesmo: operar um processo de abstração/universalização dos enunciados, apagando sua inscrição ideológica em processos discursivos historicamente determinados. Embora esta operação seja resultado direto das mudanças nas condições de produção do DAL ocorridas no 2º momento discursivo⁷⁹, ela se caracteriza por apagar essa determinação e produzir os enunciados do DAL com uma modalidade aparentemente ahistórica.

Explicitamos anteriormente que distinguimos as duas FD que determinam os enunciados do DAL comparando: 1- a definição que

⁷⁸ Guimarães (1988b) define a perspectiva do enunciador universal como a voz que se apresenta como se os fatos falassem por si; é, portanto, um enunciador que se representa como sendo todos a qualquer um ao mesmo tempo. Geralmente é a perspectiva de enunciação com a qual se identifica o locutor de textos científicos; daí a relação que estabelecemos entre ela e a posição de um sujeito de saber configurada pelo funcionamento dos discursos competentes.

⁷⁹ Nos referimos à gradual perda de consenso das medidas do governo entre a população e à conseqüente intensificação das manifestações contra a política alfoncinista.

nelas se faz dos sujeitos sociais em relação a prática da cidadania, 2- as diferentes operações de legitimação da prática do poder e da função do Estado e finalmente, 3- o funcionamento dos processos metonímicos e metafóricos que constituem os mecanismos da enunciação política. Agora estamos em condições de avançar algumas afirmações em relação ao funcionamento da FD ILUMINISTA/ELITISTA por oposição aos funcionamentos da FD PACTISTA/IGUALITARIA, que já analisamos.

Acabamos de descrever o funcionamento da FD ILUMINISTA/ELITISTA em relação as operações de legitimação da prática do poder do Estado: essa prática aparece definida como uma função docente, uma missão pedagógica a ser realizada pelo governo -que educa con su ejemplo (em 22-) e especialmente pelo presidente, através do discurso político -que debe ayudar a que las ruinas democráticas se conviertan en hábitos queridos y compartidos por la ciudadanía (em 21-). Embora esta representação da relação governo-cidadania pressuponha uma imaginária relação de interlocução, ela se diferencia da estabelecida pelos processos discursivos que delimitam a FD PACTISTA/IGUALITARIA porque o locutor não é representado nela como um igual, como um par, como um cidadão qualquer. Se na FD PACTISTA/IGUALITARIA o locutor aparecia representado como o **outro espelho** e era definido em relação aos demais argentinos como um igual, na FD ILUMINISTA/ELITISTA que agora analisamos, ele aparece representado como o **diferente**, como uma alteridade que comporta uma ruptura, uma quebra do espelho identitário. O

locutor já não se constitui como o "igual instituído outro", legitimado pelo funcionamento da *retórica do povo em ato* como duplicação, como réplica do "povo", que recebe a delegação da voz (representação política) e a traduz fielmente; pelo contrário, ele se constitui como irresolúvel alteridade, surgindo do seio de uma falha identitária que impõe uma oposição hierarquizada. Logo, **outredade** (na FD PACTISTA/IGUALITARIA) e **alteridade** (na FD ILUMINISTA/ELITISTA) não coincidem. Comparemos, senão, as seguintes formulações extraídas das seqüências discursivas, já trabalhadas, 13- e 20- respectivamente:

A- *Es verdad, el pueblo unido jamás será vencido. Y unidos todos les tenemos que decir a estos alquimistas de la política que si quieren llegar al poder digan con claridad su propuesta al pueblo, se sometan a elecciones y ganen si pueden.* (26-4-85. Alocução presidencial dirigida da sacada da Casa Rosada à multidão reunida na Plaza de Mayo, por ocasião de denúncias sobre um suposto plano contra o governo)

B- *He dicho muchas veces que para que en un país haya realmente vigencia de la democracia no solamente la presencia de las instituciones,... sino además y de manera muy particular, debemos matar cada uno al violento que se lleva adentro..., vivir con un sentido de convivencia pacífica y tener tolerancia para quienes piensan distinto. Este es un largo aprendizaje y espero que el pueblo argentino lo vaya realizando a través del tiempo. Aunque mucho hemos avanzado en este camino.* (3-7-86. Conferência de imprensa com jornalistas japoneses)

Em A-, encontramos representados os funcionamentos enunciativos que configuram a *retórica do povo em ato* e que permitem constituir a família parafrástica de designações que aparecem representadas na superfície discursiva pelas formas do

nós dialógico inclusivo. Assim, observamos uma relação de paráfrase que liga *el pueblo unido, (unidos) todos* e o *nosotros* elíptico, sujeito oculto do verbo flexionado em 1ª pessoa plural *tenemos que decir*. O locutor e o povo partilham uma mesma perspectiva de enunciação e aparecem indissoluvelmente representados pelo **nós inclusivo** que constrói como referente discursivo a forma de um **todos coletivo** (=o povo, os argentinos, nós, os cidadãos) no qual o locutor está incluído e que se opõe ao terceiro discursivo excluído do coletivo de identificação *-los alquimistas de la política*.

Em B-, em lugar da representação de uma voz coletiva una e partilhada, encontramos a oposição entre a voz do locutor *-he dicho muchas veces* e outras vozes manifestas nas formulações através do funcionamento polifônico das conjunções *no solamente...sino además* e *aunque*, que mobilizam um enunciador, com o qual o locutor não se identifica -conjunção concessiva *aunque-* ou o faz só parcialmente -conjunção aditiva *no solamente...sino además*. A presença destas formas de heterogeneidade mostrada⁸⁰ e a oposição explícita entre a 1ª pessoa singular que representa ao locutor *-he dicho, espero que-* e a 3ª pessoa singular que representa a *el pueblo argentino*, que se soma ao locutor enquanto não-pessoa discursiva para constituir o referente discursivo do **nós** -

⁸⁰ Maingueneau (1987) reinterpreta a proposta de Authier (1984) sobre formas de heterogeneidade mostrada, incluindo entre essas formas as conjunções polifônicas analisadas por Ducrot (1980).

necesitamos, debemos e sobretudo hemos avanzado-, impedem interpretar as formas do nós como representação do mesmo efeito-sujeito que analisamos em A-. Em B-, há duas perspectiva enunciativas conflitantes manifestadas por uma única forma lingüística -o nós-, e o efeito-sujeito que se produz em relação ao sujeito do DAL se caracteriza por destacar o *eu* do locutor do conjunto representado pelo nós: sendo o aprendizado uma tarefa a ser realizada somente pelo povo e da qual o locutor fica excluído explicitamente -*es un largo aprendizaje y espera que el pueblo argentino lo vaya realizando a través del tiempo-*, o avanço aludido pelo verbo -*mucho hemos avanzado-* e referido anaforicamente pelo pronome demonstrativo -*en este camino-*, deve ser entendido, portanto, como referindo a um avanço do povo nesse aprendizado.

Para que o locutor ficasse efetivamente incluído no nós constituído pela flexão do verbo, seria preciso pressupor a elipse do segundo termo do par reverso-complementar aprendizagem-ensino, e interpretar a frase verbal *mucho hemos avanzado en este camino* como significando simultaneamente um avanço no aprendizado e (conseqüentemente) um avanço no ensino, na missão pedagógica desenvolvida pelo governo e especificamente pelo presidente. Ao comparar B- com as formulações que já reproduzimos na sequência discursiva 22-: "*El gobierno educa con su ejemplo...Si los gobernantes son pacíficos, el pueblo aprenderá a resolver sus conflictos sin violencia*", a interpretação da 1ª pessoa plural do verbo -*hemos*

avanzada- como referindo predominantemente à tarefa de aprendizagem realizada pelo "povo" (isto é, pelos indivíduos que participam da referência discursiva do nós sob a forma da não-pessoa discursiva) se impõe, por efeito das relações parafrásticas estabelecidas entre os enunciados do DAL (no caso que analisamos, especificamente entre as seqüências discursivas 20- e 22-), sobre outras interpretações possíveis. Desta maneira, observamos em B- um funcionamento discursivo do nós, enquanto uma das formas de representação do sujeito do DAL, que ao mesmo tempo inclui o alocutário e exclui o locutor. Dito de uma outra maneira, nos deparamos com um **efeito de ilusão de exterioridade do sujeito do discurso** que afeta o funcionamento discursivo das formas lingüísticas que referem explicitamente ao locutor: o nós. É sintomática, neste sentido, a articulação que se estabelece nas formulações de B- entre o nós inclusivo *-debemos matar-* e o cada um + verbo em 3ª pessoa singular *-cada uno al violento que se lleva adentro-*, funcionando ambos como formas de representação do sujeito do DAL. Como já indicamos anteriormente, interpretamos a presença desta especial articulação sintática como marca, na superfície discursiva, de uma contradição constitutiva dos enunciados do DAL, afetados simultaneamente por duas FDs contrárias. Esta contradição afeta também as formas de representação do sujeito do discurso, produzindo diferentes efeitos-sujeito de acordo às posições de sujeito definidas em cada FD, ainda que a base material que

manifeste esses efeitos-sujeito na superfície discursiva seja uma mesma forma linguística.

Por enquanto, nos contentamos aqui só com apontar este efeito-sujeito que ao mesmo tempo representa o locutor como membro de uma classe e o exclui dela. Como vimos, ele é produzido a partir da determinação das formas de representação do sujeito do DAL pelos processos discursivos que delimitam a FD ILUMINISTA/ELITISTA e se define por produzir um efeito de ilusão de exterioridade para o sujeito enunciador. Voltaremos sobre esta questão.

Em relação à definição dos sujeitos sociais, observamos que o que caracteriza os processos discursivos que delimitam a FD ILUMINISTA/ELITISTA é o fato de constituí-los como **objetos discursivos** sob a forma de conceitos definidos por discursos competentes. Assim, acompanhamos com nossas análises a construção do *cidadão*, no 1º momento discursivo, como categoria jurídica definida normativamente no texto da Constituição Nacional e instituída discursivamente como princípio de indeterminação política dos sujeitos sociais, através do funcionamento ritual da recitação conjunta. No 2º momento discursivo, observamos a construção do conceito de *sujeito democrático*, que se desenvolve como redefinição cultural dos sujeitos sociais, já interpelados juridicamente pelo DAL através do funcionamento ritual do Preâmbulo da Constituição, produzindo novamente como efeito de sentido a indeterminação política do *cidadão*. Funcionando discursivamente, então, como

conceito definido pelo/no discurso, na FD ILUMINISTA/ELITISTA o *cidadão* não pode aparecer, portanto, representado como participante ativo de uma imaginária relação de interlocução - como é o caso na FD PACTISTA/IGUALITARIA-: o *cidadão* não enuncia, pelo contrário, ele é enunciado a partir do funcionamento do *discurso sobre a democracia* e do *discurso sobre a modernização*.⁸¹ Esta construção do *cidadão* enquanto objeto discursivo implica, em termos dos mecanismos da enunciação política descritos por Guilhaumou (1989), que a equação *língua do saber político = língua legítima do povo* não se aplica. Há uma diferença incontornável entre elas, que se manifesta como um desnível entre as posições de sujeito representadas nos enunciados. Desnível produzido por operações semânticas de abstração/universalização tanto da definição dos cidadãos -enquanto sujeitos democráticos- quanto da representação do sujeito do discurso -enquanto sujeito de saber. Desta maneira, a relação que se estabelece entre "o povo" e seu legítimo representante, isto é, a relação que o DAL representa entre o locutor -o presidente Alfonsín- e o conjunto

⁸¹ Kauffmann(1986:81) aponta para o caráter desmobilizador dos mecanismos de interpelação política do DAL: *Se puede detectar una recurrente interpelación a un "sujeto reflexivo". Subyace la idea de que el orden democrático se debe garantizar desde la reflexión individual en una ausencia de sujetos colectivos activos. No sólo activos, también en estado de discriminación. Tanto los sujetos activos como los colectivos discriminados pueden producir el desorden tan temido... Tales expresiones y esquemas interpelatorios, cuya marca es la desaparición de diferencias políticas y sociales y de adversarios claros... significa desarticular toda instancia de democracia participativa... Un desorganizador de las experiencias colectivas y de las memorias anteriores.*

dos cidadãos argentinos constituídos nos enunciados como seu alocutário, é descontínua, interrupta: a relação de imediatez, criada pelos processos metonímicos mobilizados pelo funcionamento enunciativo da *retórica do povo em ato*, é quebrada pela relação assimétrica e não reversível estabelecida entre as posições de sujeito produzidas pelo funcionamento dos discursos sobre. O efeito-sujeito resultante desta específica configuração discursiva é a sacralização da posição de sujeito preenchida pelo locutor, que se representa, então, como a posição que permite enunciar uma fala legitimada antes e fora de qualquer relação de interlocução, seja ela real ou imaginária.⁸² Assim, o locutor já não aparece representado como *aquele que fala em nome do ou no lugar do povo*, dos cidadãos, do conjunto dos argentinos; agora ele se representa como *aquele que fala do lugar próprio* (Orlandi, 1987), isto é, aquele cuja fala está sempre já legitimada e portanto pode se impôr sobre as outras falas como seu "substituto" mais apropriado. Tanto ela se impõe na sua função de substituição, que produz, ainda, um simulacro das falas que ela apaga através do funcionamento enunciativo de perguntas retóricas, que simulam uma "retomada"

⁸² González (1986:48) relaciona esta posição de sujeito com um efeito de "ontologização da ética": *El alfonsinismo proclama la Ética reificada, un lugar celestial que le permite estar en la sociedad política sin perder la iniciativa y, simultáneamente, en un espacio privilegiado de valores desde donde guiar el mundo obnubilado de la política. Lo que hizo fue atribuirse el habla de la Ética.*

da voz do outro^{es}: *¿Qué es un sujeto democrático?*, em 18-; *¿Cuál es la tarea? ¿Cuál es la ambición?*, em 26-. Assim, pelo funcionamento de uma *retórica de apropriação* (Orlandi, op.cit.), da qual a utilização das perguntas retóricas faz parte, o locutor representado pelos enunciados do DAL se transforma naquele do qual ele ocupa o lugar. Recuperando as colocações de Guilhaumou (op.cit) a respeito do texto de Rousseau, podemos afirmar que os processos discursivos que delimitam a FD ILUMINISTA/ELITISTA se caracterizam pelo predomínio de um discurso jurídico-administrativo -os *discursos sobre-* que consagra os processos discursivos da *metáfora política* como representação da relação da cidadania com o poder do Estado.

Para finalizar nossa descrição dos funcionamentos discursivos que caracterizam a FD ILUMINISTA/ELITISTA, vamos recuperar certas colocações que já fizemos nas análises e que possibilitam a definição do *ethos discursivo* desta FD. Maingueneau (1987) desenvolve esta noção numa tentativa de recolocar em termos discursivos questões trabalhadas pela retórica. A noção de *ethos discursivo* refere ao fato de toda FD ter uma certa corporalidade, um certo tom, que a distingue de outras FDs e que participa na produção dos efeitos de sentido e efeitos-sujeito que configuram os enunciados por ela determinados. Assim, podemos afirmar que os processos

^{es} Consideramos o funcionamento das perguntas retóricas como simulacro de uma relação dialógica que é representada nos/pelos enunciados, mas que de fato não se estabelece.

discursivos não só atuam estabelecendo relações de sentido (parafrásticas, polissêmicas, de pressuposição, de contradição, etc) entre o domínio do dito, do não dito, do dizível e do silêncio⁸⁴, mas produzem também, a representação de uma certa "maneira de dizer", que consiste num tom e um corpo imaginários, constitutivos das posições de sujeito estabelecidas numa determinada FD. Portanto, o ethos discursivo não se origina numa certa vontade persuasiva ou estratégia argumentativa do sujeito enunciador; pelo contrário, seus efeitos se impõem ao sujeito, discursivamente constituído como efeito-sujeito em relação às posições de sujeito estabelecidas na(s) FDs que o determinam.⁸⁵

Na nossa reflexão aproveitaremos a noção de tom, considerando-a como uma das propriedades discursivas que constituem o ethos de uma FD. Desta maneira, não definiremos o tom das FD que afetam o DAL pela simples presença de certas formas linguísticas nas formulações de seus enunciados, nem pela presença de determinados traços supra-segmentais; pelo contrário, analisaremos o funcionamento dessas formas em relação às posições de sujeito estabelecidas nas FD,

⁸⁴ Orlandi (1992b) desenvolve uma instigante reflexão sobre a necessidade teórica de considerar o silêncio como condição de possibilidade dos processos de significação.

⁸⁵ Serrani (1993), na sua análise das FD que se confrontam no discurso social argentino na construção dos imaginários de língua legítima e identidade nacional, propõe o conceito de modo de dizer para trabalhar funcionamentos discursivos similares aos que nos ocupam.

interpretando então a forma lingüística como indicio ou marca de uma propriedade discursivamente definida.

Voltando à FD ILUMINISTA/ELITISTA, observamos que a dominância dos processos metafóricos de enunciação política e a conseqüente descontinuidade enunciativa que se estabelece entre a *língua do saber político* e a *língua legítima do povo*, representada como uma imposição da primeira sobre a segunda, não só produz nos enunciados do DAL uma redefinição do espaço político (do cidadão, de sua prática e da função do Estado) pela projeção de uma axiologia normativa de ordem cultural (o sujeito democrático, a interiorização de valores democráticos e a missão pedagógica do Estado que deve educar para a democracia moderna), mas trabalha sobre a configuração discursiva desses enunciados, que se caracterizam por incorporar⁶⁴ um tom didático. Assim, reinterpretemos a presença de certas marcas lingüísticas na superfície discursiva do DAL como manifestação do tom didático que caracteriza à FD ILUMINISTA/ELITISTA, cujo funcionamento produz os efeitos-sujeito que descrevemos acima.

As operações de abstração/universalização dos enunciados, que afeta tanto à definição dos cidadãos -enquanto sujeitos democráticos- quanto à representação do sujeito do discurso -enquanto sujeito de saber; a operação de ontologização da representação da temporalidade; a presença de perguntas retóricas simulando uma relação dialógica de fato não

⁶⁴ Segundo Maingueneau (1987) entendemos incorporação como a relação que se estabelece entre os enunciados e o ethos de uma FD.

estabelecida; a presença de enunciados definidores estabelecendo relações de equivalência referencial X é Y , ou de equivalência semântica X significa Y , ou funcionando como proposições universais afirmativas *Todo* X é Y , ou travestidos de implicação lógica X implica Y ; todos estes funcionamentos lingüísticos contribuem para produzir a representação de uma *língua do saber político*, que expressa o "espírito dos tempos atuais", cujo principal intérprete é o locutor, responsável também pela tarefa de ensiná-la aos demais cidadãos:

27- *Creo que esta es una oportunidad adecuada para precisar un poco más una idea clave de este tiempo histórico; la idea de la modernización del país. El sentido profundo de la modernización de una sociedad nacional es el de dar respuesta al desafío que presenta el fenómeno de aceleración cultural que ocurre en los países de vanguardia.* (12-9-86. Ato de inauguração do observatório astronômico "El Leoncito", San Juan)

28- *No es moderno el que utiliza autos nuevos o ropa a la moda. Modernizar es actualizar ideas y organizaciones.* (11-10-85. Ato de abertura de "Colloquia 85", encontro internacional de engenheiros em Buenos Aires)

29- *Modernizar significa incorporar la variable ciencia y técnica en las decisiones políticas.* (11-10-85. Ato de abertura de "Colloquia 85", encontro internacional de engenheiros em Buenos Aires)

30- *Combinar la dimensión de la modernización con el reclamo ético, dentro del proceso de construcción de una democracia estable, implica la articulación de una serie de valores que se redefinen en su interacción, puesto que la modernización es calificada por sus contenidos éticos y la ética lo es por el proceso de modernización.* (1-12-85, DPN)

31- *Construir una sociedad democrática moderna y fundada en una ética de la equidad y la solidaridad requiere afrontar con decisión y*

*solvencia los problemas que plantea la permanente
tension entre el orden y los cambios sociales.
(1-12-85, DPN)*

As seqüências discursivas que integram este recorte nos permitem observar diferentes manifestações do tom didático na superfície discursiva do DAL. Em 27- observamos a inscrição explícita do DAL em práticas de tipo pedagógico: *es una oportunidad adecuada para precisar un poco más una idea clave.* A relação estabelecida entre o locutor e os alocutários fica assim definida no esquema mestre/especialista → aprendiz/leigo que configura os enunciados afetados pela FD ILUMINISTA/ELITISTA. Sendo esse o imaginário de interlocução construído pelos enunciados, estes funcionam discursivamente como enunciados definidores e se realizam ilocucionariamente como asserções, que através da inserção de verbos de tipo diferente estabelecem relações semânticas distintas entre o definiens e o definiendum. Em 28-, de identidade referencial X é Y; através do verbo *ser*: o enunciado definidor aponta para "objetos do mundo" equivalentes -no caso, comportamentos ou atitudes.⁸⁷ Em 29-, o verbo *significar* define a relação como uma relação de equivalência semântica, isto é, entre "significados na língua" X *significa* Y. Em 30-, a definição adota a forma da implicação lógica, X *implica* Y. Finalmente, em 31-, o enunciado definidor apresenta um imperativo político

⁸⁷ Riegel (1980) analisa o funcionamento do verbo *ser* nos enunciados definidores "ordinários" (isto é, na língua oral) e conclui que se caracteriza por privilegiar uma interpretação da definição realizada pelo enunciado como de equivalência/identidade referencial.

X requiere Y. É importante observar este deslizamento semântico no funcionamento dos enunciados definidores, porque ele estabelece uma relação de continuidade entre os sentidos do ser-significar-implicar-requerir, que permite a **naturalização** das decisões políticas. Efetivamente, o imperativo político formulado em 31- não faz mais do que expressar uma relação lógica fundada numa relação de significado que por sua vez reflete uma relação de identidade. Daí a eficácia discursiva do tom didático que os enunciados incorporam: o locutor, a partir de sua privilegiada posição de "mestre", discerne e interpreta as intrincadas ligações entre os fatos *-el sentido profundo de la modernización de una sociedad nacional-* e, na hora justa *-creo que esta es una oportunidad adecuada-*, as apresenta a seus alocutários *-para precisar un poco más una idea clave.*

Embora as formas lingüísticas que analisamos até agora como manifestação na superfície discursiva do tom didático que caracteriza o ethos discursivo da FD ILUMINISTA/ELITISTA sejam aquelas geralmente definidas como formas de indeterminação do sujeito (3ª pessoa verbal e pronominal, nominalizações, orações impessoais, etc), elas não são as únicas realizações lingüísticas do tom didático, nem ele se define pela presença dessas formas. Tal é o caso da sequência discursiva 2- que já analisamos e que reproduzimos a seguir:

32- jornalista: *En la calle hay un poquito de inquietud, tal vez por el problema de la inflación y que los sueldos no alcanzan.*

presidente: *Creo que tendríamos que acostumbrarnos todos a no hablar más de salarios*

nominales sino de salarios reales. Nuestro compromiso es que día tras día vamos a mejorar ese salario real y vamos a combatir con todas las medidas posibles la inflación. (23-12-83. Conferência de imprensa na Casa Rosada)

Na resposta do presidente à pergunta do jornalista podemos reconhecer novamente traços da autoconferida "missão educativa" do governo alfonsinista, esta vez estabelecendo uma distinção entre conceitos definidos por um discurso econômico que se opõe ao dizer (equivocado) da população: não basta falar em *sueños*, é necessário distinguir *salario real* de *salario nominal*. Porém, as formas lingüísticas que aparecem na formulação são as da 1ª pessoa plural, o *nós* **todos** **inclusivo** que já analisamos em relação ao funcionamento da FD PACTISTA/IGUALITARIA. Ora, sendo que na mesma seqüência discursiva o locutor -agora representado pela forma do *nós* **exclusivo**=governo- se expressa com toda propriedade fazendo uso adequado das designações segundo a distinção anteriormente proposta -*vamos a mejorar ese salario real*-, pode inferir-se que o imperativo manifesto na forma do verbo *tener que*, flexionado na 1ª pessoa plural *tendríamos que acostumbrarnos todos*, não atinge ao locutor, que demonstra já estar "acostumado". Desta maneira, em 32-, observamos o funcionamento de um enunciado que incorpora o tom didático, mas que não apresenta na superfície discursiva formas lingüísticas que possam ser caracterizadas como de indeterminação do sujeito. Encontramos ainda, e nos interessa especialmente destacar este fato, uma forma do *nós*, que embora se apresente sob a forma do *nós* **dialogico** **maximamente** **inclusivo**, pelo fato de ser afetada pela FD ILUMINISTA/ELITISTA, exclui o locutor do

conjunto de indivíduos referidos pelo pronome. Podemos afirmar, então, que o que caracteriza o tom didático dos enunciados, não é necessariamente o apagamento do locutor, mas principalmente a diferenciação das perspectivas de enunciação do locutor e dos alocutários, representando entre elas uma relação assimétrica e não reversível de "interlocução".

Assim, os processos discursivos que delimitam a FD ILUMINISTA/ELITISTA e o tom didático que define seu ethos discursivo determinam o funcionamento das formas de representação do sujeito do DAL, permitindo produzir efeitos-sujeito diferentes a partir de uma mesma base material. É o caso dos enunciados divididos que veremos a seguir, onde se faz evidente a tensão referencial que atravessa essas formas, como consequência da dupla determinação que sofrem os enunciados, afetados por duas FD opostas.

NO ES FALTA DE CARINO, TE QUIERO CON EL ALMA, Y EN NOMBRE
DE ESE AMOR Y POR TU BIEN, TE DIGO ADIOS.

No começo do nosso trabalho, ao descrever o funcionamento da figura do porta-voz, enquanto forma histórica de representação do sujeito da enunciação política, explicamos que o que a caracteriza é uma contradição constitutiva, que consiste no fato do porta-voz ser ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento discursivo: é o que chamamos, seguindo Pêcheux (1982), *dupla visibilidade* do porta-voz. Adiantamos, então, que como consequência do predomínio do núcleo temático da *modernização* ocorrido durante o 2º momento discursivo do DAL, se inverteu a direção da função enunciativa que define a figura do porta-voz, que passou de se representar como uma fala em nome do e pelo povo (direção "povo" -> "líder") a funcionar discursivamente como uma fala para o povo (direção "líder" -> "povo"). Em outras palavras, sob a ilusão de uma função enunciativa de *mediação* ou *representação* da palavra política da cidadania, se impôs uma função de *destinação* do discurso jurídico-administrativo do Estado à cidadania. Já apontamos que como efeito desta reversão da função enunciativa o porta-voz aparece representado como aquele que fala do lugar próprio. Interpretamos esta representação como produto da dominância dos processos metafóricos sobre os processos metonímicos da enunciação política; dominância que invalida a fórmula ideal da relação de representação política proposta por Rousseau, que Guilhaumou (1989) coloca em termos

discursivos como: *língua do saber político = língua legítima do povo*. Ora, se a reversão da função enunciativa que define o funcionamento da figura do porta-voz foi possível, é porque o DAL, através dos processos discursivos que delimitam a FD ILUMINISTA/ELITISTA, produziu para o sujeito do discurso uma legitimação discursiva de sua perspectiva de enunciação anterior e exterior à ilusão de interlocução que está na base da cena imaginária de delegação da voz, cena na qual se funda a figura do porta-voz. Retomando as colocações sobre a *dupla visibilidadade* do porta-voz, podemos afirmar que a construção discursiva de uma posição de sujeito externa e anterior ao acontecimento discursivo é o que permite ao sujeito do discurso representar-se como testemunha privilegiada dele e justificar, a partir deste imaginário excedente de visão, sua interpretação dos fatos históricos. É o que observamos no recorte que segue:

33- Debemos reconocer que hay dos actitudes posibles en tiempo de crisis: una, la de los que buscan salvarse individualmente sin que importe el destino del otro e incluso contra el destino de los otros. Otra, es buscar la salvación entre todos: es decir, la salvación solidaria. Frente a esta opción, la historia de la humanidad enseña que sólo las naciones que se propusieron la grandeza como meta se levantaron de la destrucción. (1-4-84. Alocução presidencial pela rede nacional de rádio e televisão referente à renegociação da dívida externa)

34- Pienso que a veces hacemos historia sin percibirlo y en este caso estoy seguro de que ustedes han hecho historia... Cuando generaciones que han de venir decidan detenerse en su camino para pensar en su deuda con quienes la precedieron, han de tener presente esta reunión y han de estar ustedes en la memoria de los argentinos por esta tarea que realizan. (7-10-86. Abertura da reunião do Consejo para la

Consolidación de la Democracia, associação multipartidária formada para estudar e debater propostas destinadas a melhorar a organização institucional do país)

35- *Creo que tal vez los protagonistas no se dan cuenta de la importancia de lo que realizan porque les falta la proyección del objetivo, pero yo estoy convencido de que lo que ustedes hacen ha de tener una gran trascendencia en el futuro y en los diversos campos de la economía para esta integración de América Latina* (10-5-84. Ato de comemoração do 209 aniversário da Associação Latinoamericana de Ferrocarriles, realizado em Buenos Aires)

36- *Creo que esto <a convivência democrática> se está repitiendo en el país. Tal vez el proceso es demasiado nuevo como para que nos demos cuenta cabal de lo que está sucediendo, porque desde luego, las voces disonantes son siempre en cualquier coro las que más se escuchan y a veces no dejan percibir la unidad de la armonía general. Sinceramente les digo que más allá de algunas estridencias, lo que en realidad está pasando en la Argentina es que nos estamos encontrando entre todos.* (17-5-84. Ato público com a presença do governador da província de Río Negro, na visita do presidente à Prefeitura de Bariloche)

Nas análises que já apresentamos, demonstramos que a perspectiva de enunciação do locutor nos enunciados afetados pela FD ILUMINISTA/ELITISTA é duplamente legitimada. Por um lado, através de operações de abstração/universalização dos enunciados, o locutor aparece subsumido na perspectiva de um enunciador universal, que enuncia a voz da saber. Por outro lado, a partir de uma operação de ontologização da representação da temporalidade, o locutor se identifica com a perspectiva de um enunciador genérico, que enuncia a voz da história. É graças a este duplo mecanismo de legitimação, que se produz como efeito-sujeito a representação do sujeito do DAL

como testemunha privilegiada dos acontecimentos. Assim, o que denominamos *excedente de visão* não é senão um efeito de sentido produzido a partir dos processos discursivos que delimitam a FD ILUMINISTA/ELITISTA. Estes funcionamentos podem ser observados no recorte que reproduzimos acima. Em 33-, a operação de ontologização da representação da temporalidade permite que o sujeito do discurso não se represente como locutor do enunciado, mas simule sua ausência identificando-se com a perspectiva de um enunciador genérico constituído como *la historia de la humanidad*. A partir dessa visão oni-histórica, o sujeito do DAL não só enxerga as opções possíveis, mas é capaz de interpretar a lição ensinada pela história. Em 34-, devido ao fato da representação da temporalidade não sofrer uma operação de ontologização, o locutor aparece efetivamente manifestado na superfície discursiva através das marcas da 1ª pessoa. Contudo, a mesma visão oni-histórica que encontramos em 33-, define a perspectiva de enunciação do locutor em 34-, permitindo interpretar os fatos na sua "verdadeira dimensão histórica". Nas seqüências discursivas 35- e 36-, já é um conhecimento mais acabado dos planos e objetivos *-les falta la proyección del objetivo-* e do alcance dos seus resultado *-yo estoy convencido ...de que ha de tener una gran trascendencia-*, ou um acesso mais direto *-lo que en realidad está pasando en la Argentina-* e sem distorções *-más allá de algunas estridencias-* aos fatos, o que caracteriza o excedente de visão do locutor. Assim, o locutor se instala no lugar da certeza absoluta, da

verdade, enfim, da realidade: *estoy seguro de que, estoy convencido de que, yo les digo ...lo que en realidad está pasando.*

Importa notar que este efeito-sujeito é produzido no interior de enunciados que, também, representam explicitamente uma relação de interlocução entre o locutor e o grupo alocutário. A representação do locutor através da 1ª pessoa singular e dos alocutários através da 2ª pessoa plural *-yo estoy convencido de que lo que ustedes hacen; estoy seguro de que ustedes han hecho historia-* somada à explicitação da força ilocucionária dos enunciados pela presença do verbo *dizer - sinceramente les digo-* fornecem a base material para produzir essa ilusão de interlocução. Isto nos enfrenta com a complexidade dos processos discursivos que delimitam as FDs que determinam os enunciados do DAL. Embora possamos reconhecer entre eles relações de dominância de acordo às mudanças das condições de produção do DAL (que aproveitamos no nosso recorte do material discursivo para organizá-lo em momentos discursivos diferenciados), essa relação de dominância não se realiza discursivamente de maneira excludente. Em outras palavras, os enunciados do DAL são afetados simultaneamente pelos processos discursivos de ambas FDs, embora o "peso" relativo desses processos varie de um momento discursivo para outro. Quando no início da nossa reflexão, colocamos que as formas de representação do sujeito do DAL se definiam por uma **tensão referencial**, produzida por uma contradição nunca resolvida nos

processos de identificação/interpelação ideológica que constituem o sujeito do DAL, estávamos apontando para esta dupla determinação dos enunciados do DAL por FDs opostas.

Até agora, procuramos apresentar nas nossas análises casos "paradigmáticos" do funcionamento destes processos discursivos, trabalhando sobre seqüências discursivas, nas quais as formas de representação do sujeito se comportam de maneira "prototípica" em relação aos processos discursivos de cada FD. Entretanto, os funcionamentos linguísticos não se distinguem tão nitidamente uns dos outros em relação às FDs que os determinam respectivamente. De fato, eles aparecem a maior parte das vezes confundidos num mesmo enunciado, e o que é ainda mais importante, as formas de representação do sujeito não se "especializam" na realização de um único funcionamento, mas muitas vezes uma mesma forma serve de suporte material para a produção de efeitos de sentido e efeitos-sujeito contraditórios, dependendo da sua relação com uma ou outra das FDs que determinam o DAL.

Tal é o caso da forma nós, que se apresenta afetada internamente por uma **tensão referencial**, produzida pela sua inclusão em configurações discursivas sustentadas por um imaginário de interlocução dialógica (efeito da FD PACTISTA/IGUALITARIA) ou por um ethos discursivo definido pelo seu tom didático (efeito da FD ILUMINISTA/ELITISTA). Nas nossas análises já encontramos certos enunciados que apresentam as duas configurações ao mesmo tempo, produzindo "intermitências"

nos processos de identificação do sujeito do DAL, que se constitui como efeito-sujeito em relação às duas FDs ao mesmo tempo. Seguindo Courtine (1981), denominamos **enunciados divididos** a este tipo de enunciados, que apresentam simultaneamente posições de sujeito estabelecidas em FDs contrárias.

Encontramos este funcionamento na sequência discursiva 35-, que analisamos acima, onde o sujeito do DAL aparece representado simultaneamente como aquele que possui um excedente de visão que o coloca na posição privilegiada de testemunha do acontecimento discursivo *-les digo que...lo que en realidad está pasando en la Argentina es-* e como aquele que sofre a mesma confusão e a mesma surpresa que o conjunto dos alocutários *-el proceso es demasiado nuevo como para que nos demos cuenta cabal de lo que está sucediendo*. Nos interessa especialmente destacar aqui o efeito de *ilusão de exterioridade* que se produz para o sujeito do discurso e que afeta diretamente o valor referencial do **nós**, enquanto forma de representação do sujeito do DAL. Efetivamente, se o locutor se representa discursivamente como aquele cuja perspectiva de enunciação é "sempre já" legitimada, fora e antes de qualquer relação de interlocução, constituindo-se imaginariamente como aquele que possui um excedente de visão em relação aos outros participantes da interlocução e, portanto, como testemunha do próprio acontecimento discursivo, somos obrigados a interpretar o valor referencial do **nós** *-nos damos cuenta cabal de lo que*

está sucediendo— como um **nós inclusivo** (inclui ao alocutário, que participa da referência enquanto não-pessoa discursiva) que **exclui o locutor**.

Assim, chegamos finalmente ao exame dos fatos de linguagem que motivaram este trabalho: o funcionamento discursivo de uma forma do **nós político**, na qual se produz um efeito de ilusão de exterioridade para o sujeito do discurso; dito de uma outra maneira, o funcionamento discursivo do **nós**, como forma de representação do sujeito do DAL, que se caracteriza por ser maximamente inclusivo em relação ao alocutário e **exclusivo** em relação ao locutor. Este é o funcionamento das formas do **nós** que são afetadas pela FD ILUMINISTA/ELITISTA, e que aparecem então investidas dos efeitos de sentido e efeitos-sujeito produzidos a partir tanto das posições de sujeito estabelecidas nesta FD, quanto do tom didático que define seu ethos discursivo. Observemos a seguinte sequência discursiva:

37-- *Todos debemos comprender que la paz que buscamos, la reconciliación que queremos, es el único camino que les queda a los argentinos para hacer el país que nos merecemos.* (17-5-84, Ato público na visita presidencial à Prefeitura de Bariloche, Rio Negro)

Podemos observar como o DAL identifica o campo referencial do **nós** com a classe mais ampla que pode ser definida em relação a nação Argentina: *-todos los argentinos*. Este parece ser o sujeito agente apontado pelas desinências verbais *-debemos comprender, buscamos, queremos, nos merecemos*. Locutor e alocutário se apresentam como coincidentes numa única forma indivisa e uniforme: o **todos coletivo**, que se constitui como

referente discursivo da forma do **nós** maximamente **inclusivo**, por efeito dos processos discursivos da FD PACTISTA/IGUALITARIA. Porém, esse valor referencial da forma **nós** só se encontra representado, de fato, pela última desinência verbal da frase - *nos merecemos*. As outras formas representam diferentes recortes do campo referencial do **nós** que afetam tanto ao locutor quanto ao alocutário.

Por uma parte, a força ilocucionária impositiva da proposição principal da frase, i.e. *"todos debemos comprender"*, funciona como indicio da existência nesse **nós inclusivo**, de um grupo de destinatários que não se identificam com as predicções realizadas pelos verbos *"buscamos"* e *"queremos"* e aos quais se destina o ato ilocucionário de apelação. Observamos então, como sob a aparência de um **nós maximamente inclusivo** se confundem grupos de destinatários distintos: aqueles que se identificam com a busca da paz e a reconciliação e aqueles que se recusam a fazê-lo.

Por outra parte, certos funcionamentos que o pronome indefinido *"todos"* e a desinência verbal de *"debemos"* apresentam em comum com as formas analisadas anteriormente como manifestações do **tom didático** que define o **ethos discursivo** da FD ILUMINISTA/ELITISTA, obrigam a considerar esta forma do **nós** como um caso de exclusão do locutor. Esses traços comuns são: 1- a modalidade deôntica imposta pelo verbo *"deber"*; 2- a construção da frase sob a forma de um enunciado definidor de equivalência referencial, do tipo *X é Y* ; 3- e sobretudo, a

aparição da 3ª pessoa plural "les" em lugar da 1ª pessoa "nos" no pronome objetivo duplicado que precede ao objeto indireto "los argentinos". Esta 3ª pessoa pronominal funciona como marca na superfície discursiva do efeito de ilusão de exterioridade que exclui o locutor do nós inclusivo construído pelo enunciado e que permite diferenciar "todos debemos" das outras ocorrências do nós. Evidentemente, o locutor que enuncia a frase *es el único camino que les queda a los argentinos*, se identifica com uma perspectiva de enunciação que supera à do *todos nosotros* representado no enunciado. Assim, reconhecemos num mesmo enunciado a presença de dois efeitos-sujeito diferentes para o sujeito do DAL, produzido respectivamente pela identificação do sujeito enunciador com as posições de sujeito definidas em cada FD. Essa contradição nos processos de identificação do sujeito do DAL se manifesta na superfície discursiva através de uma mesma forma lingüística, o nós, cujo funcionamento apresenta uma **tensão referencial**, que consiste na inclusão ou exclusão do sujeito do discurso no referente discursivo construído para o nós. Observamos os mesmos funcionamentos em 38-:

38- *La tarea grandiosa a la que todos los habitantes del suelo argentino están convocados podrá llevarse a cabo con tanto mayor eficacia en la medida en que, como personas individuales y como cuerpo social, vayámonos capacitándonos en el ejercicio de las virtudes ciudadanas.* (4-12-85. Inauguração em Buenos Aires da Jornada Mundial de la Paz)

Esta sequência discursiva faz parte da mesma alocução presidencial, em que o sujeito do DAL se apresenta como "o

soberano que educa com seu exemplo"⁸⁸. Ora, se como já demonstramos, o sujeito do DAL se identifica com a perspectiva do *sujeito do saber* que define os cidadãos como *sujetos democráticos* e que investe à prática política do governo de uma missão educativa *-educar para la democracia-*, o funcionamento discursivo da forma *nós* em *vayámonos capacitándonos en el ejercicio de las virtudes ciudadanas*, deve novamente ser interpretado em relação aos processos da FD ILUMINISTA/ELITISTA e portanto, deve-se considerar a exclusão do locutor do referente discursivo do *nós*. Interpretação esta que se sustenta na articulação sintática do *todos* (*los habitantes del suelo argentino*) com o verbo conjugado em 3ª pessoa plural *-están convocados*.

Também observamos esta tensão referencial da forma *nós*, quando apontamos para a relação de oposição/contradição entre o *todos* coletivo e o *cada um* universal como formas de representação do sujeito do DAL. Este funcionamento aparece na sequência discursiva que segue:

39-Yo les digo a todos que para que realmente tenga vigencia plena la democracia en un país, no basta sólo que jueguen las instituciones, sino que es necesario también que venza la democracia en el interior de cada uno de nosotros para que cada uno de nosotros sepulte antes que nada al sectario y al violento que lleva adentro. (23-9-85. Alocução presidencial no ato pela reabertura da fábrica SEVEL, Córdoba)

Importa lembrar aqui as condições de produção específicas da alocução, da qual faz parte o fragmento citado: ela foi

⁸⁸ Cf. acima nossa análise da sequência discursiva 22-.

proferida dois dias depois do polêmico decreto ordenando a prisão de seis civis, assinado pelo Poder Executivo por ocasião da explosão de fatos criminosos durante a campanha eleitoral para a renovação parcial das Câmaras de Deputados e Senadores, em outubro de 1985; decreto que foi interpretado na época como um *estado de sítio restringido*. No texto citado, nos interessa observar a alternância entre as formas *todos-nosotros-cada um*. Levando em conta a especial conjuntura política em que este texto foi produzido, podemos analisar a irrupção da forma *cada um* junto à forma (*todos*) *nosotros*, como indício, na superfície discursiva, da quebra dos rituais enunciativos pelos quais o DAL representava o alocutário como um sujeito coletivo uniforme e totalizante: o *todos* coletivo que já descrevemos. O confronto com os fatos históricos demonstrou as fissuras que atravessavam a imagem de "povo-Uno" construída pelo DAL, e evidenciou-se a instabilidade referencial das formas (*todos*) (*nosotros*) *os argentinos* - o *povo* (*argentino*) - a *Argentina*. Frente a desagregação do *todos* coletivo, surge, então, o *cada um universal*, produzido, agora, por um discurso competente, no interior do qual redefine-se o cidadão como *sujeto democrático*. Observemos detalhadamente como se articulam estas formas na sequência discursiva 39-, para poder então relacioná-las com as diferentes posições de sujeito que se enfrentam neste texto.

Por um lado, encontramos representada a relação de diálogo entre locutor e alocutário, este último representado pelo pronome indefinido *todos*, que identifica o conjunto dos

alocutários com o conjunto dos habitantes do país. Como já vimos, estes funcionamentos são característicos da FD PACTISTA/IGUALITARIA. Por outro lado, a forma *cada uno de nosotros* refere ao conjunto de indivíduos composto pelo locutor (explicitamente representado no texto através do pronome da 1ª pessoa singular *-yo*) e o conjunto dos alocutários (também explicitamente representados pela forma do pronome indefinido *-todos* e pelo pronome objetivo *-les*), mas considerando cada indivíduo separadamente *-cada uno-*, em lugar de considerá-los em conjunto *-todos nosotros*. Analisemos em detalhe a concordância verbal da oração subordinada final: *para que cada uno de nosotros sepulte antes que nada al sectario y al violento que lleva adentro*. O último verbo da subordinada *lleva*, embora apareça concordando em pessoa e número com o núcleo do sujeito *cada uno*, poderia ter referido anaforicamente ao complemento preposicional *de nosotros*, recuperando o pronome de 1ª pessoa como seu antecedente. Neste caso a concordância se estabeleceria com o pronome, em lugar de fazê-lo com a frase pronominal, obtendo assim uma outra versão, gramaticalmente correta, para a subordinada final: *para que cada uno de nosotros sepulte antes que nada al sectario y al violento que llevamos adentro*. No caso do primeiro verbo da subordinada *sepulte*, a mesma mudança da concordância verbal seria possível, se considerarmos o funcionamento da *silepse*, figura de sintaxe que permite estabelecer a concordância pelo sentido e não pela forma dos termos. Assim, a subordinada em questão ficaria como

segue: *para que cada uno de nosotros sepulitemos antes que nada al sectario y al violento que llevamos adentro*, versão esta também aceitável em espanhol. Como resultado desta análise, podemos concluir que a flexão dos verbos da oração subordinada final concordam em pessoa e número com a forma *cada uno*, em lugar de fazê-lo com a forma *nosotros*, por razões da ordem do discurso e não da sintaxe. Deste modo, o funcionamento da concordância sintática nos serve de indício da dominância dos processos discursivos da FD ILUMINISTA/ELITISTA, que determina as operações semânticas de universalização, pelas quais se delimita uma classe homogênea de sujeitos definidos conceptualmente a partir de um discurso competente, com o qual o sujeito do DAL se identifica. Mais uma vez reconhecemos nos enunciados a produção de um efeito de ilusão de exterioridade para o sujeito do discurso, que afeta as formas de representação que tradicionalmente são consideradas manifestações explícitas da "subjetividade" do sujeito enunciator: as formas da 1ª pessoa.

A interferência da FD ILUMINISTA/ELITISTA se manifesta também na sequência discursiva 39- através da presença de formulações que funcionam como enunciados definidores: *para que realmente tenga vigencia plena la democracia...es necesario que venza la democracia en el interior de cada uno de nosotros*; da modalidade deôntica se manifestando em formulações do tipo genérico/impessoal *es necesario que*; da reversão da função enunciativa da figura do porta-voz, que fala para o povo e não

em nome dele ou por ele *-yo les digo que-* introduzindo um enunciado definidor. Todas estas manifestações fazem parte do **tom didático** da FD ILUMINISTA/ELITISTA, cujo funcionamento quebra os rituais enunciativos pelos quais o DAL constrói a representação de uma relação de simetria entre o locutor e os alocutários. Observamos os mesmos funcionamentos na sequência discursiva 40-, agora em relação ao núcleo temático da modernização:

40- *Para encarar estos desafios <a construção da democracia>, el país precisa de una nueva capacidad colectiva de cooperación y participación, dispuesta a remover antiguas taras, estructuras injustas y comportamientos caducos. Hacen falta transformaciones profundas... Pero hemos aprendido muy bien a no confundir este proceso de cambio con una regresión hacia un pasado de desencuentro, de odio, violencia y terror. Estas reformas estructurales, acompañadas de un cambio en la mentalidad colectiva, tienen el carácter de un salto hacia el progreso, que todos y cada uno de los argentinos, cada a cada, deben vivir y sentir como propio. La empresa colectiva que se inicia, la construcción de la Argentina moderna, debe dar así un sentido reparador, superador y profundamente humanista a nuestras jóvenes generaciones. (16-12-85. Reunião da Fundação Eugenio Blanco, dedicada a estudos sobre o sistema democrático)*

Para a designação *todos e cada uno de los argentinos* temos duas formas verbais diferentes: *hemos aprendido muy bien e deben vivir y sentir como propio*. O passado é partilhado por todos, locutor e alocutários; o futuro, entretanto, pertence só ao sujeito do discurso, que já deu o *salto hacia el progreso*. É a representação do sujeito do DAL como visionário, intérprete da "voz dos tempos".

No início do trabalho afirmamos que o *discurso sobre a modernização* durante os chamados *governos de transição* funcionou como um relato da história argentina recente, que permitiu reorganizar a(s) memória(s) coletiva(s) e legitimar, desta maneira, uma determinada prática política como "necessidade histórica". Nesse relato, *formas de representação do sujeito do discurso e formas de representação da temporalidade no discurso* atuam solidariamente na representação do sujeito do DAL não só como "narrador" mas principalmente como "porta-voz da história".

Vamos, então, contar essa "história".

TERCEIRA PARTE

OS TEMPOS DA POLITICA; AS

POLITICAS DO TEMPO



Diario CLARIN, Buenos Aires

A INSUSTENTAVEL LEVEZA DO SER

O início dos anos '80 marcou na história política da América-Latina um momento importante de mudança: após longos anos de ditadura militar, os cidadãos recuperaram o exercício de seus direitos políticos, e com algumas diferenças dependendo do país, se realizaram eleições gerais que instauraram a ordem institucional e instituíram os novos governos democráticos. Com a posse dos presidentes eleitos, uma nova questão se colocou para o pensamento teórico e o debate político da época: como sustentar a volta da sociedade à democracia sobre bases institucionais, políticas e culturais o suficientemente firmes como para fazer da democracia um sistema de governo estável, permanente e, sobretudo, "governável". A reflexão teórica da década de '80 se caracterizou, então, pelo esforço das ciências sociais e políticas para elaborar um aparelho conceptual que permitisse não só interpretar, mas principalmente **orientar** a prática política. As questões discutidas e as categorias propostas para interpretá-las, embora variadas e conflitivas, se organizaram em torno a uma única noção, que apesar de seus contornos difusos e indefinidos, funcionou como rótulo unificador: a noção da **transição**. Noção que ingressou à discussão com seu escopo de aplicação convenientemente especificado pela determinação realizada através do complemento preposicional: *transição para a democracia* (*transición hacia la democracia*, em espanhol), mas que logo perdeu o complemento e,

junto com ele, a designação explícita do tipo de processo referido.

Assim descaracterizada, a noção de *transição* se inscreveu no discurso político, onde ela mesma funcionou como determinação de outras designações: os *governos de transição*, e especialmente, os *tempos da transição*. Este deslocamento, produzido nas determinações lingüísticas que operavam sobre a noção de *transição*, fez parte de uma série de funcionamentos discursivos que ao mesmo tempo permitiram e afetaram seu deslizamento do domínio do discurso teórico para o campo do discurso político. A principal característica desse deslizamento é a redefinição da noção de *transição* a partir de *categorias semânticas temporais*.⁸⁹ Como indicamos no início do nosso trabalho, os primeiros governos democráticos pós-ditaduras foram descritos no discurso político da época tanto como momento transitório entre dois regimes diferentes -a ditadura, a democracia estável- quanto como início de um processo inédito de (re)construção -da democracia, da sociedade, da economia, do Estado, enfim, da Nação. Desta maneira, se, como propõe Nun (1989), a noção de *transición*

⁸⁹ Lembremos que nos trabalhos teóricos sobre a *transição*, as categorias usadas para defini-la não (des)envolvem, em geral, uma representação temporal. Como veremos adiante, nos casos em que há algum tipo de imagem pressuposta pelas definições propostas, essa imagem refere predominantemente ao "espaço" e não ao "tempo". A referência a diversos "tempos sociais" aparece já vinculada a uma proposta específica de prática política "viável" na *transição*; tal o caso da descrição do *realismo político*, como nova cultura política pós-ditadura, (Cf. Lechner, 1984).

hacia la democracia -recorrentemente utilizada nos trabalhos teóricos que se ocupam dos processos sociais e políticos pós-ditadura- funciona nestes trabalhos como "metáfora espacial" que implica como pressuposto um "lugar ou ponto de chegada" ideal, definido em relação às democracias liberais dos países desenvolvidos, nós propomos, por nossa parte, considerar o funcionamento da noção, e mais amplamente, da temática da *transição*, como **representação temporal** a partir da qual se organizam os processos discursivos que configuram o discurso político latino-americano nos anos '80.

Dito de uma outra maneira, a representação dos processos sociais e políticos desenvolvidos durante os anos dos chamados *governos de transição* a partir de categorias semânticas temporais, que os apresentam como "manifestações" de um tempo **simultaneamente transitório e fundador**, permite definir esses mesmos processos por seu aspecto não-acabado como um **ser não sendo ainda**, isto é, como um conjunto de práticas bem encaminhadas e bem intencionadas, mas incompletas, inacabadas, imperfeitas. é na brecha aberta por esta "incompletude temporal", que o *discurso sobre a democracia* e o *discurso sobre a modernização* vão trabalhar, fornecendo os elementos para a produção dos enunciados, que se inscrevem na prática política construindo um certo imaginário, destinado a garantir a "governabilidade" no clima de alta voltagem social e política resultante das grandes mobilizações populares em luta pela volta à democracia.

Como já vimos, os discursos sobre -a democracia, a modernização- participam na construção desse imaginário político produzindo um deslizamento na caracterização das demandas sociais, que de serem formuladas como questões da ordem do político (a questão de uma base mais ampla de participação efetiva da cidadania nas decisões do Estado) e da ordem do econômico (distribuição de renda mais equitativa, recuperação do nível salarial e de emprego, queda da inflação), passam a ser reelaboradas-reinterpretadas como questões da ordem cultural. Assim, no caso do DAL, que consideramos como um espaço discursivo paradigmático para observar o funcionamento do discurso político durante os chamados *governos de transição*, as respostas-soluções propostas para as demandas da população se fundaram na construção discursiva de uma representação do momento político como *tempo de (re)fundação de uma nova Nação*. Neste quadro, a estabilidade da democracia, o crescimento da economia e a satisfação das demandas populares requeriam necessariamente, segundo o DAL, uma mudança da mentalidade coletiva. Mudança definida, como já vimos, a partir dos postulados da *modernização*: é a interiorização por parte dos cidadãos do novo *sujeito moderno e democrático* pedagogicamente delineado pelo governo. Como consequência disto, uma mudança *subjéctiva* da identidade coletiva e dos comportamentos sociais é apresentada no DAL como condição necessária para mudanças estruturais⁹⁰.

⁹⁰ A sequência discursiva 44-, que analisamos em seguida.

Observamos, então, que a construção discursiva de uma determinada *imagem do tempo* funcionou no DAL como base de sustentação para os mecanismos de legitimação do fazer político "em democracia". Com a designação *discurso da transição* nos referimos ao conjunto de representações que conformaram esse imaginário político.

Como já apontamos em diversas ocasiões ao longo do trabalho, a configuração discursiva do DAL nos três momentos discursivos que reconhecemos na análise, é resultado da organização temporal imposta pelo *discurso da transição* sobre os enunciados do DAL. Ora, no caso específico do DAL, essa organização temporal, que pela sua ambivalência poderia centrar-se predominantemente no seu aspecto transitório, se resolve como *gesto fundacional*. O *ser não sendo ainda*, isto é, o aspecto não-acabado das representações temporais produzidas pelo *discurso da transição*, se manifesta nos enunciados do DAL como um *vir a ser novo*, como o surgir de um *ser novo* que se constitui, então, como *fundação*. A fundação dos alicerces para um *ser definitivo*, sem erro, capaz de ingressar com sucesso no próximo século, no próximo milênio. Fundação, enfim, de um futuro.

Na nossa análise do DAL, o estudo do funcionamento das representações que constituem o *discurso da transição* e, especificamente dos funcionamentos discursivos que no DAL o realizam como *gesto fundacional*, nos leva ao encontro das

manifesta de maneira explícita estes funcionamentos.

questões colocadas no início deste trabalho sobre as **formas de representação da temporalidade no discurso** e sobre a relação que essas formas estabelecem com o interdiscurso específico do DAL.

Não poucas vezes ao longo do nosso trabalho nos deparamos nas análises com funcionamentos que envolviam questões referentes à representação da temporalidade no DAL. Sob a forma de lugares de memória, de modalização temporal, de efeito de ontologização da temporalidade, repetidas vezes nos descobrimos recorrendo a descrições sobre o funcionamento da representação da temporalidade, no nosso esforço por compreender o funcionamento das formas de representação do sujeito do DAL. Embora rapidamente, já observamos também a participação das formas de representação da temporalidade na produção do efeito-sujeito que chamamos *ilusão de exterioridade*, ao manifestar na superfície discursiva a perspectiva de um enunciador genérico, a partir da qual o sujeito do discurso pode se representar como testemunha privilegiada do acontecimento discursivo.

Agora nos ocuparemos em desenvolver o que viemos anunciando nos capítulos anteriores: a afirmação de que as formas de representação da temporalidade no DAL se organizam numa configuração discursiva específica, à qual chamamos **gesto fundacional**. Assim, o funcionamento dos lugares de memória, das determinações lingüísticas com função de modalização temporal, dos processos de abstração-universalização que produzem a perspectiva de um enunciador genérico, cujo olhar reflexivo se

representa como "Voz da História", todos esses funcionamentos e outros que passaremos a analisar -entre eles o funcionamento de certos enunciados do DAL como narrativas "históricas", o funcionamento da deixis discursiva como *deixis fundadora*-, atuam solidariamente na estruturação temporal dos enunciados do DAL.

Antes de prosseguir com nossa reflexão, se impõe um breve esclarecimento sobre a terminologia utilizada. Com a denominação *formas de representação da temporalidade no discurso* referimos ao conjunto de formas lingüísticas e funcionamentos enunciativos diversos que manifestam a categoria semântica *tempo* na superfície discursiva. Incluímos, portanto, na extensão denotada por este termo, as formas morfossintáticas que manifestam o "tempo" enquanto categoria gramatical -tempos, e aspectos verbais, advérbios, conjunções-, mas também, os funcionamentos mais amplos que relacionamos acima -*deixis fundadora*, enunciados narrativos, adjetivação com função de modalização temporal, etc. É importante também colocar que, dado os pressupostos teóricos que norteiam nosso trabalho, o estudo das *formas de representação da temporalidade* nos interessa na medida em que elas manifestam os diferentes processos discursivos que determinam os enunciados do DAL. Ou seja, nós não vamos considerar, na nossa análise, o funcionamento das *formas de representação da temporalidade* em relação às coordenadas espaço-temporais de um dado sujeito enunciador participante de uma determinada situação ou contexto

comunicativo (o eixo eu-aqui-agora que serve de suporte imaginário para a ilusão subjetiva que afeta o sujeito e que é reproduzida por diversas teorias pragmáticas e da enunciação); nem vamos limitar seu estudo à inclusão dessas formas numa determinada organização textual das relações temporais estabelecidas entre as diversas formulações que integram as seqüências discursivas analisadas (esta abordagem é a privilegiada pelas diversas teorias sobre a narrativa e pelos estudos sobre coesão e coerência textual). Pelo contrário, vamos interpretar as *formas de representação da temporalidade no discurso* como marcas ou indícios, na superfície discursiva, dos processos discursivos que determinam a constituição do sujeito do discurso num espaço específico de memória.

Desta maneira, as *formas de representação da temporalidade* nos permitem observar as operações de delimitação e identificação de filiações políticas e antecedentes históricos, através das quais o DAL se "dá" imaginariamente uma memória. Em termos teóricos, estamos afirmando que as *formas de representação da temporalidade no discurso* manifestam a relação tensa que os enunciados do DAL estabelecem com seu interdiscurso específico: elas linearizam como representação temporal no intradiscurso (isto é, como relações de seqüencialidade antes-depois, de continuidade e de ruptura de processos cronologicamente definidos), as relações de contradição, dominância e sustentação que se estabelecem entre as diferentes FDs que co-existem no interdiscurso: é a ação do

interdiscurso enquanto *memória discursiva* agindo sobre o intradiscurso na produção de diversos efeitos de memória nos enunciados.

Courtine (1986) propõe a noção de *efeito de memória* para designar os efeitos de sentido produzidos pelos rituais discursivos da continuidade, que produzem no fio do discurso de um sujeito enunciador, ou seja, no intradiscurso, uma sintagmatização das contradições e dispersões próprias dos processos sócio-históricos; desta maneira, os rituais discursivos da continuidade -e as diversas formas lingüísticas que os realizam, organizadas como sequência linear passado-presente-futuro- funcionam como anulação imaginária dos processos discursivos -e portanto, sócio-historicamente determinados- que se enfrentam no interdiscurso.

Aqui encontramos uma distinção que já apontamos no início do nosso trabalho: aquela que permite distinguir *memória discursiva* de *efeito de memória* (e complementarmente, efeito de esquecimento). Colocamos anteriormente que distinguimos, por um lado, as representações imaginárias que os sujeitos fazem do passado histórico, representações que não são nem individuais nem universais, mas que são múltiplas e estão relacionadas com as posições de sujeito estabelecidas em relação a diferentes FDs. é o que denominamos acima *efeitos de memória* e as formas

de representação da temporalidade no discurso são um dos suportes materiais através dos quais eles se realizam.⁹¹

Por outro lado, distinguimos o conjunto de processos discursivos pelos quais se delimitam as diferentes FDs que atuam sobre os enunciados de um dado discurso: é o todo complexo com dominante das FDs, a partir do qual se produz o processo de determinação ideológica do(s) sentido(s) dos enunciados. Trata-se neste caso da *memória discursiva* ou, para ser mais precisos, do *interdiscurso*, conceito que definimos na primeira parte deste trabalho.⁹²

Como consequência das colocações feitas acima, observamos que na nossa análise do funcionamento do *discurso da transição* no DAL, da configuração específica que ele adota no DAL como *gesto fundacional*, e das *formas de representação da temporalidade no discurso* através das quais essa configuração se manifesta, não só estamos considerando as manifestações na superfície discursiva da categoria semântica "tempo", mas estamos, sobretudo, redefinindo discursivamente essa categoria. Portanto, concentrar-nos-emos nesta parte do nosso trabalho em observar o funcionamento da "memória" -nos dois sentidos

⁹¹ Além da linguagem, outros materiais simbólicos permitem a produção de efeitos de memória: imagens, músicas, locais, objetos, etc. Os estudos sobre o funcionamento de diferentes lugares de memória, reunidos por Nora (1984), permitem observar o processo de produção de efeitos de memória a partir de bases materiais diversas.

⁹² Orlandi (1993b) propõe fazer uma distinção entre *memória institucionalizada* e *memória discursiva* ou *interdiscurso*. Nossa noção de *efeitos de memória* apresenta traços em comum com a noção de *memória institucionalizada* proposta pela autora.

definidos acima- como tempo(s) -e espaço(s)- imaginários que participam na constituição do sujeito do discurso, enquanto forma-sujeito.

MEMORIAS DO FUTURO

Evidentemente, é a ilusão do historiador -nossa ilusão necessária a todos- que mede a eternidade pela sua esperança de vida, e para quem o que não muda durante três séculos é "estável". Mas basta mudar a escala do tempo e as estrelas docêu dançarão locamente. (Cornelius Castoriadis. A instituição imaginária da sociedade).

Desde o início do mandato, o DAL se organiza discursivamente dentro do quadro de ambivalência temporal construído pelas representações que constituem o discurso da transição. Assim, o momento político aparece representado em certos enunciados do DAL como período transitório, embora a representação como início fundador seja a predominante. É o que observamos no recorte seguinte:

41- Ha de comprenderse el profundo cambio ocurrido en 1983, atendiendo a las circunstancias excepcionales de ese mismo cambio y a las dificultades que nos toca sobrellevar, como herencia de un tiempo de desquicio, que puso a prueba la conciencia jurídica de nuestro sacrificado pueblo. El de hoy es un tiempo de transición. Es hora de reflexión y de racionalidad. Debe entenderse qué azaroso es el tiempo de la transición de un régimen a otro...Es preciso, es indispensable tener presentes las circunstancias excepcionales que se dan en este tiempo de transición. (5-12-85. Alocução pronunciada como brindis de abertura na Cena de Camaradaria do Poder Judiciário da Nação).

42- Se abre una nueva etapa en el país, una etapa en la que se pondrá a prueba nuestra capacidad de construcción, de creación de una Argentina distinta. (16-12-85. Reunião da Fundación Eugenio Blanco, dedicada a estudos sobre o sistema democrático)

43- *Estoy segura de que todos, sin distinción, comprenden o presienten que estamos ante una hora decisiva para la Nación, para la definición de nuestro futuro.* (23-3-84. Alocução pronunciada da sacada da Casa Rosada para a multidão reunida na Plaza de Mayo pela comemoração dos 100 primeiros dias da Democracia)

Estas seqüências discursivas nos permitem, também, observar o deslocamento produzido no funcionamento das determinações lingüísticas relacionadas à designação *transição*, como resultado da "migração" sofrida por esta designação do domínio do discurso teórico para o campo do discurso político. Assim, em 41-, embora encontremos a noção de *transição* definida pelo complemento preposicional como processo político de mudança de regime: *la transición de un régimen a otro*, ela já apresenta os efeitos da "temporalização" sofrida pela sua inclusão nos enunciados do DAL: *el tiempo de la transición de un régimen a otro*. Desta maneira, o sentido da noção de *transição* fica focalizado no seu aspecto temporal; as outras duas aparições do termo *transição* na mesma seqüência discursiva -*un tiempo de transición*, *este tiempo de transición*- reforçam esse efeito de "temporalização". A *transição* aparece, então, representada como um "tempo/momento histórico": *la hora de la reflexión y de la racionalidad*, oposto a outros "tempos/momentos históricos", caracterizados como caos: *un tiempo de desquicio*⁹³.

⁹³ No seu trabalho sobre a distinção entre história e memória, de Decca (1984:17) coloca que a história -isto é, o discurso historiográfico- se constitui como um campo de saber sobre os eventos humanos, que os interpreta segundo o parâmetro de um tempo cronológico e linear. Assim definido, o tempo histórico se opõe ao tempo da memória, que se caracteriza pela sua fragmentação, seu equívoco, sua dispersão, sua multiplicidade, e neste sentido, sua atemporalidade. No DAL,

Uma das conseqüências desta "temporalização" da temática da transição é a constante marcação temporal que os enunciados do DAL apresentam. Por marcação temporal queremos significar o conjunto de designações e predicções, pelas quais os enunciados realizam uma escansão do tempo cronológico em "tempos históricos", organizados como uma série linear início-transição-fim, cujas relações internas de antecendência-sucessão varia de acordo com as representações temporais construídas para cada um desses "tempos" delimitados. Esta distinção e nomeação de pontos discretos no continuum do acontecer histórico e da memória política na Argentina serve de base de sustentação para a configuração discursiva do DAL como *gesto fundacional*. Sobre essa base de distinções, o funcionamento das formas de representação da temporalidade produz tanto as representações imaginárias que constituem discursivamente cada um desses "tempos" quanto as relações que se estabelecem entre eles. Nossa análise almeja compreender a maneira como essas representações e suas relações recíprocas funcionam como *efeitos de memória*, que posicionam os enunciados do DAL em relação a seu interdiscurso específico.

Neste sentido, é interessante observar na seqüência discursiva 41- a caracterização que o DAL faz do momento político presente, nomeado através do advérbio: *el de hoy*. Pelo

sob a forma explícita de uma narrativa organizada segundo o tempo histórico, linear, sequencial e progressivo, se configuram representações temporais que desorganizam e desconhecem essa sequencialidade, produzindo diferentes efeitos de memória.

fato de ser definido como un tiempo de transición, como un proceso de cambio, ele é representado simultaneamente como herencia de un tiempo de desquicio y como hora decisiva para la definición de un futuro. Assim, a representação discursiva do "tempo atual", do "hoje", da "hora", comporta uma avaliação dos "tempos já passados" e uma previsão dos "tempos por vir". Ela se faz referindo às "sombras" do passado e às "luzes" do futuro que se projetam ambas sobre o presente, constituindo-o; sombras e luzes que, como veremos, se alongam no tempo, desenhando uma linha de continuidades que se estende desde o século passado até o próximo milênio.

Na seqüência discursiva 40-, que já analisamos em relação as formas de representação do sujeito, podemos observar, mais uma vez, o funcionamento solidário das representações de um "tempo passado" -*un pasado de desencuentro, de odio y de terror*- e de um "tempo futuro" -*un salto hacia el progreso*- na representação do "tempo presente" -*este proceso de cambio, la empresa colectiva (de) construcción de la Argentina moderna*- como (re)fundação da nação. Por considerar que esta seqüência discursiva apresenta de forma condensada os diversos funcionamentos que conformam a configuração discursiva do DAL como gesto fundacional, a reproduzimos a seguir como 44-:

44- *Para encarar estos desafíos el país precisa de una nueva capacidad colectiva de participación y de cooperación, dispuesta a remover antiguas taras, estructuras injustas y comportamientos caducos. Hacen falta transformaciones profundas...Pero hemos aprendido muy bien a no confundir este proceso de cambio con una regresión hacia un pasado de desencuentro, de*

odio, violencia y terror. Estas reformas estructurales, acompañadas de un cambio en la mentalidad colectiva, tienen el carácter de un salto hacia el progreso, que todos y cada uno de los argentinos, cada a cada, deben vivir y sentir como propio. La empresa colectiva que se inicia, la construcción de la Argentina moderna, debe dar así, un sentido reparador, superador y profundamente humanista a nuestras jóvenes generaciones. (16-12-85. Reunión da Fundación Eugenio Blanco, dedicada a estudos sobre o sistema democrático)

Em contraponto com a representação da transição como momento transitório, nas seqüências discursivas 42-, 43- e 44-, a representação que prevalece é a da transição como início fundador: os enunciados do DAL constroem para o governo de Alfonsín uma imagem de processo de fundação.

São diversas as formas linguísticas que, no DAL, funcionam como auto-apresentação fundacional; elas atuam designando o momento atual como "novidade", referindo sempre ao campo semântico da "transformação". As nominalizações são uma dessas formas; elas apontam para o fim de uma etapa e o início de uma outra totalmente diferente e o fazem como efeito de pré-construído⁹⁴. Os processos designados pelas nominalizações aparecem como objetos já dados, já sabidos, já construídos num outro lugar, enfim como evidências indiscutíveis: *la construcción, creación de una Argentina distinta; la construcción de la Argentina moderna; una gigantesca renovación; una nueva reorganización nacional; una nueva etapa*

⁹⁴ Pêcheux (1975) define efeito de pré-construído como o impensado do pensamento, impensado que pré-existe necessariamente ao sujeito como objeto de seu pensamento. É um elemento que irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado "antes, em outro lugar, independentemente".

de construcción; la definición de un futuro. Desta maneira, pelo efeito de pré-construído produzido pelo funcionamento das nominalizações, o caráter fundacional do governo/administração alfonsinista, dos seus projetos e, em geral, do "tempo" de seu mandato, ficam fora de debate. Sendo que o DAL só pode se representar como *tempo fundacional* em relação à democracia e à modernização do país pelo apagamento-desconhecimento de práticas políticas válidas ou legítimas desenvolvidas nos "tempos históricos" anteriores, o efeito de pré-construído produzido pelas nominalizações exclui não só a possibilidade de contestação do caráter fundador do governo alfonsinista, mas principalmente evita colocar em pauta de discussão a avaliação negativa feita pelo DAL de todas as práticas políticas que o antecederam. Como veremos adiante, a presença no DAL de enunciados narrativos que relatam os acontecimentos da história política argentina recente é outro dos funcionamentos que produzem o *gesto fundacional*, através do qual o DAL apaga as relações de polémica que mantém com enunciados antagônicos no interdiscurso.

A adjetivação é outro dos funcionamentos que participam na construção de uma representação *fundacional*: ela trabalha delimitando um espaço axiológico bipolarizado, dentro do qual o governo e o próprio discurso alfonsinistas aparecem sempre identificados com o pólo positivo da oposição, aquele que anuncia e encarna a "boa nova", a *nueva capacidad colectiva de participación y de cooperación* que se opõe às *antiguas taras*,

estructuras injustas y comportamientos caducos (em 44-). Já observamos nas nossas análises o funcionamento desta adjetivação bipolarizada como modalização temporal que determina as principais designações pelas quais se representa o sujeito do discurso em relação a FD PACTISTA/IGUALITARIA. Os enunciados opõem *una Argentina distinta à Argentina del statu quo; la Argentina nueva, la Argentina moderna à Argentina del atraso y de la decadencia, la Argentina vieja, caduca.*⁹⁵ As orações subordinadas relativas funcionam nessa mesma direção, ou seja, na explicitação do sentido de "novidade": *la etapa que ahora/hoy se abre*. Assim, pelo funcionamento da adjetivação, o DAL confronta novo a velho, hoje/agora a ontem, e, neste contraponto desigual, a valorização positiva cabe sempre ao *presente transformador* encarnado pelo projeto alfonsinista. Transformação que consiste, para o DAL, na modernização do país.

Observamos, então, que o DAL se organiza como reformulação repetida ao longo dos anos do mandato, de um mesmo enunciado, cuja forma é a da primeira frase da sequência discursiva 42-:

A- Se abre una nueva etapa en el país.

O próprio deste enunciado é que, pela falta de predicação (especificação) do que seria essa *nueva etapa*, ele permite reformulações parafrásticas que preenchem essa indeterminação apontando diferentes referentes. Assim, o enunciado *Se abre una*

⁹⁵ Cf. por exemplo, a análise das sequências discursivas 14, 15- e 16-, na segunda parte deste trabalho.

nueva etapa en el país pode referir tanto à democratização do país (nas formulações produzidas durante o 1º momento discursivo do DAL), quanto ao processo de modernização (nas formulações produzidas durante o 2º momento discursivo). No recorte que segue podemos observar estes deslocamentos referenciais produzidos nas reformulações do enunciado de referência A-⁹⁴:

I- Nova etapa = democracia

40- De modo que vamos a marchar todos en la construcción pacífica de la Argentina en el estado de derecho, en el debido proceso, en la búsqueda de la verdad...para decirle al mundo, que hoy nos está mirando con cierta curiosidad, que aquí es cierto que estamos viviendo un tiempo nuevo...(18-1-84. Declarações do presidente ante jornalistas norte-americanos.)

41- Ni nosotros ni la oposición podemos actuar desconociendo la realidad, y la realidad es que en la Argentina no tenemos dos siglos de democracia consolidada, sino una democracia naciente a la que todos debemos preservar en nuestros actos y en nuestras palabras. (1-5-84. Relatório anual do Presidente ante o Congresso Nacional, transmitido pela rede nacional de rádio e televisão)

II- Nova etapa = democracia ---> nova etapa = modernização

42- Pero también sabemos, y quiero compartir esto, que hemos pasado la etapa más dura...El bienio que hoy termina transcurrió bajo el signo predominante de la unidad y el consenso para la democracia, la voluntad nacional de construirla y la firme decisión de defenderla. En la etapa que hoy se abre, la unidad y el consenso para la democracia deben convertirse en unidad y consenso para un proyecto de país...La etapa que ahora se abre, pondrá a prueba nuestra solidaridad para la

⁹⁴ Courtine (1981) define enunciado de referência como a proposição nuclear sobre a qual se organiza a rede de formulações parafrásticas que encontramos dispersas no corpus.

producción y el crecimiento. (30-10-85. Comemoração do 29 aniversário da Democracia. Alocução presidencial transmitida pela rede nacional de rádio e televisão)

43- Es este un periodo parlamentario que culminará prácticamente al cumplirse la mitad de mi mandato presidencial y que coincidirá así con dos etapas de nuestra política de gobierno. El primer tramo, que se aproxima ya a su conclusión, estuvo centrado en el esfuerzo por reconstituir las instituciones democráticas. No se trataba tanto de cambiar, de reformar o de perfeccionar el sistema, sino de revivir una democracia largamente escamoteada, de recuperarla en los términos que habían sido previstos y soñados hace más de 130 años por los forjadores de la Argentina moderna...Es ésta la transición que estamos protagonizando: la etapa que va desde el reconocimiento de nuestra identidad a la visualización y elección de los caminos para afirmarnos de cara al futuro. (1-5-86. Relatório anual do Presidente ante o Congresso Nacional, transmitido pela rede nacional de rádio e televisão)

III- Nova etapa = modernização

44- Frente al fracaso y al estancamiento venimos a proponer hoy el camino de la modernización. Pero no lo queremos transitar sacrificando los valores permanentes de la ética...(1-12-85. DFN)

45- La Argentina se encuentra hoy en uno de esos momentos de la historia en los que se juega decisivamente el porvenir. Tenemos abierta delante de nosotros la posibilidad de avanzar o de quedar atrapados en las redes de un prolongado estancamiento y decadencia. En esta encrucijada, los argentinos debemos saber elegir el futuro. Este es el desafío que tenemos por delante, en esse momento crucial de nuestra historia. De allí comenzará a redondearse el perfil de la Argentina moderna que, estamos seguros, todos contribuiremos a hacer realidad. (6-11-85. Alocução pronunciada em comemoração ao Dia da Exportador ante a Câmara de Exportação)

Esta série de deslocamentos referenciais ocorridos nas reformulações do enunciado A- produz como efeito de sentido uma representação do DAL como perpétuo processo fundacional, como

fundar constante. Desta maneira, cria-se um sentido de urgência, que submete a prática política às "circunstancias inéditas dos tempos da transição". Ora, a referência a estas "circunstâncias inéditas", à "crise profunda", que caracterizaria os "tempos da transição", permite ao DAL deslocar as margens cronológicas que servem de marco às representações temporais nele produzidas.

Assim, as urgências colocadas pela crise econômica e institucional são reformuladas pelo DAL num marco temporal mais amplo, cujas "urgências" são decididas pela "virada do milênio" ou pela "chegada do século XXI". As propostas e os projetos enunciados pelo DAL aparecem legitimados, portanto, em relação aos "tempos do futuro". Um futuro, sempre explicitado através da nomeação, que seria preciso alcançar sem demora, sendo necessário, para isso, romper as ataduras com o passado: para "construir um futuro" é preciso começar tudo de novo. Reconhecemos aqui o mesmo funcionamento descrito acima em relação às nominalizações, aquele que permite, como efeito de sentido, "zerar" discursivamente a história:

46- Demasiados fracasos dejamos atrás, heridas demasiado frescas aún nos lastiman, como para creer que la Argentina que queremos para nuestros hijos y que ya estamos levantando, surgirá mirando hacia atrás, evocando supuestas mejoras que ya no son las del mundo que se avecina (6-2-86. Apresentação da 2ª fase do plano econômico Austral, transmitida pela rede nacional de rádio e televisão)

47- Los argentinos estamos empeñados en un esfuerzo mayúsculo. No se trata solamente de salir de una crisis. Se trata de responder a un desafío aún mayor...Estamos escogiendo el único

camino posible de una encrucijada histórica, el camino que conduce a colocar a la Argentina en vísperas del siglo XXI, más allá del año 2000, como protagonista, no como furgón de cola -como he dicho tantas veces- de las grandes potencias hegemónicas (6-2-86. Idem)

48- La Argentina afronta la necesidad de construir un futuro capaz de sacarla de largos años de decadencia y de frustraciones. Como sociedad se encuentra en una de las más serias encrucijadas de su historia: en las vísperas del siglo XXI y en medio de una mutación civilizatoria a escala mundial, deberá decidir si ingresará a ese proceso como protagonista o como furgón de cola de las grandes potencias hegemónicas. (1-12-85. DPN)

49- La lógica del poder en el mundo del futuro no perdonará a quienes abduquen de la voluntad de autodeterminarse. Sin aspirar ilusoriamente a constituirse en una potencia mundial, la Argentina, como sociedad dotada de riquezas naturales y humanas considerables, puede y debe aspirar a desempeñar un papel significativo en este profundo proceso de transición que vive la humanidad, tan crucial y dramático como lo fueron hace dos siglos la revolución industrial y la revolución democrática que abrieron nuevos horizontes para la historia de Occidente y de la humanidad toda. (1-12-85. DPN)

Neste recorte, dois funcionamentos merecem comentário. Por um lado, o fato de que a representação temporal produzida pelo DAL aparece com seus limites expandidos. A escala temporal pressuposta é uma escala de longa duração, cujas unidades de medida não são anos, lustros ou décadas, mas séculos e milênios. Tempos longos de mutación civilizatoria (em 48-).

O DAL chega até explicitar as "razões teóricas" que sustentam essa representação temporal, e o faz através de enunciados que incorporam o tom didático característico da FD ILUMINISTA/ELITISTA:

50- El recientemente fallecido historiador francés Fernand Braudel distinguía entre "tiempos largos" y "tiempos breves" para analizar los cambios históricos. Los cambios profundos, los cambios realmente transformadores, se producen en los "tiempos largos". Una sociedad no cambia de la noche a la mañana y cuando se habla de revoluciones, por ejemplo, hay que distinguir si se lo está haciendo en el marco de los "tiempos largos" o de los "tiempos breves". En este último sentido, muchas veces se ha empleado y se sigue empleando el término "revolución" para designar un cambio brusco y violento del esquema político formal de una sociedad o la sustitución de sus dirigentes. Pero las revoluciones en sentido estricto se producen en los "tiempos largos". Desde esta perspectiva, tal vez las dos grandes revoluciones que sacudieron a la humanidad en los últimos siglos sean la revolución industrial y la revolución democrática. (16-12-85. Reunión da Fundación Eugenio Blanco, dedicada a estudos sobre o sistema democrático)

Interessa observar que a citação de um discurso especializado permite ao DAL reconhecer como "verdadeiras revoluções", aqueles processos de mudança social que referem às mesmas noções que funcionam no DAL como eixo temático organizador dos enunciados. A *revolução industrial* associa-se com a proposta de modernização do país apresentada pelo DAL e a *revolução democrática* remete por sua vez à interiorização do *sujeito democrático*, definido no DAL como peça chave para o sucesso da *transição*. Desta maneira, o processo de transição representado pelo governo alfonsinista se representa como um instante fugaz num processo de transição muito maior: a *transição da humanidade* (em 49-).

Como consequência imediata desta mudança na escala temporal sobre a qual se organizam as representações e imagens do "tempo histórico" produzidas pelos enunciados do DAL, as condições de

produção específicas do acontecimento discursivo, no qual esses enunciados são produzidos, são "diluídas" e mesmo apagadas pelos limites difusos e distantes que lhe servem de marco. Assim, embora os enunciados apareçam formulados na superfície discursiva através de verbos conjugados no presente do indicativo (em 46-: *aún nos lastiman; la Argentina que queremos y que ya estamos levantando*; em 47-: *los argentinos estamos empeñados en un esfuerzo mayúsculo; estamos escogiendo el único camino posible*), a análise discursiva dessas formas nos permite demonstrar que essa temporalidade "presente" representada pelos enunciados não coincide com as coordenadas espaço-temporais do eu-aquí-agora, que servem de âncora imaginária ao sujeito enunciator na sua atividade de enunciação. Pelo contrário, é um "presente" que se representa esvaziado da referência às concretas condições de produção dos enunciados e, ao mesmo tempo, preenchido das determinações impostas pela referência a uma outra situação de enunciação localizada no futuro.

Utilizando o conceito desenvolvido por Maingueneau (1987) de *deixis fundadora*, podemos concluir, a partir das colocações feitas acima, que o DAL, como efeito do funcionamento do discurso sobre a modernização, localiza no futuro, mais precisamente nas mudanças culturais que seriam provocadas pela virada do século, a instância legitimadora da prática política no presente. Uma imagem do século XXI, indefinida e mistificada, funciona como a cena/tempo final, que justifica e direciona a

série de cenas/"tempos históricos" apresentados pelos enunciados do DAL como sucessão linear e teleológica.

Maingueneau (1987:42) define a **deixis fundadora** como "*a(s) situação(ões) de enunciação anterior(es) que a deixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade*". Nossa análise mostra que essa deixis fundadora não precisa necessariamente recuperar uma situação de enunciação anterior; ela pode também apontar para situações enunciativas ainda não "acontecidas". Isto não deve surpreendernos, si lembrarmos o que colocamos anteriormente em relação às *formas de representação da temporalidade no discurso*. Sendo a deixis fundadora uma dessas formas, também ela funciona como sintagmatização no intradiscurso de relações não seqüenciais estabelecidas entre os enunciados no interdiscurso. Portanto, dado que os enunciados no interdiscurso co-existem sob a modalidade de uma dispersão contraditória e não marcada temporalmente (embora historicamente determinada), as FDs podem designar um "tempo" qualquer como sua deixis fundadora, independentemente dele anteceder, na seqüencialidade dos "tempos históricos e cronológicos" expressados pelas formulações do intradiscurso, o momento/"tempo" do acontecimento discursivo, que essa deixis fundadora vem a legitimar. Assim, a deixis fundadora produz efeitos de **memória antecipada**. Aproveitando a terminologia

proposta por Orlandi (1994), podemos dizer que o *discurso sobre a modernização* produz uma *conversão da deixis discursiva*.⁹⁷

Este efeito de sentido produzido pela deixis fundadora nos encaminha para o segundo comentário que queremos fazer em relação ao funcionamento da representação de uma temporalidade "futura" nos enunciados do DAL.

É o efeito de inversão da "seta temporal" que elas produzem, isto é, o efeito de inversão da direção das relações estabelecidas entre os diferentes "tempos históricos" que integram a série início-transição-fim, desenvolvida pelos enunciados do DAL como imagem do desenrolar do "tempo histórico e político" na Argentina.

Como veremos adiante, certos enunciados do DAL desenvolvem uma narração da história política argentina dos últimos 50 anos. Nessa narração, o tipo de relação representada entre os fatos narrados e os pontos extremos do trajeto que serve de marco temporal para as narrações, é uma relação de sucessão linear, contínua e unidirecional. Assim, a série início-transição-fim coincide com a sequência cronologicamente ordenada passado-presente-futuro, apresentada pelas formulações do DAL. Porém, essa sequencialidade temporal é afetada pelos efeitos de *memória antecipada* produzidos a partir das

⁹⁷ No seu estudo sobre o discurso da Teologia da Libertação, Orlandi (1984) propõe o termo de *conversão da deixis discursiva* para designar o funcionamento que faz com que a relação entre o discurso teológico e a Bíblia seja invertida: é o texto da Bíblia que passa a ser legitimado pela deixis atual do discurso da teologia da libertação, e não a inversa.

representações imaginárias construídas pelos enunciados para o "tempo presente" e o "tempo futuro". Como consequência desses efeitos de antecipação, não é o presente que avança para o futuro, mas o futuro que avança para o presente.

Observemos as formulações do recorte que segue:

51- Los argentinos nos encontramos empeñados en la modernización del país; queremos prepararnos material y espiritualmente para los grandes desafíos que ya golpean a nuestras puertas...La Argentina necesita contar con más y más ciudadanos altamente calificados para que orienten y realicen la transformaciones que se aproximan a pasos agigantados, lo que torna indispensable la actualización del sistema educativo. (3-4-86. Inauguração da 12ª Feira do Livro em Buenos Aires)

52- Nunca como ahora el pasado y el futuro estuvieron tan próximos entre sí. Esa cercanía a veces pareciera que compromete la identidad del presente. Tenemos consciencia de un futuro, que ya no está en el horizonte, sino que convive con nosotros y sin el cual no podemos resolver los problemas del presente. Es porque el futuro se instala ahora mismo en el planeta, mezclándose con nosotros, que algunos problemas no resueltos en el pasado inmediato se transforman en interrogantes dramáticos acerca de nuestra capacidad de construir una sociedad y un planeta distintos. (25-11-85. Ato de abertura da Assambléia Mundial do Conselho Internacional de Educação de Adultos, "Dessarrollo y Paz")

Assim, O DAL representa um futuro que já está em estado de latência no presente; ele não só é iminente, mas sobretudo imanente ao presente enunciado pelo DAL. Neste sentido, a conjugação dos verbos no presente do indicativo -los argentinos nos encontramos empeñados; queremos prepararnos (em 51)- e a presença do advérbio "ahora" - es porque el futuro se instala ahora mismo en el planeta, mezclándose con nosotros (em 52)-

realizam/simulam na superfície discursiva uma temporalidade, cuja representação se constitui, em relação aos efeitos de memória produzidos pelo funcionamento do *discurso sobre a modernização e do discurso da transição*, como um "presente futurista", ou para sermos mais fiéis aos funcionamentos observados, um "futuro presentificado".⁹⁸

Ora, pelo fato do futuro aparecer representado como sendo imanente ao presente, isto é, como um "futuro sempre-já-lá", o DAL conjura a incerteza produzida pelas diferenças e contradições do presente que apontam projeções de futuro diversas e conflitantes. Em termos discursivos, a representação de um futuro imanente ao presente funciona como apagamento dos enunciados produzidos a partir de posições de sujeito estabelecidas em FDs contrárias às que determinam os enunciados do DAL. Desta maneira, a representação de um "futuro" que já faz parte do presente naturaliza o desenvolvimento dos processos históricos, produzindo efeitos de evidência que, pelo funcionamento da deixis fundadora como memória antecipada, cerzem o "furo ou falha representacional" aberto pela imprevisibilidade de um futuro discursivamente indeterminado.

É interessante lembrar aqui as colocações feitas por Lechner (1984) em relação à ponderação da variável "tempo" na prática política durante a transição. Nas questões apontadas

⁹⁸ De Decca (1894), sob a denominação de *paradoxo do tempo*, explicita o efeito dos "tempos da memória" sobre o funcionamento referencial das representações temporais, através de uma analogia espacial inspirada na teoria da relatividade.

pelo autor como dilemas dos governos democráticos pós-ditaduras reconhecemos o desconforto provocado pela presença da imprevisibilidade e da indeterminação dos processos sócio-históricos. Lechner se interroga:

¿Cómo construir un orden político cuando unos exigen la perpetuación de lo existente, otros reivindican la revolución ahora y otros postulan rupturas pactadas? (op.cit:74)

e ele mesmo responde:

Hay que tener tiempo, es decir, estructurar el tiempo de manera que no se diluya en una serie de instantes sin rumbo...Se trata de articular el sinnúmero de cambios de modo tal que puedan ser vividos como un proceso: pasado, presente futuro. Hacer política implica estructurar el tiempo. (op.cit:61-62)

Neste sentido, podemos interpretar o efeito de conversão da deixis discursiva produzido pelo funcionamento do discurso sobre a modernização como um indicio na superfície discursiva da interincompreensão constitutiva⁹⁹ estabelecida entre os enunciados do DAL e os enunciados de outros discursos que se enfrentam com ele no interdiscurso. Nos enunciados do DAL, o confronto ideológico com posições contrárias é apagado pela construção de uma representação da temporalidade que seria "comum" -porque "evidente" e/ou "necessária"- para todas as posições de sujeito a partir das quais são produzidos os

⁹⁹ Maingueneau (1987:120) desenvolve o conceito de *interincompreensão constitutiva* para referir aos processos de delimitação recíproca das FDe no interdiscurso, que produzem o sentido como efeito de um trabalho de diferenciação em relação a outros discursos. Assim, o sentido pode ser definido como um *mal-entendido sistemático e constitutivo do espaço discursivo*. A interincompreensão constitutiva determina que *se deve falar e não se deve compreender* (op.cit:121).

enunciados. Assim, as formas de representação da temporalidade, ao produzir uma representação do "tempo futuro" como continuidade necessária dos processos do "tempo presente", criam uma ilusão de consenso futuro que funciona discursivamente como legitimação da ilusão de consenso no "presente", produzida pelo funcionamento da figura do porta-voz. Porque há um futuro já *"instalado entre nosotros"*, há *"un unico camino posible"* a ser percorrido.

Quando no começo desta nossa reflexão descrevemos o DAL, e o discurso político latino-americano dos anos '80 em geral, como uma encruzilhada discursiva organizada em **clave temporal**, estávamos apontando a essa "necessidade" apresentada pela prática discursiva da época, de organizar, e mesmo ancorar, a prática política na representação do "tempo histórico" (e político) como um trajeto temporal linear, homogêneo e progressivo.

No início de nosso trabalho colocamos que o funcionamento das formas de representação do sujeito do discurso é afetado pelo funcionamento das formas de representação da temporalidade do discurso. Esta afirmação pode também ser colocada da seguinte maneira: a família parafrástica de designações que representam o sujeito do DAL nos enunciados estabelecem seu valor referencial em relação às predicções que a elas são atribuídas. Dado nosso especial interesse por compreender o funcionamento do DAL em relação à temática da *modernização*,

focalizamos a reflexão sobre o funcionamento das predicções que desenvolvem diversas representações temporais. Além disto, a própria configuração discursiva do DAL como *gesto fundacional* determina a dominância das formas de representação da temporalidade no discurso como princípio organizador dos enunciados. Retomaremos agora essa questão.

Na segunda parte deste trabalho, examinamos o funcionamento de certas designações que, pelo fato de estarem inscritas em enunciados que incorporam o *tom didático* definatório da FD ILUMINISTA/ELITISTA, são afetadas pelos processos de abstração/universalização dos enunciados, produzindo como efeito de sentido uma ontologização da representação da temporalidade. Interpretamos o funcionamento dessas designações como explicitação, na superfície discursiva, da perspectiva de um enunciador genérico que representaria a "Voz da História".

Assim, retomando as análises feitas¹⁰⁰, centraremos nossa atenção no marco temporal que os enunciados apontam como referência para a apresentação da perspectiva desse enunciador genérico. Já colocamos que o efeito de ontologização da representação da temporalidade e a perspectiva de enunciação que ele mobiliza, são produzidos a partir do funcionamento do *discurso sobre a modernização*, entendido como um dos processos discursivos que definem a FD ILUMINISTA/ELITISTA. Afirmamos também que os enunciados que apresentam estes funcionamentos se caracterizam por manifestar uma posição de sujeito que se

¹⁰⁰ Cf. por exemplo, sequências discursivas 26-, 28-

constitui imaginariamente como sendo externa e anterior ao acontecimento discursivo no qual se produzem os enunciados. Relacionamos esta posição de sujeito com o efeito de dupla visibilidade que define o funcionamento discursivo da figura do porta-voz, explicitando que é a partir dessa posição de sujeito que o sujeito do discurso pode ser representado como testemunha privilegiada do acontecimento discursivo e se diferenciar, desta maneira, dos demais participantes do acontecimento. Dito de uma outra maneira, a representação do sujeito do discurso como testemunha do acontecimento discursivo se sustenta na caracterização temporal da sua perspectiva de enunciação como *visão ou olhar oni-histórico*.

Ora, a representação deste olhar oni-histórico só é possível porque, como já vimos, as formas de representação da temporalidade mobilizam, como consequência do funcionamento do discurso sobre a modernização, uma escala temporal de larga amplitude. A posição de sujeito a partir da qual o sujeito do DAL enuncia se localizaria imaginariamente em algum ponto desse longo trajeto temporal, mas tendo sempre sob seu alcance "visual" a totalidade do percurso. Portanto, o efeito de ontologização da temporalidade pode atingir tanto a representação de um "tempo presente" quanto as representações de "tempos passados" ou "tempos futuros".

Nas seqüências discursivas 26- e 28-, por exemplo, as formas de representação da temporalidade localizam a perspectiva do enunciador genérico em relação a um certo "tempo

presente" que coincide aproximadamente com o momento da enunciação: *el carácter de nuestra época y el mundo en que vivimos nos dictan y nos señalan* (em 26-); ou que o inclui como ponto de chegada de um trajeto temporal que se inicia num passado indefinido: *la historia de la humanidad enseña* (em 28).

Na sequência discursiva 49-, também afetada pelos processos discursivos da FD ILUMINISTA/ELITISTA, o ponto de ancoragem para produzir o efeito de ontologização da temporalidade se desloca para o "futuro". A articulação da designação: *la lógica del poder en el mundo del futuro* com o verbo conjugado no futuro do indicativo *no perdonará*, localizam a perspectiva do enunciador genérico num "tempo" ainda não ocorrido. Observamos este mesmo funcionamento na sequência discursiva que segue:

53- *Seguramente el siglo que viene no nos va a perdonar si no lo hacemos, porque esa brecha tecnológica se va a traducir sin duda ninguna en dependencia y en pérdida de soberanía.* (11-10-85. Ato de encerramento do Encontro Internacional de Engenheiros em Materiais "Colloquia 85")

Em todos os casos considerados até aqui, a saber: *el carácter de nuestra época y el mundo en que vivimos nos dictan y nos señalan* (em 26-); *la historia de la humanidad enseña* (em 28-); *la lógica del poder en el mundo del futuro no perdonará* (em 49); *el siglo que viene no nos va a perdonar* (em 53-); as formas de representação da temporalidade trabalham solidariamente com os funcionamentos que conformam o tom didático característico da FD ILUMINISTA/ELITISTA para produzir a representação do sujeito como testemunha do acontecimento discursivo.

No entanto, o funcionamento das formas de representação da temporalidade pode atuar isoladamente na produção dessa representação. Tal é o caso dos enunciados predominantemente determinados pelos processos discursivos da FD PACTISTA/IGUALITARIA. Estes enunciados não mobilizam a perspectiva de um enunciador genérico nem apresentam designações que produzam um efeito de ontologização da representação da temporalidade. Entretanto, o sujeito do discurso se representa, de todos modos, como testemunha privilegiada do acontecimento discursivo, possuidora de um imaginário "excedente de visão" temporalmente definido. Esse é o caso da sequência discursiva 47- que analisamos acima e da qual reproduzimos abaixo as formulações que nos interessam:

54- *Los argentinos estamos empeñados en un esfuerzo mayúsculo...Estamos escogiendo el único camino posible de una encrucijada histórica, el camino que conduce a colocar a la Argentina en vísperas del siglo XXI, más allá del año 2000.* (6-2-86. Apresentação da 2ª fase do plano econômico Austral, transmitida pela rede nacional de rádio e televisão)

Por um lado, observamos que o sujeito do DAL aparece representado pela designação *los argentinos* e as desinências verbais da 1ª pessoa plural; são as formas do **nós maximamente inclusivo** através das quais o sujeito do DAL é representado como porta-voz do povo nos enunciados produzidos a partir do funcionamento da *retorica do povo em ato*, que define a FD PACTISTA/IGUALITARIA. Por outro lado, os verbos aparecem conjugados nas formas do presente do indicativo *-estamos empeñados, estamos escogiendo-*, fazendo com que as formulações

remetam explicitamente a um "tempo" que inclui a situação de enunciação. Porém, o funcionamento da deixis fundadora, produzindo nos enunciados efeitos de *memória antecipada*, e o deslocamento/expansão dos limites da escala temporal que ela provoca, permitem interpretar a função de determinação cumprida pela adjetivação na frase nominal objeto direto *el único camino posible de una encrucijada histórica*, como marca ou indício da identificação do locutor com uma perspectiva de enunciação localizada no futuro, perspectiva que o distinguiria do conjunto de indivíduos referidos pelas formas do *nós*. Só quem já está no século XXI, e não nas vésperas dele, é capaz de enxergar os variados trajetos históricos que se entrecruzam num determinado momento e avaliar, nessa "encruzilhada histórica", qual seria o melhor, o "único" caminho "possível" para chegar lá. Assim, graças ao funcionamento da deixis fundadora como uma das formas de representação da temporalidade no discurso, o sujeito do DAL pode ao mesmo tempo ser representado como porta-voz dos argentinos e como porta-voz da história, na sua dimensão futura.

As considerações feitas sobre o funcionamento das formas da temporalidade em relação aos processos discursivos que delimitam as duas FDs que se confrontam na produção dos enunciados do DAL estão motivadas por nosso intuito de fazer visíveis os funcionamentos discursivos através dos quais se produz o efeito-sujeito que chamamos *ilusão de exterioridade*.

Em todos os casos que analisamos, observamos que as formas de representação da temporalidade criam as condições para que o sujeito do DAL possa ser representado como testemunha do acontecimento discursivo, enunciando a partir de uma posição de sujeito que, seja representada como a perspectiva de um enunciador genérico, seja representada simplesmente como a perspectiva de um enunciador deslocado/desdobrado no "tempo", aparece imaginariamente localizada num "tempo" não coincidente com o do acontecimento discursivo. Assim, se produz um efeito de *ilusão de exterioridade* para o sujeito do DAL em relação a esse mesmo acontecimento e também em relação ao grupo enunciatário dentro do qual ele se constitui enquanto porta-voz.

Ora, o ponto de ancoragem para essa *ilusão de exterioridade* se desloca no "tempo" segundo o funcionamento das formas de representação da temporalidade no discurso. O sujeito do DAL pode, assim, ser representado como se estivesse pairando sobre o presente, fitando desde o futuro, ou olhando de um mirador cuja base está no presente e seu terraço no futuro.

SANTO OFICIO DE LA MEMORIA¹⁰¹

La memoria, como ves, a veces sólo sirve para el dolor. Y sin embargo, tenemos que expresarla como a una naranja. Revisarla. Porque la memoria está antes de la palabra. Es la que permite el uso de la palabra. La justifica; la ensancha. No hay palabra sin memoria. (Mempo Giardinelli. Santo oficio de la memoria.)

Os anos da transição em América Latina se caracterizaram, como já apontamos, por uma rica reflexão desenvolvida pelas ciências sociais e políticas com o intuito não só de compreender, mas sobretudo, de dar subsídios à prática política da época, almejando estabilizar a democracia como ordem institucional permanente. Entretanto, o discurso teórico não permaneceu imune aos efeitos das práticas políticas, e portanto discursivas, realizadas pelos chamados governos de transição. Esta relação de inter-penetração dos funcionamentos de processos discursivos de tipo diferente -na terminologia utilizada por Pêcheux (1975), processos nocionais-ideológicos desenvolvidos no domínio do discurso político e processos conceptuais-científicos, que delimitam o domínio do discurso teórico- se manifestou especialmente em relação às representações temporais produzidas a partir da "migração" da noção da transição de um domínio de pensamento a outro. A especial configuração discursiva que denominamos gesto

¹⁰¹ Título do romance escrito pelo autor argentino Mempo Giardinelli (1991).

fundacional e que analisamos acima em relação aos enunciados do DAL permite observar os pontos de contato, mais precisamente, os pontos de "vazamento" na relação estabelecida entre ambos domínios de pensamento. Observemos o texto que segue:

55- El realismo (político) es una cuestión de tiempo desde dos aspectos: 1- como consciencia histórica acerca de la efectividad del pasado en el presente, y 2- como elección para qué actuar en un futuro abierto. Ambos aspectos se vinculan: la anticipación del futuro suele recurrir al pasado...Este recurso a la historia solamente es racional en la medida en que existe una continuidad con el pasado...(En América Latina) la estructuración de las relaciones sociales ya no puede recurrir a la familiaridad del pasado como ámbito de lo normal y natural. La renovación política tiene que crearse su propio horizonte temporal. (Lechner, 1984:64-65)

Anteriormente apontamos que o deslocamento da noção de transição do domínio do discurso teórico (processos conceituais-científicos) para o domínio do discurso político (processos nocionais-ideológicos) se caracteriza por mobilizar uma série de categorias semânticas temporais, a partir das quais se apresenta uma representação do "tempo histórico" que inclui a transição com um de seus momentos cruciais. Mostramos também que o sentido de *fundação* se impôs sobre o sentido de *trânsito* ou *passagem* na descrição feita no DAL -e em outros discursos da época¹⁰²- sobre o momento político em curso.

¹⁰² Orlandi (1987b) analisa o discurso intitulado *Nova República*, pronunciado por Tancredo Neves em 15-11-84 e aponta também a presença de nomeações que, pelo efeito de determinação produzido através da adjetivação, atribuem indiscriminadamente a qualificação de *Novo* a atos políticos, administrativos e da vida cotidiana. Paradoxalmente, pelo fato de se inscrever em uma longa série de nomeações incluindo o termo *República*, a designação *Nova República* no discurso de Tancredo Neves se

Na sequência discursiva 55-, encontramos as mesmas representações temporais funcionando como elementos definidores da noção de *transição como realismo político*. Essas representações reproduzem o efeito de ruptura e de desconhecimento em relação ao passado produzido pelo *gesto fundacional*, permitindo fazer afirmações como as da última frase : *La renovación política tiene que crearse su propio horizonte temporal*.

Neste sentido, podemos interpretar esta incidência de categorias e representações temporais na caracterização de conceitos desenvolvidos pela teoria política como um efeito de retorno dos processos *nacionais-ideológicos* sobre o funcionamento dos processos *conceptuais-científicos* na definição da *transição*. Queremos chamar especialmente a atenção sobre a frase nominal *la familiaridad del pasado como ámbito de lo normal y natural*. Ela impõe por efeito de pré-construído a aserção de que o passado é o lugar do "normal" e o "natural" e que, portanto, as relações estabelecidas entre ele e o presente são de familiaridade, ou seja, de continuidade. Assim, os enunciados apresentam uma representação da temporalidade, na qual as rupturas e as descontinuidades próprias do acontecer histórico são interpretadas como "anormalidades" ou "desvios". A imagem de "tempo político" que subjaz como pressuposto à definição do que seria o "realismo político" consiste na

representa como *passagem* e não como *ruptura* ou *fundação*. No DAL, como veremos adiante, a representação de uma relação de continuidade se produz em relação ao século XIX; em relação à história política contemporânea, a *transição* é *ruptura*.

representação de uma seqüência linear, homogênea e progressiva: o passado como *tradição* garante o futuro como *realização*.

Ora, sendo que os processos sociais e políticos se caracterizam pelas relações de contradição que se estabelecem entre eles, um discurso que se organiza segundo a representação de uma temporalidade linear e homogênea deve necessariamente apagar os "tempos históricos" que não se alinham na seqüência de continuidades passado-presente-futuro que ele supõe. Daí a desqualificação dos "tempos históricos" anteriores produzida pelo funcionamento da negação em 55-: (*En América Latina*) *la estructuración de las relaciones sociales ya no puede recurrir a la familiaridad del pasado.*

É esta dimensão da representação da temporalidade que nos interessa observar agora no DAL: qual é a representação dos "tempos passados" que ele produz e como essas representações afetam as formas de representação do sujeito do DAL?

Vimos anteriormente que os enunciados do DAL mobilizam diferentes formas lingüísticas através das quais se constrói um *dizer fundacional*: os enunciados do DAL não só produzem uma representação do "tempo da transição" como "tempo de fundação", mas também o nomeam explicitamente como processo fundacional:

56- *En cierta forma, también nosotros en estos momentos somos protagonistas de etapas fundacionales; estamos llegando a las nuevas fronteras de la convivencia de la democracia en la participación y en la solidaridad para hacer en este marco la Argentina moderna que todos deseamos.* (19-12-85. Comemoração do centenário da fundação da cidade de Rio Gallegos, no extremo sul do país)

Ora, o grande paradoxo de um discurso que se diz *fundacional* é o fato dele se inscrever na história, negando-a. Dito de outra forma, na relação de sentido que um *discurso fundacional* estabelece com seu interdiscurso específico, um discurso que se auto-apresenta como *fundacional*, precisa produzir uma *ilusão de corte ou ruptura* com os processos de sentido sedimentados como memória discursiva. No DAL, esses cortes se realizam através de enunciados que desenvolvem breves narrações, organizando os principais fatos do acontecer político e social dos últimos 50 anos na Argentina.

57- La historia argentina en casi todo lo que va del siglo XX es la de un país cuyas relaciones sociales no han estado sujetas a un pacto de convivencia. Las múltiples luchas que precedieron el acceso al gobierno del radicalismo, la violenta restauración conservadora del '30, auspiciada por previos conflictos y perturbaciones del orden social, la irrupción del peronismo como fórmula frontalmente opuesta a las expresiones políticas pre-existentes, la posterior revancha antiperonista, constituyeron sucesivas manifestaciones de una misma indisponibilidad para convivir en un marco globalmente compartido de normas, valores e instituciones. Sobre este trasfondo histórico, caracterizado por la ausencia de un universo normativo globalmente reconocido e institucionalizado, sólo hubo lugar -salvo breves excepciones- para una ficción de democracia... En ese sentido, cabría decir que la democracia no debe ser restaurada sino construida en nuestro país. (1-12-85, DPN)

Na sequência discursiva 57- reconhecemos a presença dos processos discursivos que delimitam a FD ILUMINISTA/ELITISTA: é o funcionamento do discurso sobre a democracia agindo solidariamente com as formas de representação da temporalidade para configurar um eixo narrativo, que permite não só

interpretar como erros ou desvios as contradições próprias da luta social e política, mas sobretudo, apagar sua inscrição na memória discursiva como pontos de ancoragem para a representação de uma série diferente de continuidades, que possibilitaria considerar outros eixos narrativos a partir dos quais organizar relatos ou narrações antagônicas da história política recente na Argentina. O eixo narrativo privilegiado pelos enunciados do DAL consiste em reinvidicar como princípio legitimador da prática política a aceitação de *un marco globalmente compartida de normas, valores e instituciones*; de *un universo normativo globalmente reconocido e institucionalizado* (em 57-).

Colocamos anteriormente que as formas de representação da temporalidade no discurso manifestam a relação tensa que os enunciados do DAL estabelecem com seu interdiscurso específico. Assim, a partir do funcionamento de diversos rituais discursivos da continuidade, tais como a deixis discursiva e as narrações, e dos efeitos de esquecimento que eles produzem, o DAL representa uma *memória homogeneizada*, que se apresenta como evidência histórica. Ao abolir o passado mais recente como ponto de ancoragem para a série de continuidades temporais representadas entre o presente e o futuro, os enunciados do DAL delimitam um vazio ou abismo temporal, no qual a "história" e os argentinos teriam ficado imóveis, "adormecidos".

58- Estamos procurando entre todos que cada uno tenga su lugar, su lugar material, su lugar espiritual, su lugar en el devenir histórico, para que cada uno se sienta constructor de su

propio país, al mismo tiempo que trabaja para su felicidad. Estamos sin lugar los argentinos, hasta hace poco parecíamos sonámbulos y no participando en nuestro propio futuro. (12-10-85. Na Universidad Nacional del Sur em Bahía Blanca, Buenos Aires)

59- Los argentinos estamos soñando la construcción de la patria, tarea que no debimos haber abandonado jamás en la historia. Y como queremos hacerlo, hay un trípode esencial sobre el que debemos avanzar... Son, entonces, democracia, ética de la solidaridad y modernización los tres canales por donde vamos a ir desarrollando la Argentina de nuestros sueños; la Argentina sin embargo posible que vamos a construir entre todos. (12-10-85. Na Universidad Nacional del Sur em Bahía Blanca, Buenos Aires)

No recorte que reproduzimos acima, observamos que as formas de representação da temporalidade no discurso organizam os enunciados do DAL numa narração dividida em três "tempos históricos": um passado imediato -*hasta hace poco parecíamos* (em 58-); um presente de aspecto durativo -*estamos procurando entre todos que cada uno tenga su lugar* (em 58-), *los argentinos estamos soñando la construcción de la patria* (em 59), e um futuro também imediato -*vamos a ir desarrollando la Argentina; vamos a construir entre todos* (em 59-). Dentro dessa oposição, o passado recente aparece representado como um tempo de "sonhos perdidos, abandonados", de "sonámbulos esquecidos do futuro", em contraste com o presente que se apresenta como um luminoso despertar da história reencontrada com seus sonhos originários; o futuro, por sua vez, se apresenta como

continuidade do agir do presente, como realização dos sonhos esquecidos e agora retomados.¹⁰³

Em termos discursivos, esta representação da temporalidade no discurso se caracteriza por produzir determinados cortes na memória discursiva, que apagam a interincompreensão constitutiva estabelecida entre os enunciados das FDs que se confrontam ideologicamente numa determinada formação social. Assim, a representação de um trajeto temporal lacunar permite aos enunciados do DAL naturalizar um determinado relato da história argentina recente, apagando a existência de relatos antagônicos e evitando, desta maneira, estabelecer diretamente relações polêmicas com os enunciados de discursos determinados por FDs contrárias.

Na sequência discursiva que segue, aparece mais claramente manifesto este funcionamento das formas de representação da temporalidade como sintagmatização (isto é, linearização) no intradiscurso das relações de contradição, dominância e sustentação estabelecidas no interdiscurso entre enunciados inscritos em FDs diferentes:

60- Ya pasó la era en que se pudo llegar a creer que la felicidad del género humano estaba a la vuelta de un episodio absoluto, violento, definitivo, que al otro día inauguraría la vida nueva. La revolución no es eso, no lo ha sido nunca. Revolución es una etiqueta que los historiadores ponen al cabo de siglos a un proceso prolongado y complejo de transformación.

¹⁰³ Em Zoppi Fontana (1993) analisamos o funcionamento da metáfora do sonho nos enunciados do DAL.

Pero también se terminó la época de las pequeñas reformas, de la ilusión de que con correcciones mínimas se podía cambiar el rumbo de una sociedad que, como la nuestra, fue empujada paulatinamente al desastre. No hablemos ya de reforma ni de revoluciones, discusión anacrónica; situémonos, en cambio, en el camino acertado de la transformación racional y eficaz. (1-12-85. DPN)

Observe-se que a oposição entre os conceitos de *revolución* (violenta), *reforma* (mínima) e *transformación* (racional y eficaz), que se estabelece no nível interdiscursivo como uma relação de contradição ideológica entre posições de sujeito incompatíveis, é representada no fio do intradiscurso como uma oposição seqüencial entre "tempos históricos" diferentes e já superados: *ya pasó la era en que se pudo llegar a creer* (na revolução); *pero también se terminó la época de las pequeñas reformas*. Assim, as relações de polêmica estabelecidas entre perspectivas de enunciação diferentes, realizadas nos enunciados através das marcas de negação -*la revolución no es eso, no lo ha sido nunca*- e da conjunção adversativa -*pero también se terminó la época de las pequeñas reformas*- aparecem simuladas e "diluídas" pela modalização temporal dos enunciados. Vemos, então, como as formas de representação da temporalidade no discurso permitem que o DAL entre em confronto **indireto** com os enunciados de discursos antagônicos, sem estabelecer uma relação de polêmica aberta e reforçando, desta maneira, o efeito de "evidência histórica" produzido pelas representações temporais apresentadas.

Na seqüência discursiva 60- podemos também reconhecer a presença dos processos de abstração/universalização e do tom

didático que definem a FD ILUMINISTA/ELITISTA. Através destes funcionamentos, se configura a perspectiva de enunciação de um sujeito do saber, a partir do qual o sujeito do DAL enuncia. É justamente como efeito do funcionamento solidário dos processos discursivos da FD ILUMINISTA/ELITISTA e das formas de representação da temporalidade na, que a relação passado (anacrônico) e presente (acertado) se apresenta em 60- como se fosse uma "evidência histórica", passível de ser reconhecida por qualquer um.

Apesar das marcas da 1ª pessoa plural, é esta mesma perspectiva de enunciação oní-histórica a mobilizada pela última formulação da sequência discursiva: *no hablemos ya de reforma ni de revoluciones, discusión anacrónica; situémonos, en cambio, en el camino acertado de la transformación racional y eficaz*. O sujeito do DAL aparece assim representado como "situado" num ponto do trajeto temporal que lhe permite ter uma visão global do passado -*ya pasó, se terminó*- em sua totalidade -*la era, la época*-, mas também uma (pre)visão do futuro -*camino* sugere uma continuidade que implica deslocamentos; *transformación* refere a um processo que também implica deslocamento (*trans*).

Observemos o funcionamento dos verbos: *hablemos, situémonos*. As formas verbais do imperativo em 1ª pessoa plural constituem um espaço semântico privilegiado para estudar os efeitos-sujeito produzidos como consequência dos processos contraditórios de identificação que operam sobre o sujeito

enunciador, constituindo-o como forma-sujeito em relação a FDs contrárias.

Já analisamos anteriormente o funcionamento destas formas verbais. Por exemplo, nas formulações que reproduzimos a seguir, retiradas de seqüências discursivas já analisadas (a referência aparece entre parênteses:

I (em 32-) Creo que tendríamos que acostumbrarnos todos a no hablar más de salarios reales...

II (em 33-) Debemos reconocer que hay dos actitudes posibles en tiempos de crisis...

III (em 37-) Todas debemos comprender que la paz que buscamos...

IV (em 38-) ...en la medida en que como personas individuales y como cuerpo social, vayámonos capacitándonos en el ejercicio de las virtudes ciudadanas...

Nas análises já feitas, demonstramos que as seqüências que incluem as formulações citadas acima se constituem a partir do funcionamento de enunciados divididos, determinados simultaneamente pelas duas FDs que afetam o DAL. Por um lado, observamos, o funcionamento das formas do nós, especificadas pelo quantificador *todos*, como marca dos processos discursivos da FD PACTISTA/IGUALITARIA. Por outro lado, identificamos funcionamentos que configuram os enunciados a partir do tom didático, próprio do ethos discursivo da FD ILUMINISTA/ELITISTA. Esta dupla determinação sofrida pelos enunciados nos permitiu estudar a tensão referencial que afeta as formas do imperativo em 1ª pessoa plural, enquanto uma das formas de representação do sujeito do DAL.

Observamos que esse funcionamento se caracteriza por produzir uma representação do sujeito do DAL que ao mesmo tempo inclui o alocutário e exclui ao locutor do referente discursivo designado pelas formas do *nós*. Seja porque o locutor apareça subsumido na perspectiva de enunciação de um sujeito do saber (como em I-, III- e IV), seja porque ele se identifique com a perspectiva de um enunciador genérico representado como "voz da história" (como em II-), a posição de sujeito delimitada pelos processos contraditórios que definem as FD ILUMINISTA/ELITISTA e PACTISTA/IGUALITARIA se apresenta como já legitimada fora e antes da relação de interlocução pressuposta pelas formas do imperativo em 1ª pessoa plural.

Em outras palavras, estas formas do imperativo, por efeito da interferência dos processos da FD ILUMINISTA/ELITISTA sobre enunciados determinados predominantemente pela FD PACTISTA/IGUALITARIA, servem de base material para a produção do efeito de *ilusão de exterioridade*, que constitui o objeto de nossa reflexão.

As formas de representação da temporalidade participam na produção deste efeito-sujeito, na medida em que, como diz Geffroy (1984), os imperativos em 1ª pessoa plural representam um *nós* a ser realizado no futuro, quando a ação referida pelo verbo vier acontecer.¹⁰⁴ É o que observamos na sequência

¹⁰⁴ No seu trabalho sobre o *nós* político, Geffroy (1984:78) explica que "*il s'agit d'un NOUS à venir, qui ne prendra réalité que si l'opération exprimée par le verbe est accomplie dans l'après de l'acte d'énonciation*".

discursiva 60-: a escansão do "tempo histórico" em diferentes momentos e a possibilidade de definir o "caminho certo" a partir de uma avaliação de cada um desses momentos, pode se realizar porque o sujeito do DAL se representa como quem "já chegou lá" e, portanto, é capaz de indicar o que fazer. Assim, as formas *hablemos*, *situémonos*, sob a ilusão de uma posição partilhada pelo presidente e a população, só refere de fato a esta última; a força ilocucionária do imperativo não atinge o locutor, que "sempre já fala" de *transformación racional y eficaz* e que "sempre já está situado" no *camino* que permitirá realizá-la.

Voltemos ao recorte constituído pelas seqüências discursivas 57-, 58- e 59 e à questão que levantamos sobre a representação do "tempo passado" no DAL. Se, como já vimos, as formas de representação da temporalidade no DAL delimitam uma "lacuna temporal", isto é, se o passado recente pode ser representado como interrupção ou desvio de um determinado trajeto histórico, é porque se pressupõe uma linha de continuidades que se originaria num "tempo histórico" anterior a esse passado, que está sendo representado como corte ou ruptura. Este "tempo" anterior pressuposto constitui o outro extremo da escala de longa duração que funciona como marco temporal das formas de representação da temporalidade no DAL.

A deixis fundadora é o funcionamento discursivo que permite construir no DAL as representações desse passado originário, com o qual o DAL estabelece relações de continuidade. Dois são

os momentos da história argentina recuperados pelo funcionamento da deixis fundadora como *cenos fundadoras*:

a- os anos da "organização nacional", iniciada com a sanção da Constituição Nacional em 1853 mas principalmente desenvolvida durante as presidências da chamada "generación del '80" no fim do século passado.¹⁰⁵

b- os anos da chegada das grandes massas imigratórias de origem europeia, ocorrida também no fim do século passado e começo deste.¹⁰⁶

Ambos os momentos partilham o caráter *fundacional*; o primeiro, porque é a partir dele que a Argentina adquire unidade como nação, após mais de trinta anos de guerras internas; o segundo, porque possibilita a ocupação definitiva da terra e o começo de uma cultura agrícola, oposta à tradição pecuária até então hegemônica. Nos enunciados do DAL, o primeiro momento aparece identificado como a etapa dos *fundadores da pátria* e a deixis discursiva recupera fatos inscritos na memória coletiva pelo trabalho da historiografia oficial. O segundo momento é identificado como a etapa dos

¹⁰⁵ Segundo Jitrik (1982) a "generación del '80" se caracteriza por aderir ao liberalismo político-econômico, que encontra no positivismo spenceriano sua sustentação filosófica. O autor afirma que a "generación del '80" constituiu uma classe nacional fundada na posse da terra, na atividade pecuária, no culto a Europa e na fé no progresso indefinido.

¹⁰⁶ A imigração massiva de europeus para trabalhar no campo era promovida pelo Estado através do assentamento de colônias no interior do país. Panettieri (1986) identifica duas ondas imigratórias: de 1881 a 1889, a primeira; de 1903 a 1913, a segunda.

pioneiros e recupera um anedotário de cenas guardadas pela memória familiar. Assim, o DAL legitima sua prática política através da representação de uma linha de continuidade com as cenas quase míticas da fundação da Argentina "moderna", cenas que encontram seu ponto de ancoragem na frieza institucional da memória de Estado e no doce aconchego da memória familiar.¹⁰⁷

Observemos o recorte que segue:

61- (Este 29 Congresso Pedagógico) está llamado a enfrentar un desafío tan grande como el que encaró hace ya más de un siglo el primero. Hoy como entonces, el país vive un momento crucial de su propio destino, urgido a emprender una profunda tarea de renovación educativa exigida por la clausura de un ciclo histórico y la apertura de otro en la vida nacional. Aquel Congreso de 1882...se celebró...con miras a elaborar una propuesta educativa ajustada a los requerimientos de un país que acababa de ingresar a la etapa de su autoconstrucción tras el largo periodo de luchas civiles que culminó con la unidad nacional. Quienes se reunieron en ese encuentro representaban una generación pionera en la labor de dar forma a un país por cuya independencia habían combatido sus padres y sus abuelos. Nuestra generación tiene a su cargo una responsabilidad fundacional...Este 29 Congreso Pedagógico Nacional está llamado a plasmar una idea de nación con proyecto educativo para el siglo XXI. (4-4-1986. Abertura do 29 Congresso Pedagógico Nacional realizado em Buenos Aires com a presença de representantes de todo o país)

62- Llegar a Entre Rios es meterse ne la historia de la organización nacional. Y llegar a una ciudad entrerriana como Diamante hoy, en su 150º aniversario, significa antes que nada rendir homenaje a las generaciones que con su esfuerzo, con su sacrificio nos dieron esta Argentina que debemos proyectar hacia los muchachos que han de seguirnos...Creo que sirve en consecuencia esta

¹⁰⁷ Utilizamos as expressões *memória de Estado* e *memória familiar* no sentido de efeitos de memória, definido anteriormente.

conmemoración...para buscar a través de las responsabilidades que nos plantean 150 años de historia, conductas de futuro que nos impulsen a cada uno y al conjunto a actuar con el mismo esfuerzo, con el propósito de que en su turno, cuando nuestros nietos festejen nuevos aniversarios, sencillamente en cada sitio de la República nos recuerden con la misma devoción y el mismo sentimiento de gratitud con que hoy recordamos a nuestros abuelos. De nada más y nada menos se trata, de saber que somos una continuidad en la historia, de comprender también que la respuesta deba ser dada de acuerdo con las circunstancias especiales que en cada época se han vivido. Hay que ir a la modernización de nuestro país, sacudir las trabas absurdas...De esto se trata, de ser simplemente continuadores de la obra de nuestros mayores. (27-2-86. Ato de comemoração na praça pública do 150º aniversário da fundação da cidade de Diamante, Entre Ríos)

63- Quienes a través de mucho esfuerzo y circunstancias, desde luego, mucho más difíciles de las que nosotros vivimos, y a través de generaciones nos legaron esto que hoy disfrutamos, que aún disfrutamos en términos o períodos de crisis como los que hoy vivimos; lucha brava de pioneros que llegaron aquí en busca de su propia realización, quizás sin darse cuenta que a través de esa realización personal iban a ir construyendo una patria nueva, orgullosa de su destino y segura de su futuro. Así nos han legado todo lo que hoy es San Francisco; por ejemplo, aquellos piamonteses que un día vinieron a estas tierras y fueron hábiles en la industria, tenaces en el surco, y nos dieron las fábricas, los campos y la primera máquina de coser, fabricada acá en la Argentina y el primer torno argentino...Y por qué no recordarlo, si todos la disfrutamos, su bagnacauda... Estos homenajes (expressam) nuestra propia voluntad de seguir en el camino, de hacer el esfuerzo necesario para dejarles a nuestros hijos y a nuestros nietos, un San Francisco mejorado, modernizado, en definitiva, un país que se acerque cada vez más a su destino, el que soñaron los hombres que nos dieron nuestra nacionalidad, la Argentina fuerte, generosa, fraterna y solidaria que debemos construir entre todos sin división de ninguna naturaleza. (9-9-86. Ato de comemoração pelo centenário da fundação da cidade de San Francisco, Córdoba)

Observamos, neste recorte, como o DAL mobiliza uma deixis fundadora que lhe permite não só reforçar o efeito *fundacional* por ele produzido, mas legitimar essa "fundação" inscrevendo-a num processo fundador mais vasto, cuja origem coincide com as origens da nação. Assim, recupera-se uma memória anterior, que permite ao DAL se apresentar como *segundo momento fundacional*, já previsto no primeiro momento; as "fundações alfonsinistas" seriam, então, uma *continuação* desse processo iniciado no século passado e ainda não concluído.

O funcionamento da deixis fundadora permite estabelecer uma linha imaginária de continuidades históricas, condição esta necessária para construir uma representação do "tempo histórico" como sequência homogênea e linear. Ela também permite ao DAL sobrepor à situação de enunciação atual, a cena originária e mistificada da "fundação da nação". Para isso, as formulações apresentam diferentes mecanismos de *presentificação* dos enunciados, como por exemplo na sequência discursiva 61-: uso de frases comparativas (*tan grande como, hoy como entonces*), de pares de advérbios opostos deiticamente, sejam demonstrativos (*aquel, este*), sejam temporais (*hace ya más de un siglo, entonces-hoy*); repetição de um mesmo verbo em tempos diferentes (*necesitó, necesita*) ou substituição de um verbo por outro sinónimo ou equivalente (*encardó, llamar a enfrentar*); utilização de paráfrases (*con miras a elaborar una propuesta educativa ajustada a los requerimientos de un país; llamado a plasmar una idea de nación con proyecto educativo*). Desta

maneira, a deixis fundadora, funcionando como ponto de condensação de uma série de mecanismos de presentificação, produz o efeito de uma história que se repete indefinidamente, ou, dito de uma outra maneira, de um **passado presentificado** que funciona como princípio legitimador da prática política defendida pelos enunciados do DAL.

No recorte que reproduzimos acima, a sequência discursiva 61- apresenta a deixis fundadora ancorada em elementos que fazem parte do que chamamos *memória do Estado*. Pelo contrário, a sequência 63- recupera para o espaço público cenas da memória familiar. A sequência 62- mobiliza ambos espaços de memória, apresentando um funcionamento "híbrido" da deixis fundadora.

No recorte que estamos analisando podemos observar, também, a relação estabelecida entre as formas de representação da temporalidade organizadas como deixis fundadora e as formas de representação do sujeito. Em 61- aparecem explicitados os dois extremos da escala temporal de longa duração que serve de marco ao funcionamento das formas de representação da temporalidade no DAL. Por um lado, *un desafío tan grande como el que encaró hace ya más de un siglo el primero* (Congresso pedagógico); por outro lado, *una idea de nación con proyecto educativo para el siglo XXI*. A partir desta representação do trajeto histórico, os enunciados do DAL configuram uma perspectiva de enunciação que "trascende" as coordenadas temporais da situação de enunciação. Só quem é capaz de enxergar a totalidade do trajeto histórico e de (re)conhecer, graças a essa "visão oni-

histórica", a "direção" e o "fim" do acontecer histórico, pode distinguir os diferentes "ciclos" que o conformam e avaliar sua importância relativa. É a partir desse imaginário "excedente de visão" que é possível identificar o "tempo histórico atual" como *un momento crucial de su propio destino (del país)...urgido por la clausura de un ciclo histórico y la apertura de otro en la vida nacional.*

Em 62-, a representação da perspectiva de enunciação a partir da qual o sujeito do DAL enuncia não mobiliza a representação de um percurso temporal definido cronologicamente (como em 61-: *1882, hace ya más de un siglo, siglo XXI*), mas a apresentação de uma genealogia familiar: *las generaciones...que nos dieron esta Argentina que debemos proyectar hacia los muchachos que han de seguirnos; nuestros nietos...nos recuerden con la misma devoción...con que hoy recordamos a nuestros abuelos.*

Assim, os enunciados do DAL (em 62- e também em 63-) constituem a representação do sujeito do discurso a partir do reconhecimento de uma linhagem de sangue que se projeta do passado para o presente e que funciona como espaço de legitimação do fazer social e político. O apelo a uma temporalidade que, embora inscrita no espaço institucional, tem sua origem nas memórias familiares dos argentinos (na sua grande maioria descendentes de imigrantes) permite aos enunciados do DAL representar o projeto de modernização como predestinação e como legado dos ancestrais: *un San Francisco*

mejorado, modernizado, en definitiva, un país que se acerque cada vez más a su destino, el que soñaron los hombres que nos dieron nuestra nacionalidad (em 63-). Desta maneira, o sujeito do DAL, representado pelas formas do **nós todos coletivo** - *debemos construir entre todos sin división de ninguna naturaleza* (em 63-)-, que caracteriza o funcionamento dos enunciados predominantemente afetados pela FD PACTISTA/IGUALITARIA, apesar de ser apresentado como "intérprete da história" -*de nada más y de nada menos se trata, de saber que somos una continuidad en la historia* (em 62-)- não se representa como sendo diferente aos demais participantes do acontecimento discursivo. Não é uma "visão oni-histórica" exclusiva do sujeito do DAL (como em 61-), mas um compromisso de sangue partilhado por todos os argentinos -*de esto se trata, de ser simplemente continuadores de la obra de nuestros mayores* (em 62-), o fator que impele a prática política numa determinada direção: a modernização do país.

No começo deste trabalho nos colocamos uma questão que tem norteado até aqui as análises realizadas: através de que mecanismos de interpelação política o *discurso sobre a modernização*, que supõe um sujeito universal de saber identificado com a voz da razão instrumental, se articula numa cena enunciativa constituída imaginariamente como uma relação de interlocução/diálogo do líder com o povo, dentro da qual o

sujeito do discurso é representado como o "mandatário do povo", como "porta-voz" da cidadania?

A resposta que podemos arriscar agora é: através do funcionamento das formas de representação da temporalidade no discurso.

Na segunda parte deste trabalho analisamos o funcionamento das diferentes formas de representação do sujeito do DAL em relação aos processos discursivos que delimitam as duas FDs que determinam os enunciados do DAL. Observamos que o núcleo temático da *modernização* se desenvolve principalmente através de enunciados afetados pela FD ILUMINISTA/ELITISTA. Esses enunciados incorporam o tom didático que caracteriza o ethos discursivo desta FD e funcionam, assim, sob a modalidade de enunciados definidores que mobilizam um enunciador universal representado como sujeito do saber. Assim, o sujeito do DAL pode não aparecer representado como locutor dos enunciados, ficando subsumido na perspectiva de enunciação desse enunciador universal mobilizado pelos enunciados. O núcleo temático da *modernização*, então, se inscreve no DAL como um *discurso sobre a modernização* a partir do qual não só a função enunciativa que define a figura do porta-voz é revertida, isto é, passa a se representar como *destinação* da palavra política do líder para o povo, mas também é colocada em xeque a ilusão de simetria e semelhança que identifica o locutor com o grupo dos

alocutários, legitimando desta maneira a posição do sujeito do DAL como porta-voz da cidadania.

O funcionamento dos enunciados que apresentam como efeito de sentido uma representação da temporalidade ontologizada não modifica muito o quadro de funcionamentos discursivos descrito acima. Neste caso, as formas de representação da temporalidade no discurso se somam ao funcionamento das formas de representação do sujeito do discurso, para produzir a perspectiva de um enunciador genérico, cujo "olhar" ou "visão onihistórica" o diferencia dos demais participantes no acontecimento discursivo.

Nos dois casos que acabamos de lembrar, o núcleo temático da *modernização* é desenvolvido por enunciados que supõe a representação de um "sujeito da Razão": a racionalidade do conhecimento, no primeiro caso; uma suposta racionalidade da história, no segundo caso.

Afirmamos repetidas vezes no curso do trabalho que o sujeito do DAL é constituído em relação às posições de sujeito estabelecidas nas duas FDs contrárias que determinam os enunciados do DAL: a FD ILUMINISTA/ELITISTA e a FD PACTISTA/IGUALITÁRIA. Essa dupla determinação dos enunciados produz uma tensão referencial no funcionamento das formas de representação do sujeito que reflete a contradição -nunca resolvida- que afeta os processos de identificação/interpelação ideológica a partir dos quais se constitui o sujeito do DAL. Relacionamos essa contradição constitutiva do sujeito do DAL

com o funcionamento contraditório da figura do porta-voz enquanto uma das formas históricas de representação do sujeito da enunciação política, contradição que seguindo Pêcheux (1982) chamamos *dupla visibilidade* e que se define como um movimento pendular de inclusão/exclusão do porta-voz no/do grupo por ele representado.

Contudo, nas colocações feitas logo acima sobre o desenvolvimento do núcleo temático da *modernização* nos enunciados do DAL observamos sua determinação pelos processos discursivos que delimitam a FD ILUMINISTA/ELITISTA, sendo configurado, desta maneira, como um *discurso sobre a modernização*. Como já vimos, é próprio do funcionamento dos discursos sobre simular uma imaginária relação de interlocução que se define pelas posições assimétricas e não reversíveis ocupadas pelo locutor e os alocutários/destinatários. O sujeito do DAL fica assim representado na superfície lingüística por uma série de designações que o identificam com o "mestre/especialista", seja porque enuncia a partir da perspectiva de um sujeito universal do saber, seja porque se representa como o enunciador genérico que "dá voz à História".

Ora, se consideramos o funcionamento contraditório da figura do porta-voz e a contradição constitutiva que afeta o sujeito do DAL, observamos que a focalização do DAL no núcleo temático da *modernização* ocorrido durante o 2º momento discursivo desbalança marcadamente o relativo equilíbrio estabelecido entre os processos de identificação (espaço

semântico do mesmo) e os processos de diferenciação (espaço semântico do diferente) que produzem a dupla visibilidade do porta-voz, como ator e testemunha do acontecimento discursivo. A dominância dos processos discursivos da FD ILUMINISTA/ELITISTA sobre os processos discursivos da FD PACTISTA/IGUALITARIA colocam perigosamente em evidência a necessária ilusão de consenso que legitima a posição do sujeito do DAL como porta-voz dos argentinos. Sem a participação de funcionamentos discursivos que "contrabalancem" esta configuração discursiva, a reversão da função enunciativa ficaria abertamente manifesta e o funcionamento da figura do porta-voz como *mediação* da palavra política seria, então, questionado. Logo, o *discurso sobre a modernização* produziria a separação definitiva da *língua do saber político* em relação à *língua legítima do povo*, impondo os processos de metáfora política como mecanismos de representação/interpelação política.

Porém, isto não acontece nos enunciados do DAL. A contradição constitutiva que determina os processos de identificação ideológica a partir dos quais se constitui o sujeito do DAL não é, de fato, nunca resolvida. Se, como já demonstramos, no 1º momento discursivo foram os funcionamentos enunciativos da *retórica do povo em ato* os que garantiram a ilusão de consenso sobre a qual se fundam os mecanismos de interpelação política realizados pela figura do porta-voz, no 2º momento discursivo é o funcionamento das formas de

representação da temporalidade como *gesto fundacional* o que assegura relação de semelhança e de identificação que permite ao sujeito do DAL continuar sendo representado como porta-voz da cidadania.

O funcionamento da deixis fundadora em relação à representação dos "tempos passados" permite criar um espaço mítico de identificação, onde os argentinos, reconstruídos com suas raízes históricas (memória do Estado) e principalmente genealógicas (memória familiar), coincidem num mesmo projeto de futuro, já previsto e já traçado naquela época originária.

Apresentada assim temporalmente, a temática da *modernização* se desenvolve nos enunciados do DAL como um relato, como uma narração que é ao mesmo tempo lembrança, reminiscência, de um destino por todos conhecidos, mas por todos também esquecido, nos momentos de confusão e obnubilação que nos fizeram, aos argentinos, "perder o rumo" durante os últimos 50 anos. O sujeito do DAL, como porta-voz e herdeiro dos "nossos maiores", heróis da Pátria e avós amados, simplesmente nos lembra dessa nossa comum obrigação: dar continuidade à obra dos que nos precederam no tempo. O que não significa mais do que realizar um destino que "já nos está esperando".

64- *Es necesario una empresa heroica de los argentinos, que no puede ser llevada adelante por un solo sector, ni político, ni ideológico, ni social. Tiene que ser la empresa de todos los argentinos resueltos a hacer el esfuerzo necesario para concretar los sueños de los hombres que nos dieron la nacionalidad. Una empresa heroica que nos permita (ir)...hacia un destino que nos está esperando, es seguro el destino de grandeza que nuestros hijos van a ver*

en la República. Por estos valores vamos a luchar, para defenderlos estamos todos convocados; yo no los convoco, argentinos, los convoca a todos la Historia, los convoca el futuro, los convoca la dignidad nacional, los convocan nuestros hijos. (23-3-84. Alocução presidencial pronunciada da sacada da Casa Rosada para a multidão reunida na Plaza de Mayo, durante a comemoração dos 100 primeiros dias da Democracia).

Através do jogo das formas de representação da temporalidade no discurso, o sujeito do DAL se representa como intérprete do passado originário -*los sueños de los hombres que nos dieron la nacionalidad*- e do futuro predestinado por esse mesmo passado -*un destino que nos está esperando*. Dotado de uma visão antecipada -*es seguro el destino de grandeza que nuestros hijos van a ver*-, mas firmemente ancorado na representação de laços familiares -*nuestros hijos*- e no funcionamento discursivo do **todos** coletivo -*la empresa de todos los argentinos...empresa heroica que nos permita*-, o sujeito do DAL aparece, assim, representado como **porta-voz da História**, sem por isso romper as relações de identificação com os alocutários, que o legitimam na sua função de **porta-voz dos argentinos**:

Por estos valores vamos a luchar, para defenderlos estamos todos convocados; yo no los convoco, argentinos, los convoca a todos la Historia, los convoca el futuro, los convoca la dignidad nacional, los convocan nuestros hijos. (em 64-).

QUARTA PARTE**ULTIMA PARADA**

CRONICA DE UMA MODERNIDADE ANUNCIADA

*Construir nuestro propio relato
para que no nos puedan seguir
arrojando retazos de la historia
sobre nuestra desmemoria. (Carlos
Alvarez, El peronismo, la
modernidad y la crisis de la
política).*

No início desta caminhada reflexiva, nos colocamos certas questões sobre o funcionamento do discurso político latino-americano nos agitados anos de volta à democracia. Na nossa reflexão, nos servimos do conjunto de alocuções pronunciadas pelo presidente argentino Raúl Alfonsín de dezembro de 1983 a julho de 1989, como material de análise para evidenciar funcionamentos, que acreditamos sejam representativos do discurso dos chamados *governos de transição* da região.

O nosso interesse estava centrado especificamente em compreender como a temática da *modernização*, desenvolvida por estes discursos, se inseriu num clima e num cenário político de euforia participativa -resultado das grandes mobilizações populares durante as campanhas eleitorais-¹⁰⁸, no qual a volta ao sistema democrático se representou como o tempo e o espaço político para expressar e sobretudo satisfazer os reclamos sociais de todo tipo abafados pelas ditaduras. A pergunta que se nos apresentava era: como o DAL articula uma proposta de modernização do país, focalizada principalmente em assuntos de

¹⁰⁸ No caso do Brasil, esse estado de mobilização política popular foi resultado da campanha pelas diretas já.

administração do Estado, num corpo de enunciados produzidos como "retomada/tradução" das demandas populares? Dito de uma outra maneira, nos interessava observar, no DAL, os mecanismos de interpelação política que intervêm na reformulação/transformação do enunciado chave dos comícios alfonsinistas durante a campanha eleitoral: *con la democracia se come, se vive, se educa*, que já na metade do mandato presidencial (1986) aparece formulado como: *la democracia moderna nace bajo el signo de la esencial igualdad de los hombres en tanto sujetos jurídicos y políticos* (em 24-, 2ª parte do trabalho).

Vimos que a figura do porta-voz se institui como o mecanismo de interpelação política a partir do qual os enunciados do DAL se organizam numa determinada configuração discursiva, que embora tenha apresentado certas mudanças ao longo dos anos, se manteve essencialmente estável em relação às FDs envolvidas e às posições de sujeito nelas estabelecidas.¹⁰⁹

Retomando as colocações de Guilhaumou (1989), observamos que a figura do porta-voz é, no DAL, o "pivô enunciativo" em torno do qual se estruturam as relações entre os cidadãos e seu

¹⁰⁹ Como demonstramos através das análises realizadas, essas mudanças consistiram na relação de dominância estabelecida entre os processos discursivos que delimitam cada FD, sendo a FD PACTISTA/IGUALITARIA a dominante no primeiro momento discursivo e a FD ILUMINISTA/ELITISTA, no segundo. No terceiro momento discursivo a relação entre ambas FDs foi mais diretamente afetada pelas constantes variações na conjuntura econômica e política, embora possa observar-se nos enunciados do DAL um retorno compulsivo a funcionamentos que constituem a retórica do povo em ato, característica do primeiro momento discursivo.

legítimo representante: o presidente Alfonsín. Assim, as relações estabelecidas entre ambos são definidas a partir da tensão produzida entre *processos de metonímia* ou *de metáfora da enunciação política*: a "palavra" do presidente/líder representada como *tradução* ou como *substituição* da "palavra" do "povo", respectivamente. Como já vimos, estes processos decidem a orientação da função enunciativa que define o funcionamento da figura do porta-voz: 1- direção "povo-líder" quando os processos de metonímia são dominantes, isto é, quando essa função é representada como uma atividade de *tradução*; 2- direção "líder-povo", quando são os processos de metáfora política os que predominam, sendo representada, então, a função enunciativa como uma atividade de *substituição*.

Ora, todo o trabalho de análise que realizamos até aqui foi orientado para demonstrar, justamente, que o funcionamento da figura do porta-voz, enquanto uma das formas históricas de representação do sujeito da enunciação política, se caracteriza por condensar e contrapor, num mesmo espaço referencial, processos de identificação e de diferenciação do porta-voz em relação ao grupo enunciatário por ele representado. Processos que definem a *dupla visibilidade* do porta-voz como ator participante no acontecimento discursivo -e neste sentido, como par ou igual dos demais atores sociais por ele representados- e como testemunha deste mesmo acontecimento -neste sentido, o porta-voz se diferencia do resto do grupo por sua capacidade de

produzir um "olhar reflexivo", ou seja, um certo tipo de conhecimento, sobre o acontecimento discursivo.

Foi considerando esta contradição constitutiva que afeta o funcionamento da figura do porta-voz, que percorremos os enunciados do DAL acompanhando os deslocamentos produzidos nas formas de representação do sujeito do discurso. Assim, podemos observar que, embora ancoradas nos funcionamentos enunciativos que constituem a *dupla visibilidade* do sujeito do DAL como porta-voz dos argentinos, as diferentes formas de representação do sujeito do DAL apresentam uma contradição referencial, cuja causa efetiva se encontra nos processos de interpelação ideológica que determinam/constituem o sujeito do discurso como forma-sujeito em relação a uma determinada FD. A *dupla visibilidade* da representação do sujeito do DAL como porta-voz funciona, então, como sintoma de sua inscrição em posições de sujeito ideologicamente opostas, estabelecidas em FDs contrárias.

Porém, o que caracteriza o DAL é o fato desta contradição não ser nunca resolvida numa única direção. Seus efeitos se manifestam tanto no funcionamento das formas de representação do sujeito do DAL, quanto no funcionamento das formas de representação da temporalidade no discurso, e ainda nas relações de encaixe e articulação sintáticos que estruturam as formulações. É esta ambivalência semântica, enunciativa, mas principalmente, ideológica, a base de sustentação discursiva do núcleo temático da *modernização* nos enunciados do DAL.

Por um lado, a temática da *modernização* se inscreve nos enunciados do DAL como um *discurso sobre a modernização*, articulado com um *discurso sobre a democracia*, ambos produzidos a partir das posições de sujeito delimitadas pela FD ILUMINISTA/ELITISTA. Como efeito desta configuração discursiva, observamos um deslizamento da definição de modernização e de democracia da ordem do econômico e do político para a ordem do cultural.

Nossas análises sobre as formas de representação do sujeito nos permitiram observar este deslizamento através da alternância, nos enunciados do DAL, entre a forma do *todos coletivo* e a forma do *cada um universal*. Mostramos que o funcionamento destas formas manifesta, na verdade, definições contraditórias de *cidadão* e de *prática política*. Por um lado, uma noção de cidadania, na qual os indivíduos se enfrentam como sujeitos comprometidos com um *fazer político*, intervindo ativamente na sociedade. Por outro lado, uma noção de cidadania, na qual os indivíduos são interpretados como *elementos singulares e intercambiáveis* de uma mesma classe conceptual.

Esta interferência ou cruzamento discursivo permite a reformulação ético-jurídica¹¹⁰ do enunciado da campanha

¹¹⁰ Haroche (1884) aponta para o funcionamento da indeterminação em relação a questão do sujeito. A autora reconhece um efeito de individualização e "passivização" produzido através de formas linguísticas indefinidas do tipo *cada um, qualquer um, quem quer que seja*, que funcionam como índice da intrincação do jurídico como o político. Este efeito é denominado por Fêcheux (1875) *nécessidade* de

eleitoral: *con la democracia se come, se vive, se educa*. O discurso sobre a modernização atua determinando o referente discursivo para o conceito de *democracia*, definido, pela sua vez, a partir dos funcionamentos do discurso sobre a *democracia*. Assim, a *democracia* se define como um sistema moderno de valores e regras de jogo a serem interiorizados por cada um dos cidadãos. Uma qualidade de *ser-democrático*, que constitui os cidadãos em *sujeitos democráticos*. Isto exige, segundo o DAL, uma mudança radical da *mentalidade coletiva*; mudança que, como já vimos, consiste principalmente na *modernização* das formas de pensar e fazer política.

Desta maneira, o discurso sobre a modernização impõe uma representação da luta social e política como racionalização do conflito, produzida a partir de mecanismos institucionais *aggiornados* e de uma *nova cultura política*, fundada num conjunto de valores ético-morais universalmente aceitos. Logo, a *democracia* deixa de ser interpretada como uma condição de possibilidade para exigir do Estado respostas concretas para as demandas sociais, para representar-se como uma demanda do Estado aos cidadãos para possibilitar a ação de governo. Os princípios de legitimação do fazer político "em democracia" são, assim, reformulados a partir de uma ressignificação do conceito de *modernização*, que enfatiza os aspectos culturais e institucionais sobre os econômicos e tecnológicos,

intercambiabilidade dos sujeitos e ele também se manifesta na gramática e na lógica.

tradicionalmente predominantes nos discursos sobre a modernização de cunho liberal e/ou desenvolvimentista.

Por outro lado, os enunciados do DAL que desenvolvem o núcleo temático da modernização, recuperam as representações temporais que caracterizam a filosofia da história fundada pela modernidade¹¹¹, que desenha uma imagem do "tempo histórico" como seqüência linear, homogênea e progressiva, na qual o "fim" -o progresso indefinido-, sempre fugidio, orientaria evolutivamente os processos históricos.

No DAL, a essa representação da temporalidade se acrescenta uma justificação mítica para a suposta "orientação da história", cuja teleologia estaria já inscrita nas mesmas origens. A proposta de modernização do país fica assim naturalizada: 1- como "necessidade histórica", a partir da representação de um futuro imanente ao presente (e ao passado), e 2- como "herança ou legado dos ancestrais, heróis fundadores da pátria", a partir de um passado (e uma "história") comum(ns) legitimado(s) por vínculos de sangue. Assim, a incompletude e indeterminação temporal mobilizadas pelo imaginário político da transição são preenchidas pelos funcionamentos que configuram o *gesto fundacional* dos enunciados do DAL: a temática da modernização se impõe como novo relato da história política

¹¹¹ Casullo (1984:16-18) utiliza a denominação *ethos moderno* para referir a esta imagem temporal elaborada pelo discurso da modernidade, que se impõe como uma *escritura civilizatoria...que simula dejar atrás todos los tiempos, voltear las viejas narraciones que representaban al mundo... (postulando) un teleológico horizonte para la realización de la historia.*

argentina. Relato que, pela desqualificação e apagamento do passado recente, invalida projetos de futuro diferentes.

Vários são os funcionamentos que participam na construção desse novo relato: a *retórica do povo em ato* em relação às formas de representação do sujeito; o *gesto fundacional* em relação às formas de representação da temporalidade no discurso e o *tom didático* em relação ao ethos discursivo. Todos estes funcionamentos se manifestam na superfície discursiva através de diferentes formas, determinadas pelos processos discursivos das FDs que afetam os enunciados e o sujeito do DAL.

Reconhecemos, então, que a especial configuração discursiva do DAL, e especificamente, o cruzamento do *discurso sobre a modernização* com o *discurso sobre a democracia*, é resultado das tensas relações de força que intervêm no DAL como condições de produção dos enunciados.

Neste sentido, o *discurso sobre a modernização* pode ser interpretado como efeito necessário das relações estabelecidas entre os enunciados do DAL e a *interincompreensão discursiva*, que os relacionam com o seu interdiscurso específico. Assim, o *discurso sobre a modernização* e os demais funcionamentos discursivos que desenvolvem o núcleo temático da *modernização* não fazem mais do que evidenciar a contradição ideológica que atravessa constitutivamente o sujeito do DAL, enquanto sujeito de uma prática política específica na especial conjuntura sócio-histórica dos chamados *governos de transição*. Ante as relações contraditórias que se estabelecem entre os enunciados

no interdiscurso, o DAL constrói uma representação parcial e homogenizada da memória discursiva, sustentada na imagem de um "tempo" em progressão linear, capaz de ser capturado por uma narração histórica sem falhas.

NOS POLITICO, EU SUPREMO

Decía Erich Fromm que la historia de la humanidad es un cementerio de civilizaciones; de civilizaciones que, en definitiva, no lograron salvarse de sus propias contradicciones. (Raúl Alfonsín, 12-6-84. Ante o Parlamento espanhol).

No começo deste trabalho, colocamos que nossa reflexão se constitui como uma maneira de pensar a linguagem que é, por sua vez, uma maneira de entender o político. Reciprocamente, nosso gesto de interpretação do acontecer político se funda num trabalho teórico e analítico sobre o funcionamento de diversos fatos de linguagem. Daí a nossa identificação com os pressupostos teóricos e epistemológicos que definem a Teoria de Análise do Discurso, desenvolvida a partir das propostas de Michel Pêcheux.

Embora possamos distinguir certos deslocamentos na reflexão teórica desenvolvida ao longo dos anos em torno das propostas iniciais, os trabalhos que se filiam a esta teoria continuam a reconhecer um mesmo fundamento: o caráter material dos processos de produção de sentido, isto é, a determinação produzida pelos processos sócio-históricos sobre os processos de constituição do sujeito e do sentido.

É a partir deste pressuposto que desenvolvemos nosso trabalho e que podemos pensar a relação entre discurso e prática política. Henry (1990) afirma, seguindo Pêcheux, que o discurso é o instrumento da prática política, afirmação que ele

coloca da seguinte maneira: a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social (op.cit:24). Ora, dado que nossa reflexão focalizou seu interesse nos processos da chamada transição democrática, desenvolvidos numa época que se caracterizou por uma certa "onipotência do marketing político", é preciso deixar claramente expresso que, no pensamento de Pêcheux, discurso é entendido como prática discursiva e, portanto, independente da "vontade" de um sujeito qualquer "com controle" dos enunciados. Para Pêcheux (1975:213-214):

Toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das FDs que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas... Uma vez que não existe prática sem sujeito, e em particular prática discursiva sem sujeito, a questão da prática discursiva levará necessariamente à questão do efeito do complexo das FDs na forma-sujeito. Não se trata de dizer, porém, que uma prática seja a prática de sujeitos (no sentido dos atos, ações, atividades de um sujeito), mas sim de constatar que todo sujeito é constitutivamente colocado como autor de e responsável por seus atos (por suas "condutas e por suas "palavras") em cada prática que se inscreve... Não há prática de um sujeito, há apenas sujeitos de diferentes práticas.

*citado em
de Pêcheux
- F. de
William Siqueira*

Como vimos na primeira parte do trabalho, a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a FD que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação é fundadora da unidade imaginária do sujeito, enquanto EGO (cf. Pêcheux, 1975:163). Ora, essa subordinação-assujeitamento não pode ser reconhecida pelo sujeito, dado que ela se realiza sob

a forma da autonomia, como consequência do duplo esquecimento que já descrevemos. Seguindo Haroche (1984), podemos afirmar que o funcionamento geral da forma-sujeito na nossa formação social se caracteriza por representar o sujeito do discurso sob a modalidade da unidade e da autonomia. Logo, a unidade e a autonomia do sujeito do discurso se constituem como efeito imaginário (o efeito ideológico elementar), produzido pela inscrição do sujeito em diferentes posições de sujeito estabelecidas na(s) FD(s) que se opõem no interdiscurso, enquanto real exterior que determina o sujeito e os enunciados.

Assim, consideramos que ambas modalidades (unidade e autonomia) da ilusão subjetiva (isto é, da representação do sujeito como ego imaginário) apresentam propriedades discursivas específicas, dependendo do tipo de prática discursiva, na qual se inscreva o sujeito, e das concretas condições de produção dos enunciados. É desta maneira que interpretamos a afirmação, reproduzida na citação acima, *não há prática de um sujeito, há apenas sujeitos de diferentes práticas*¹¹².

No caso do DAL, objeto da nossa análise, diferentes fatores participam na construção dessa ilusão de unidade. Por um lado, a estabilidade de uma mesma inscrição institucional para o sujeito do discurso, que em todos os recortes analisados

¹¹² Neste sentido, é interessante conferir os trabalhos de Orlandi (1988), entre outros, sobre o funcionamento dos efeitos-autor e efeito-leitor, enquanto formas de representação do sujeito do discurso.

enuncia a partir do seu lugar social de Presidente da Nação Argentina (com a única exceção das seqüências discursivas que fazem parte do DISCURSO DE PARQUE NORTE, 1-12-85). Por outro lado, o investimento da mídia e do governo em produzir uma ampla visibilidade para a palavra presidencial, através de convocações para mobilizações em praça pública, de participações constantes em todo tipo de atos comemorativos e de freqüentes mensagens transmitidas pela rede nacional de rádio e televisão. Ambos os fatores oferecem condições de possibilidade para a indiscutível função de liderança cumprida por Raúl Alfonsín em relação à seu próprio partido, aos demais partidos políticos e à população em geral durante os anos (principalmente os primeiros) do seu mandato.

A partir destas condições de produção, a figura do porta-voz se institui discursivamente como a principal forma de representação do sujeito do discurso, em torno da qual se organizam os diferentes efeitos-sujeito que constituem o sujeito do DAL.

Assim, trabalhamos a *ilusão de unidade* que afeta o sujeito do discurso considerando as propriedades discursivas específicas que ela adota nos enunciados do DAL. Da mesma forma, trabalhamos as coordenadas espaço-temporais (o eixo eu-aqui-agora) que participam na construção imaginária da ilusão subjetiva (e portanto, da ilusão de unidade do sujeito), como espaço e tempo imaginários definidos pelos enunciados no seu funcionamento enquanto acontecimento discursivo. É neste

sentido, que entendemos o campo teórico e de análise aberto pelas questões da enunciação e definido, como já indicamos, por Fuchs & Pêcheux (1975:171) como *uma teoria não subjetiva da constituição do sujeito em sua concreta situação de enunciador.*

Nas nossas análises, procuramos compreender e explicitar as duas dimensões do DAL, enquanto prática discursiva: 1- o fato dele funcionar sob a modalidade da unidade imaginária de um sujeito enunciador; 2- a contradição constitutiva que afeta esse mesmo sujeito e os enunciados do DAL, por efeito das posições de sujeito contrárias, a partir das quais o sujeito do DAL se constitui como forma-sujeito. Desta maneira, a figura do porta-voz, enquanto forma histórica de representação do sujeito do discurso, se apresenta como uma categoria teórica e de análise privilegiada para a observação do funcionamento do DAL. Isto porque, como já vimos, seu funcionamento enunciativo se define pela tensão entre processos discursivos opostos que constituem a *dupla visibilidade* do porta-voz: como ator participante e como testemunha do acontecimento.

É necessário esclarecer que, embora mantenhamos a terminologia utilizada por Pêcheux na descrição da dupla visibilidade que afeta o porta-voz, entendemos sua representação de testemunha/espectador do acontecimento discursivo como efeito da inscrição ideológica do sujeito do discurso numa determinada posição de sujeito estabelecida no complexo com dominante de FDs, que constituem o interdiscurso. Este mesmo deslocamento teórico deve ser considerado em relação

à noção de *excedente de visão*, que tomamos emprestada de Bakhtin (1979), e em relação à noção de "visão oni-histórica", que utilizamos para descrever o funcionamento das formas de representação da temporalidade no discurso. Assim, reencontramos a "metáfora do olhar" que descrevemos no início do trabalho como fundamento da "metáfora do teatro". Porém, dado os pressupostos teóricos que colocamos acima em relação aos processos de enunciação, pressupostos que nos levam a considerar a determinação histórica e ideológica dos processos de constituição do sujeito e do sentido, a "metáfora do olhar" aparece ressignificada e livre de sua justificação pela interioridade de um sujeito. De fato, ela alude aos efeitos imaginários produzidos no sujeito do discurso pela sua inscrição numa posição de sujeito determinada: aquela estabelecida pelos processos discursivos que delimitam a FD ILUMINISTA/ELITISTA.

Retomando aqui sumariamente a descrição dos efeitos de sentido e efeitos-sujeito que resultam do funcionamento desses processos discursivos, lembramos que eles se caracterizam da seguinte maneira:

- em relação aos processos de produção (das evidências) do sentido, a FD ILUMINISTA/ELITISTA representa o *cidadão* como um conceito definido a partir de um discurso competente; a prática política aparece identificada com uma missão pedagógica a ser cumprida pelo governo sobre a população e, conseqüentemente, a relação entre o que Guilhaumou (1989) chama a *língua legítima*

*do povo e a língua do saber político se apresenta como uma relação de ruptura, de substituição assimétrica, pela qual a segunda se impõe sobre a primeira.*¹¹³

- em relação aos processos de constituição do sujeito do discurso, a FD ILUMINISTA/ELITISTA se caracteriza por instaurar, para a posição de sujeito preenchida pelo sujeito do DAL, um princípio de legitimação, que se representa como sendo anterior e exterior às relações de interlocução e de delegação/representação da "voz", que resultam do funcionamento da *retórica do povo em ato*, enquanto representação discursiva da cena enunciativa que suporta o funcionamento da figura do porta-voz. Como consequência disto, a posição de sujeito estabelecida pelos processos discursivos da FD ILUMINISTA/ELITISTA representa seu princípio de legitimação sob o funcionamento do efeito de pré-construído: ela é/está "sempre-já-legitimada" antes e fora do acontecimento discursivo em que são produzidos os enunciados afetados por esta FD.

Pelo contrário, a posição de sujeito estabelecida pelos processos discursivos da FD FACTISTA/IGUALITARIA se representa como sendo "sempre-novamente-legitimada", a partir das relações de interlocução e de intermediação, pelas quais o porta-voz é instituído discursivamente como representante ou "mandatário do

¹¹³ Neste sentido, podemos fazer nossas as palavras de Guimarães (1982:114), quando conclui seu trabalho sobre os sentidos de *cidadão* no Império e na República no Brasil afirmando que "*há sempre um fora do "cidadão" que pode não só falar dele, mas também configurá-lo; que pode, portanto, excluí-lo*".

povo". A legitimidade da função enunciativa que define o sujeito do DAL nesta FD pode ser, assim, a qualquer momento questionada, a partir da reversibilidade das posições ocupadas pelo locutor e os alocutários. Como apontamos no início do trabalho, como efeito do funcionamento do enunciado fundador da enunciação política na Argentina: *El pueblo quiere saber de que se trata*, o sujeito do DAL, enquanto porta-voz dos argentinos, é representado como aquele a quem se dá e de quem se cobra a "voz".

Desta forma, acabamos de definir as posições de sujeito (e os efeitos-sujeito que são produzidos nelas) que constituem o sujeito do DAL, a partir dos princípios de legitimação construídos pelos enunciados como "justificação" da posição de sujeito preenchida pelo locutor. Retomando a questão da dupla visibilidade do porta-voz, a representação do sujeito do DAL como testemunha do acontecimento discursivo é o efeito-sujeito produzido pelo preenchimento da posição de sujeito definida na FD ILUMINISTA/ELITISTA por um princípio de legitimação, que funciona sob a modalidade do pré-construído. Denominamos este efeito-sujeito *ilusão de exterioridade*, e ele se constitui em relação à *ilusão de unidade* produzida para o sujeito do DAL pelas condições de produção que descrevemos acima.

Assim, o sujeito do DAL, pelo funcionamento do efeito-sujeito de *ilusão de exterioridade*, aparece representado nos enunciados como aquele que se diferencia dos demais participantes do acontecimento discursivo pelo seu conhecimento

privilegiado dos fatos. é também como consequência da representação de uma legitimação externa e anterior ao funcionamento da figura do porta-voz, e portanto, ao acontecimento discursivo, que o ethos discursivo da FD ILUMINISTA/ELITISTA se caracteriza por apresentar um tom didático.

A partir dos funcionamentos deste tom didático, que os enunciados do DAL incorporam, se define a relação estabelecida enunciativamente entre o porta-voz e o grupo enunciatário por ele representado como uma relação assimétrica e não reversível, que se desenvolve na direção do primeiro (representado como "especialista") para o segundo (representado como "leigo").

Como mostramos ao longo do trabalho, são diversas as formas e funcionamentos lingüísticos que manifestam na superfície discursiva do DAL os processos discursivos que delimitam as duas FDs que determinam seus enunciados. Vimos, também, que essas formas e funcionamentos lingüísticos não "se especializam" na sua função como marcas lingüísticas de um determinado processo. Uma mesma forma lingüística pode servir de base material para a produção de efeitos de sentido e efeitos-sujeito determinados por processos discursivos constitutivos de FDs diferentes e mesmo contrárias.

Em relação ao efeito-sujeito de ilusão de exterioridade, essas formas e funcionamentos são variados. Observamos que os enunciados afetados pela FD ILUMINISTA/ELITISTA se caracterizam por operar um processo de abstração/universalização das formas

de representação do sujeito, mobilizando as perspectivas de enunciação de um enunciador universal (sujeito do saber) e de um enunciador genérico (temporalidade ontologizada). Nestes casos, o efeito de ilusão de exterioridade se realiza na superfície discursiva através de enunciados definidores de tipo impessoal, ou de enunciados que funcionam sob a modalidade deôntica ou da necessidade lógica; através, também, de formas de indeterminação do sujeito e/ou apagamento do locutor, tais como nominalizações, orações passivas com *se*, formas verbais pronominais, etc. Neste sentido, é interessante notar que, quando os enunciados do DAL são produzidos a partir destes processos de abstração/universalização das formas de representação do sujeito do discurso, as formas de representação do outro, enquanto interlocutor ou terceiro discursivo, também aparecem indeterminadas. É o que podemos observar nas seqüências discursivas 24- e 25- (2ª parte do trabalho), das quais reproduzimos a seguir as formulações que apresentam estes funcionamentos:

A- (em 24-) Hemos insistido muchas veces en que la democracia, en el sentido moderno de la palabra, no puede reducirse a la identificación de una forma de gobierno ni de un sistema político.

B- (em 25-) La democracia puede concebirse como una forma organizada de la discusión racional que debe darse en una sociedad acerca del modelo de organización más justo.

Em A- a indeterminação produzida pela forma pronominal *SE* opera sobre as formas de representação do outro: de maneira indireta, o DAL introduz a perspectiva do adversário para negá-

la. Em B- a indeterminação produzida pela forma pronominal SE opera em relação às formas de representação do sujeito do discurso: é a perspectiva do sujeito do DAL a que aparece assim representada. Podemos reconhecer nestes funcionamentos, a 3ª pessoa discursiva (em A-) e a 4ª pessoa discursiva gramatical (em B-) descritas por Indursky (1992) como formas de apagamento da estrutura dialógica do acontecimento discursivo. No DAL, essas formas manifestam na superfície discursiva o tom didático que constitui o ethos discursivo da FD ILUMINISTA/ELITISTA.

Também observamos a produção do efeito-sujeito de *ilusão de exterioridade* através do funcionamento das formas de representação da temporalidade, mobilizando um enunciador genérico, nos casos em que a temporalidade aparece ontologizada, ou expandindo o marco temporal que serve de referência para as modalizações temporais desenvolvidas pelos enunciados. No primeiro caso, o efeito de *ilusão de exterioridade* coincide com a presença de formas de indeterminação do sujeito nos enunciados; no segundo caso, isto não ocorre necessariamente, como mostramos através das análises do funcionamento da deixis fundadora produzindo efeitos de memória antecipada e de memória recuperada: são as formas que analisamos como *futuro presentificado* e *passado presentificado*, respectivamente.

Assim, encontramos os fatos de linguagem que consideramos mais relevantes no funcionamento do DAL: a produção do efeito-sujeito de *ilusão de exterioridade* através de formas

tradicionalmente apontadas como formas que manifestam a "presença do sujeito no enunciado". Repetidas vezes analisamos o funcionamento de certas manifestações da forma *nós* nos enunciados, que se caracteriza por incluir o alocutário e excluir o locutor do referente discursivo construído pelo *nós*. Trabalhamos este funcionamento em relação às designações que representam o sujeito do DAL nos enunciados, em relação às formas verbais (especificamente às formas do imperativo de 1ª pessoa plural) e em relação às formas de encaixe e articulação sintática (observando a alternância entre *nós todos* e *cada um* e sua articulação com formas verbais flexionadas na 1ª ou na 3ª pessoa). Todos estes funcionamentos morfosintáticos manifestam o funcionamento discursivo de uma forma do *nós*, e especificamente do *nós político* no caso do DAL, que sem ser indeterminada, como é o caso das formas do *nós* estudadas por Guimarães (1989b), igualmente exclui o locutor de seu valor referencial¹¹⁴.

A partir destas análises, podemos afirmar que tanto as "formas subjetivas" quanto as "formas objetivas ou de apagamento/distanciamento do sujeito" (por utilizar a terminologia proposta pelas teorias da enunciação analisadas na primeira parte do trabalho) servem de base material para a produção do efeito de ilusão de exterioridade, pelo qual o sujeito do discurso se representa como um outro em relação ao

¹¹⁴ Indursky (1982) encontra um funcionamento semelhante na forma que ela denomina NOS5.

acontecimento discursivo (pelo princípio de legitimação externa e anterior que descrevemos acima, ele se representa como localizado num outro "tempo" ou "espaço" de enunciação) e em relação aos demais participantes do acontecimento discursivo.

Voltamos, então, a nossa questão inicial sobre o *"desdobramento da personalidade humana"* (na terminologia de Bréal). Como indicamos no início desta reflexão, nosso interesse estava centrado em demonstrar que nem a língua nem o sujeito podem ser considerados causas suficientes para produzir esse efeito de descentramento do sujeito enunciador. Pelo contrário, consideramos a determinação sócio-histórica produzida a partir dos processos discursivos sobre a língua e sobre o sujeito como a causa material deste efeito. Assim, o *"desdobramento da personalidade humana"*, isto é, para sermos precisos, o efeito-sujeito de *ilusão de exterioridade* se realiza através das formas da língua e afeta o sujeito, mas é produzido pelo funcionamento dos processos discursivos que delimitam as diferentes posições de sujeito dentro do complexo de FDs que intervém como interdiscurso. Dito de uma outra maneira, ele representa um dos lugares de inscrição ideológica possíveis para o sujeito, na sua relação constitutiva de identificação com as FDs intrincadas nas formações ideológicas que atravessam uma determinada formação social.

Colocamos no início desta reflexão, que estávamos interessados em observar os lugares de ultrapassagem, os pontos de fuga, em que o real da língua supera o sujeito que os

lingüistas, através de sua descrição da organização da língua, supõem-lhe. Através da observação do funcionamento da "metáfora do teatro" em certas teorias da enunciação, observamos a construção de uma explicação do funcionamento do sistema lingüístico fundada na suposta interioridade do sujeito enunciador. Ora, nosso trabalho permite demonstrar que a distinção entre *formas objetivas* e *formas subjetivas* não se mantém¹¹⁵, razão pela qual nós interpretamos dita distinção como um *simulacro de exterioridade* produzido pelos lingüistas na sua descrição da organização da língua. Como consequência do anterior, a própria relação pressuposta entre essa "língua" (transparente) e o sujeito (como interioridade originária) que ela supõe, fica questionada.

Para poder produzir o deslocamento teórico que nos levou do "*desdobramento da personalidade humana*" para o efeito-sujeito de *ilusão de exterioridade*, foi preciso considerar um conceito de língua que a suponha estruturalmente afetada pelo *equivoco* e um conceito de sujeito que defina sua "interioridade" como efeito imaginário produzido pela determinação de uma exterioridade que o constitui.

Em relação à língua, consideramos, assim, a presença do não-Um, do real do equivoco, da *lalangue*, sob o funcionamento

¹¹⁵ É interessante observar que, a partir de materiais diferentes e análises próprias, mas fundadas nos mesmos pressupostos teóricos que orientam nosso trabalho, Indursky (1982) e Lagazzi (1989), chegam a mesma conclusão.

do Um, da sua unidade fantasmática.¹¹⁶ Parafraseando Gadet & Pêcheux (1982), é porque a língua é capaz de equívoco que ela é capaz de política.¹¹⁷ O conceito de **forma material**, elaborado por Orlandi (1993b), aponta justamente para o fato de que, no discurso, as formas linguísticas são constitutiva e materialmente afetadas pela ideologia.

Em relação ao sujeito, observamos os processos de interpelação/identificação ideológica, pelos quais ele se constitui contraditoriamente como unidade imaginária. É justamente por estarmos interessados em compreender os diferentes modos de intervenção do político/ideológico no social, que consideramos importante explorar, no nosso trabalho, as maneiras como contradição ideológica e ilusão de unidade atuam sobre o indivíduo constituído em agente de uma prática social. Por causa disto, privilegiamos, no nosso percurso de reflexão, o funcionamento da "metáfora do teatro" que a desenvolve como "lugar de estranhamento", isto é, como representação de uma cisão constitutiva do sujeito.

Assim, apesar de termos utilizado, nas análises, certos instrumentos descritivos tomados da Teoria da Polifonia desenvolvida por Ducrot, o fazemos sempre na linha teórica e

¹¹⁶ Nos apoiamos, nestas considerações sobre o conceito de língua, na proposta de Milner (1978).

¹¹⁷ Nos referimos às colocações destes autores que reproduzimos como epígrafe na 1ª parte do trabalho. O conceito de **forma material** elaborado por Orlandi (1993b) aponta justamente para o fato de que, no discurso, as formas linguísticas são constitutiva e materialmente afetadas pela ideologia.

metodológica aberta por Guimarães & Orlandi (1985), que redefinem essas categorias a partir da determinação sócio-histórica dos enunciados, produzida pelos processos de interpelação/identificação ideológica que constituem o sujeito do discurso. O que redundará numa redefinição da *enunciação* como *um acontecimento de linguagem, perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento* (Guimarães, 1993:28).

Desta maneira, pudemos atingir a eficácia material dos processos discursivos/ideológicos na produção de efeitos imaginários que participam ativamente na prática política através do discurso, enquanto prática discursiva.

ENVIO

Na apresentação deste trabalho, iniciamos uma viagem, uma jornada de exploração que nos levou a visitar diversos lugares da linguagem e da política e que está chegando agora a seu fim. Fim provisório, instável, arbitrário, como todos os fins (e todos os começos). Ponto de partida e ponto de chegada não são mais do que âncoras imaginárias lançadas no redemoinho da vida: já estamos andando muito antes de partir e continuamos a andar ainda depois de chegar. A cumplicidade de um olhar igualmente errático talvez consiga decifrar o labirinto das pegadas deixadas por nossos passos. Cabe a você, leitor, descobrir as trilhas pelas quais aventurar sua leitura.

Enquanto isso, eu aceitarei o convite acolhedor de fazer uma parada, oferecido pelo aconchego deste ponto final.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ARFUCH, Leonor. (1987) "Dos variantes del juego de la política en el discurso electoral de 1983". Em E. Verón (org) *El discurso político. Lenguajes y acontecimientos*. Buenos Aires: Hachette.
- ARNOUX, Elvira Narvaja de. (1993) "El pueblo de la plaza pública, modelo de participación en la Historia de Belgrano de Bartolomé Mitre". Em AA.VV. *Los discursos de la Historia*. Buenos Aires: Hachette, no prelo.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. (1982) "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours". *DRLAV* 26: 91-151.
- , (1984) "Heterogeneidades Enunciativas". *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 19: 25-42. Trad. J. W. Gerladi. Campinas: IEL, 1990.
- , (1993) "Jeux méta-énonciatifs avec le temps". Em H. Parret (ed.) *Temps et discours*. Leuven: Press Universitaire Louvain.
- AZNAR, Luis. et. al. (1986) *Alfonsín: discurso sobre el discurso*. Buenos Aires: EUDEBA, FUCADE.
- BRÉAL, Michel. (1897) *Ensaio de Semântica. Ciência das Significações*. Trad. Eduardo Guimarães et al. São Paulo: EDUC, Pontes, 1992.
- BALLY, Charles. (1932). *Linguistique générale et linguistique française*. Berne: Francke, 1965.
- BAKHTIN, Mikhail. (1979) *Estética de la creación verbal*. (Comp. de trabalhos inéditos escritos entre 1919 e 1974. 1ª ed. em russo em 1979.) Trad. Tatiana Bubnova. México: Siglo XXI, 1982.
- BENVENISTE, émile. (1966) *Problemas de Lingüística Geral*. Trad. M.G. Novak & M.L. Neri. Campinas: Pontes, 1988.
- CASULLO, Nicolás. (1989) "Modernidad, biografía del ensueño y la crisis (introducción a un tema)". Em *El debate modernidad, pos-modernidad*. Buenos Aires: Puntosur.
- CELADA, M. Teresa. (1993) "A Fundação de um Destino para a Pátria Argentina". Em E. Orlandi (org) *Discurso Fundador. (A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional)*. Campinas: Pontes.

CHAUÍ, Marilena. (1981) *Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas*. São Paulo: Editora Moderna.

CONEIN, Bernard. (1981) "La position du porte-parole pendant la Révolution française". Em *Peuple et pouvoir*. Lille: Presses Universitaires de Lille.

COURTINE, Jean-Jacques. (1981) "Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens". Em *Langages* 62: 9-127.

----- (1982) "Définitions d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours". Em *Philosophiques* 9.2: 239-64.

----- (1986) "Chroniques de l'oubli ordinaire". *Sediments*, 1. Montreal.

DECCA, Edgar de. (1994). "Não me historicize por favor, ou a curta história do evento rebelde". IFCH/UNICAMP, mimeo.

DELEUZE, Gilles. (1986). *Foucault*. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DINIZ, Eli et al. (1989) *Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: Dilemas da Nova República*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.

DUCROT, Oswald. (1980) "Análisis Pragmáticos". Em *El decir y lo dicho*. Trad. Sara Vasallo. Buenos Aires: Hachette, 1984.

----- (1982). "La noción de sujeto hablante". Trad. Sara Vasallo. Em *El decir y lo dicho*. Buenos Aires: Hachette, 1984.

----- (1984) "Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação". Em *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.

----- (1986) "Charles Bally et la Pragmatique". Em *Cahiers Ferdinand de Saussure* 40: 13-37.

FAYE, Jean Pierre. (1972) *Théorie du récit. Introduction aux "Langages Totalitaires"*. Paris: Hermann.

FOUCAULT, Michel. (1969) *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1987.

----- (1971) *El orden del discurso*. Trad. Alberto González Troyano. Barcelona: Tusquets, 1980.

- FUCHS, C. & M. PECHEUX. (1975) "A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas". Trad. Péricles Cunha. Em F. GADet & T. HAK (orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- GARCIA DELGADO, Daniel. (1989) *Raíces cuestionadas: la tradición popular y la democracia*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- GARCIA NEGRONI, M. Marta. (1988) "La destinación en el discurso político: una categoría múltiple". Em *Lenguaje en Contexto I*, 1/2: 85-112.
- GARCIA NEGRONI, M.M. & M. ZOPPI FONTANA. (1992) *Análisis lingüístico y discurso político. El poder de enunciar*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- GINZBURG, Carlo. (1980) "Signes, traces, pistes". Em *Le Debat* 6: 3-44.
- GONZALEZ, Horacio. (1986) "El alfonsinismo. Un bonapartismo de la ética". *UNIDOS*, IV/9: 30-52.
- GUILHAUMOU, Jacques. (1989) *La langue politique et la Révolution Française. De l'événement à la raison linguistique*. Paris: Méridiens Klincksieck.
- & D. MALDIDIER. (1989) *Da Enunciação ao Acontecimento Discursivo em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. Em E. Guimarães (org.) *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes.
- GUIMARAES, Eduardo R.J. (1987a) "Credo ou Creio". Em E. Orlandi (org.) *Palavra, Fé, Poder*. Campinas: Pontes.
- , (1987b) *Textos e Argumentação*. Campinas: Pontes.
- , (1989a) "Enunciação e História". Em E. Guimarães (org.) *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes.
- , (1989b) "Enunciação e Formas de Indeterminação". Em Eni P. de Orlandi et alii *Vozes e Contrastes. Discurso na Cidade e no Campo*. São Paulo: Cortez Editora.
- , (1991) "Os Sentidos da República no Brasil". Em *Pro-Posições* 5: 68-74.

- (1992) "Os sentidos de cidadão no Império e na República no Brasil". *Signo & Senha* 1: 103-116.
- (1993) "Independência ou Morte". Em Eni P. de Orlandi (org) *Discurso Fundador. A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas: Pontes.
- GUIMARAES, E. & E. ORLANDI. (1985) "Unidade e Dispersão: uma Questão do Texto e do Sujeito". Em Eni Orlandi, *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez/Campinas: Editora UNICAMP, 1988.
- HABERMAS, Jürgen. (1981) *Modernidad: un proyecto incompleto*. Em N. Casullo *El debate modernidad, pos-modernidad*. Buenos Aires: Puntosur, 1989.
- HAROCHE, Claudine. (1984) *Fazer Dizer, Querer Dizer*. Trad. Eni P. de Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.
- HENRY, Paul. (1977) *A Ferramenta Imperfeita. Língua, Sujeito, Discurso*. Trad. M. Fausta Pereira de Castro. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- (1990) "Os Fundamentos Teóricos da "Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux (1969)". Trad. Bethânia S. Mariani. Em F. Gadet & T. Hak (orgs) *Por uma Análise Automática do Discurso. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- INDURSKY, Freda. (1992) *A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes. Uma Análise do Discurso Presidencial da Terceira República Brasileira*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas.
- JITRIK, Noé. (1982) *El mundo del Ochenta*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- KAUFFMANN, Esther. (1986) "El discurso de Alfonsín: el reino de las ambigüedades". *UNIDOS*, IV/9: 89-99.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. (1980) *La enunciación. De la subjetividad en el lenguaje*. Trad. G. Anfora & E. Gregores. Buenos Aires: Hachette, 1986.
- LAGAZZI, Suzy. (1989) "De Repente, Bem Mais que 'De Repente'". Em E. Guimarães (org.) *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes.
- LANDI, Oscar. (1985) *El discurso sobre lo posible. (La democracia y el realismo político)*. Buenos Aires: Estudios CEDES.

- (1988) *Reconstrucciones. Las nuevas formas de la cultura política*. Buenos Aires: Puntosur.
- LECHNER, Norbert. (1988) *Los patios interiores de la democracia. Subjetividad y Política*. Chile: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- LEFORT, Claude. (1983) *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense.
- LUFT, Celso. (1960) *Gramática Resumida. Explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Porto Alegre: Editora Globo.
- MALDIDIER, Denise. (1990). "(Re)lire Michel Pêcheux aujourd'hui". Em *L'inquietude du discours*. Paris: éditions des Cendres.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1987) *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes - Editora da UNICAMP, 1989.
- MARANDIN, Jean-Marie. (1993) Seminário sobre Sintaxe e Discurso desenvolvido no Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, em agosto.
- MENÉNDEZ, M & A. RAITER. (1986) "El desplazamiento de un signo ideológico. (Análisis lingüístico del discurso político)". Em *Filología Año XXI*, 2: 31-53.
- MILNER, Jean-Claude. (1978) *O Amor da Língua*. Trad. Angela C. Jesuino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- (1989) *Introduction à une science du langage*. Paris: éditions du Seuil.
- MOLINAS, Susana S. de. (1984). *Movimientos políticos. La Revolución de Mayo*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- NORA, Pierre. (1984) *Les lieux de mémoire. I- La République*. Paris: éditions Gallimard.
- NUN, José. (1989) *La rebelión del coro. Ensayos sobre la racionalidad política y el sentido común*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- NUN, J. & J.C. Portantiero (comps). (1987) *Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- ORLANDI, Eni P. de. (1984) "Segmentar ou Recortar?". *Série Estudos 10*: 9-26. Faculdade Integrada de Uberaba.

- , (1987a) "O discurso religioso". Em *A Linguagem e seu funcionamento. As Formas do Discurso*. Campinas: Pontes.
- , (1987b) "A fala de muitos gumes (as formas do silêncio)". Em *A Linguagem e seu funcionamento. As Formas do Discurso*. Campinas: Pontes.
- , (1988) *Discurso e Leitura*. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da UNICAMP.
- , (1990) *Terra à Vista. Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da UNICAMP.
- , (1992a) "Discurso: fato, dado, exterioridade". Palestra apresentada no Seminário sobre Aquisição da Linguagem, IEL/UNICAMP. (mimeo).
- , (1992b) *As formas do Silêncio. No movimento dos Sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- , (1993a) "Entremeio e Discurso". Palestra apresentada no Congresso Internacional Interdisciplinar organizado pela Universidade Federal de Santa Maria (RS). (mimeo).
- , (1993b) "Autoria e Interpretação". Palestra apresentada em Encontro de Psicanálise. (mimeo).
- , (1993c) "Vão Surgindo Sentidos". Em *Discurso Fundador. A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas: Pontes.
- , (1994) "Foi et Oppression. Le Discours de la Théologie de la Libértation". (mimeo).
- ORLANDI, Eni P. de (org). (1993) *Discurso Fundador. A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas: Pontes.
- ORLANDI, Luis (1989) "Simulacro na Filosofia de Deleuze". Em *34 Letras 5-6*, Rio de Janeiro, set. 1989.
- PANETTIERI, José. (1986) *Argentina: historia de un país periférico*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- PECHEUX, Michel. (1969) *Análise Automática do Discurso*. Trad. Eni P. de Orlandi. Em F. Gadet & T. Hak (orgs) *Por uma Análise Automática do Discurso. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP.

- , (1975) *Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Obvio*. Trad. Eni P. de Orlandi et alii. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- , (1982) "Delimitações, Inversões, Deslocamentos". Trad. José H. Nunes. Em *Cadernos de Estudos Linguísticos* 19: 7-24.
- , (1984) "Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours". Em *Mots* 9: 9-17.
- , (1983) *O discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Trad. Eni P. de Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.
- PECHEUX, M et alii. (1981) "La frontière absente (un bilan)". Em *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille.
- PODETTI, Mariana. (1992) "Introducción. Definir al discurso político". Em M. Podetti et al. *Política, medios y discurso en la Argentina*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- PODETTI, M. et. al. (1988) *La palabra acorralada. La constitución discursiva del Peronismo renovador*. Buenos Aires: FUCADE.
- RIEGEL, Martin. (1990) "La définition, acte du langage ordinaire -De la forme aux interpretations". Em F. Chaurand & F. Mazière *La définition*. Paris: Larousse.
- RINESSI, Eduardo. (1993) *Ciudades, teatros y balcones. Un ensayo sobre la representación política*. Buenos Aires: Paradiso.
- SENNETT, Richard. (1974) *O Declínio do Homem Público. As Tiránias da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SERRANI, Silvana. (1993) *A linguagem na pesquisa socio-cultural. Um estudo da repetição na discursividade*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- SIGAL, S. & E. VERON. (1986) *Perón o muerte. Los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*. Buenos Aires: Legasa.
- SIMONIN-GRUMBACH, Jenny. (1983) "Para uma tipologia dos discursos". Em R. Jakobson et al. *Língua, discurso, sociedade*. São Paulo: Global.

VERÓN, E. (1987) "La palabra adversativa. Observaciones sobre la enunciación política". Em E. Verón (org) *El discurso político. Lenguajes y acontecimientos*. Buenos Aires: Hachette.

ZOPPI FONTANA, Mónica. (1989) "El tercero excluido: de los exilios de la lengua". Em *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 16: 75-96.

----- (1993) "Sonhando a Pátria: Os Fundamentos de Repetidas Fundações". Em E. Orlandi (org) *Discurso Fundador. (A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional)*. Campinas: Pontes.